

Apresentação

Em contagem regressiva para o fim do grande mal que nos assola, está no ar o sétimo número da RCD! Enquanto alguns seguem em seu ritmo monológico e de desprezo pela diversidade das formas de vida, trazemos nesta edição a multiplicidade de possibilidades de existência. Com textos sobre temáticas como identidade cultural, questões de gênero e sexualidade e propostas metodológicas para o letramento de surdos, nossas lentes seguem abertas para captar e valorizar o que há de estranho nos outros e, sobretudo, em nós mesmos. Ainda recuperando as forças diante do recente genocídio, sobreviventes, precisamos renovar nossas esperanças para reconstruir um país inteiro. Nossa expectativa é a de que a próxima edição ocorra em outro contexto, bem diverso do atual.

Para começar o número, trazemos dois artigos sobre questões de gênero e sexualidade. No primeiro, a autora Nayara Fernanda Dornas, doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), nos apresenta uma reflexão sobre os diferentes significados de *Amélia* por meio de duas canções. Para analisar as reescrituras do nome *Amélia*, sua designação e a constituição da cena enunciativa, a autora utiliza os procedimentos da Semântica do Acontecimento, desenvolvida pelo estudioso Eduardo Guimarães. Em um primeiro momento, a composição “Ai que saudades da Amélia”, de Mário Lago e Ataulfo Alves, ao se tornar sucesso, instaurou um sentido específico para *Amélia* na conjuntura social. No entanto, posteriormente, o nome *Amélia* passa por um processo de resignificação através do sucesso “Desconstruindo Amélia”, de Pitty, projetando, assim, sentidos distintos do original. O texto evidencia como a cultura está em permanente transformação e mostra as atualizações de significados promovidas pelos artistas ao longo do tempo.

No segundo texto sobre este tema, os autores Wilker Ramos Soares, Vanessa Correia e Letícia Gottardi, alunos do mestrado em Linguagens e Práticas Sociais da Universidade Estadual de Goiás (UEG), refletem sobre as representações de gênero socioculturalmente construídas a partir de um processo permeado pela relação da heterossexualidade compulsória e pelo patriarcado. O autor e as autoras problematizam em seu artigo os debates e discussões que surgiram no final do ano de 2020 a partir da premiação da drag queen Pabllo Vittar como “Homem do Ano” pela Revista *GQ Brasil*. O episódio gerou grande comoção e repercutiu diversos comentários na grande mídia, tensionando noções de gênero e sexualidade e possibilitando debates sobre a construção da homofobia, a reprodução do discurso de ódio e a relação entre performatividade e identidade de gênero. Para os autores, a capa estampada com a imagem de Pabllo Vittar na Revista *GQ Brasil* é na verdade resultado de um movimento de (re)existências gerado por uma série de acontecimentos discursivos que vêm produzindo discussões importantes sobre o que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade brasileira contemporânea.

No terceiro artigo deste número, o autor Rafael Soares Krambeck, mestre e doutorando pela UNISINOS, faz uso de abordagens teóricas para refletir e problematizar as relações estabelecidas entre as identidades culturais e a cidadania em meio a processos de mediatização

social na atualidade. Ao longo do texto, Krambeck discute a influência da mídia nos processos sociais na contemporaneidade e atenta à necessidade da geração de modelos políticos e econômicos que melhor favoreçam à convivência nas sociedades atuais, a fim de garantir à população dignidade, cidadania plena e segurança identitária.

O artigo da professora Angela Corrêa, escrito em conjunto com suas alunas Milena Pinho e Vitória Amaro, apresenta e discute uma proposta metodológica para o ensino do português como segunda língua para surdos. Baseada na forma literária dos mangás, marcada pela expressividade dos desenhos, a proposta é um exemplo criativo do uso das imagens em um contexto em que as possibilidades de diálogo ganham contornos especiais. Embora as autoras não tenham explorado em profundidade os aspectos dialógicos da proposta, entendemos que a publicação do artigo pode contribuir para lançar luzes e abrir portas em um debate necessário e urgente, mas ainda pouco valorizado.

O artigo de Kenia Augusta Figueiredo, assistente social e doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), traz uma reflexão sobre a conexão entre os princípios da Comunicação Pública e as Políticas Sociais. De acordo com a autora, neste tempo de mundialização do capital, sob forte hegemonia neoliberal, é necessário encontrar alternativas que contribuam, de maneira efetiva, para que ocorra uma potencialização da organização política de segmentos da classe trabalhadora, visto que a democracia e o acesso à direitos vêm sofrendo constantes desgastes. Se democracia e cidadania constituem princípios para as políticas sociais e a comunicação pública, esta última deve resultar em transparência e na centralidade do cidadão, com vistas a uma relação dialógica, de troca, ao invés da perspectiva monológica da transmissão de informações. A autora assinala que tais mudanças são processuais, pois a democracia é um valor universal, um processo a ser construído continuamente.

Tivemos ainda a honra de receber nesta edição da RCD um artigo das coordenadoras do Dicionário de Favelas Marielle Franco, Sonia Fleury (Coordenadora Geral) e Clara Polycarpo (Coordenadora de Comunicação), plataforma que vem constituindo-se como uma das principais fontes de informação a respeito dos discursos que afetam as favelas e periferias brasileiras. Por meio das proposições metodológicas de autores como Eni Orlandi, Norman Fairclough, Vivien Schmidt, Michel Foucault e Erving Goffman, as autoras analisam os discursos de comunicadores comunitários, militantes dos movimentos de favelas e pesquisadores em textos inseridos na plataforma relacionados à Covid-19 e seu enfrentamento. Em tais análises, as autoras, por um lado, evidenciam e denunciam a necropolítica praticada pelo Estado e, por outro, destacam as articulações por parte de comunicadores e lideranças comunitárias para a formação de redes de enfrentamento à pandemia. Além da excelente análise sobre a trajetória de enfrentamento à Covid-19 nas favelas e periferias, o artigo revela as potencialidades que as pesquisas em torno dos materiais inseridos na plataforma podem adquirir e a sua contribuição enquanto instância que integra moradores, lideranças comunitárias, gestores públicos, terceiro setor e pesquisadores para a resolução dos problemas que afligem as favelas e periferias.

Essa edição da RCD traz ainda duas resenhas de livro. Na primeira, a professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mônica de Oliveira Pasini, traz uma resenha do

livro *Sentidos de milícia: entre a lei e o crime*, escrito por Greciely Cristina da Costa. Em sua obra, a autora discute a atualidade do termo “milícia” – já utilizado há 15 anos –, os sentidos a ele empregados de acordo com comunidades de diferentes classes sociais e o papel do Estado nesse processo. Além disso, a obra convida o leitor a pensar os sentidos pré-construídos ligados ao verbete “milícia” e seu surgimento. A resenha ressalta a divergência de significados que um mesmo termo carrega, partindo do ponto de vista de pessoas pertencentes à diferentes classes econômicas, e articula a relação entre a análise do discurso e a comunicação dialógica.

No segundo texto dessa seção, o Prof. Raúl Rodriguez Ortiz, da Escola de Jornalismo da Universidade do Chile, nos traz uma resenha do novo livro dos pesquisadores Alejandro Barranquero e Chiara Sáes Baeza, que nos leva a um sobrevoo pela comunicação alternativa espanhola. Embora não estabeleça com clareza os pontos de interseção entre as trajetórias espanhola e sul-americana no que tange a este universo, a resenha, pelos temas que traz à tona, indica que podemos estabelecer fértil diálogo entre ambas. Afinal, percebe-se que, assim como no Brasil, na Espanha também houve um movimento de consolidação das rádios livres a partir da década de 1980; que a questão da sustentabilidade dos meios também é nevrálgica; que também houve um ciclo de manifestações no início da década passada, levada a cabo em grande peso pelo midiativismo (15M), dentre outras semelhanças. Portanto, temos muito a aprender com a leitura deste livro e, nesse sentido, a resenha que trazemos constitui um generoso aperitivo.

Por fim, gostaria de fazer um agradecimento especial a Milene Couto, revisora da RCD, que estará nos deixando ao final desta edição para se dedicar ao seu mestrado. Muito obrigado Milene por toda sua dedicação, comprometimento, serenidade e companheirismo nos momentos difíceis, e por acreditar na seriedade deste trabalho. A RCD agradece a sua imensa contribuição, não teríamos chegado até aqui sem você. E, damos boas-vindas a Karoline Sardinha, que já colaborou neste número e está pegando o bastão das mãos da Milene.

*Bruna Borges
Karoline Sardinha
Marcelo Hernandez
Milene Couto*

Os sentidos de Amélia na canção “Desconstruindo Amélia”



The meaning of Amélia in the song “Desconstruindo Amélia”

Nayara Fernanda Dornas*

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo, SP, Brasil.

ORCID: 0000-0002-9884-4687

*Autor correspondente (e-mail: nayaradornas@yahoo.com.br)

Resumo: A proposta do presente artigo é analisar o sentido de Amélia ao longo da música “Desconstruindo Amélia”, da Locutora Pitty. Para isso, vamos adotar os procedimentos da Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Eduardo Guimarães (2005), especificamente seus procedimentos de análise de texto (GUIMARÃES, 2017), analisando as reescrituras do nome *Amélia*, sua designação e a constituição da cena enunciativa. Observamos que ao longo do acontecimento da canção, o sentido de *Amélia* é ressignificado e atualizado. Portanto, a música constitui-se de uma fonte inesgotável de sentidos, que surgem e circulam na sociedade, afetando-a e influenciando-a. Assim, como veremos ao longo das análises, ao se tornar sucesso, a música de Mário e Ataulfo projetou o sentido de *Amélia*, que é ressignificado por meio do sucesso de Pitty, projetando um sentido diferente do cristalizado. Dessa forma, a Locutora Pitty atualiza o sentido de *Amélia*, agenciada pela historicidade do acontecimento e pelo presente do acontecimento associado ao memorável.

Palavras-chave: Música. Amélia. Semântica. Memorável. Ressignificação.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the meaning of *Amélia* throughout the music “Desconstruindo Amélia” by Pitty. For this, we will adopt the procedures of Semantics of Event, developed by Eduardo Guimarães (2005), specifically his text analysis procedures (GUIMARÃES, 2017), analyzing the rewritings of the name *Amélia*, its designation, and the constitution of the enunciative scene. We observe that throughout the event of the song, *Amélia*'s meaning is re-signified and updated. Therefore, music constitutes an inexhaustible source of meanings, which arise and circulate in society, affecting, and influencing it. Thus, as we will see throughout the analyses, when Mário and Ataulfo's music became successful, it projected *Amélia*'s meaning, which is ressignified through Pitty's success, projecting a different meaning from the crystallized one. In this way, Pitty updates *Amélia*'s meaning, brokered by the historicity of the event and the present of the event associated with the memorable.

Keywords: Music. Amélia. Semantics. Memorable. Resignification.

1. Introdução

Ao longo da história, a música tem influenciado a sociedade, afetando-a e significando-a. De acordo com Daróz e Prandi-Gonçalves,

Resultante de uma combinação entre as palavras, a harmonia e o ritmo, a música é uma das mais notórias expressões artísticas, utilizada nas relações sociais, seja em festas pagãs, rituais religiosos, ou simplesmente ninar uma criança. Ela tem como um de seus frutos o desencadeamento de efeitos emocionais (ao cantor e ouvinte) em uma pessoa – como tristeza, alegria, nostalgia, raiva –, possuindo, assim, forte apelo à subjetivação e, por isso, sendo considerada uma das artes que mais influenciam, no nível individual e coletivo, os sujeitos na sociedade (DARÓZ; PRANDI-GONÇALVES, 2019, p. 93).

Portanto, a música se constitui como um corpus rico, que sempre esteve intrínseco e intimamente relacionado e conectado à sociedade (COSTA, 1997 apud DARÓZ; PRANDI-GONÇALVES, 2019, p. 93). Diante disso, observamos vários sentidos e conceitos que surgem e se cristalizam por meio da música, e do sucesso que adquire perante a sociedade.

Tomando esse fato como pressuposto, escolhemos analisar a música “Desconstruindo Amélia”, lançada em 2009, composta por Pitty e Martin Mendonça, e interpretada pela própria compositora. Esse corpus faz-se pertinente por apresentar a desconstrução da cristalização do sentido de *Amélia*, que começou a circular na sociedade brasileira no século XX por meio da composição “Ai, que saudade da Amélia”, de Mário Lago e Ataulfo Alves.

Portanto, nosso objetivo é analisar o sentido de *Amélia* ao longo da música da Locutora Pitty a partir de um ponto de vista linguístico, especificamente pelo viés da Semântica da Enunciação, que “trata-se de uma disciplina linguística que tem como objetivo o estudo da significação tomada como produzida pela prática dos falantes de dizer algo em uma língua” (GUIMARÃES, 2018, p. 15). Para isso, vamos adotar os procedimentos da Semântica do Acontecimento (2005), desenvolvida pelo pesquisador brasileiro Eduardo Guimarães. Abordaremos os seus procedimentos metodológicos de análise de texto (GUIMARÃES, 2017), analisando as reescrituras do nome Amélia, a designação desse nome e a constituição da cena enunciativa.

A teoria da Semântica do Acontecimento é brasileira, constituída a partir dos estudos dos linguistas Émile Benveniste e Oswald Ducrot, e baseia-se no princípio de se observar a enunciação: “a significação é produzida pela enunciação, por alguém, de algum material de linguagem específico” (GUIMARÃES, 2018, p. 14). Toma-se a língua como acontecimento e o enunciado como unidade de análise: “é uma unidade de linguagem encontrada (que está presente) em acontecimentos específicos” (GUIMARÃES, 2018, p. 15).

Segundo o estudioso, o acontecimento refere-se ao que ocorre quando se fala algo, ou seja, “a enunciação diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo. Trata-se, para nós, de um acontecimento, o acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2018, p. 19). Portanto, por meio da Semântica do Acontecimento, estuda-se “o sentido como a significação do enunciado, cons-

-tituído pela integração do enunciado ao texto” (idem). Dessa forma, toma-se a enunciação como acontecimento do funcionamento da língua em determinado espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2018). Diante dessa perspectiva, o texto é uma unidade que possui sentido e que se constitui a partir de uma integração de enunciados no acontecimento, portanto, a música é um texto por se constituir em “uma unidade de significação”, e “interessa porque significa” (GUIMARÃES, 2017, p. 9).

Ainda segundo o autor, “o universo da significação, que faz dos textos o que são, é o que produz o envolvimento que nos transporta, que nos transforma, mesmo que este universo, na tranquilidade do cotidiano, pareça não fazer parte de nossas vidas, e que descobrimos que faz” (idem). Assim, o texto, por esta perspectiva, é “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação” (GUIMARÃES, 2017, p. 25).

Portanto, a música sob análise é um texto constituído por enunciados que se integram; enunciados estes que, segundo o estudioso, apresentam duas características importantes: a consistência interna e a independência relativa (GUIMARÃES, 2017). A consistência interna refere-se às relações que os elementos mantêm entre si e “que faz com que cada um, num certo sentido, se baste” (GUIMARÃES, 2018, p. 16); enquanto a independência relativa diz respeito à relação de se tomar a palavra no enunciado, ou seja, “a palavra precisa ser tomada no enunciado [...] para poder se apresentar neste todo do acontecimento do dizer” (idem). Diante disso, “é a independência relativa, aliada à consistência interna, então, que faz o enunciado significar e assim ser enunciado, e não se reduzir a uma sequência de sons, ou de palavras, ou de formas, simplesmente” (GUIMARÃES, 2018, p. 16).

Utilizaremos para tal, três procedimentos: a reescrituração, que consiste em dizer o mesmo de outra forma, o que possibilita observarmos quais outros termos retomam o termo *Amélia*; também observaremos as designações de *Amélia*, ou seja, o que *Amélia* designa, isto é, significa; e, por fim, a cena enunciativa que se configura a partir de “personagens” do dizer, que são: o Locutor, o alocutor-x e o enunciador, que formam os lugares de enunciação, “lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer” (GUIMARÃES, 2005, p. 23). Tais procedimentos serão melhor descritos nas seções a seguir.

2. Corpus: música “Desconstruindo Amélia”, da Pitty, lançada em 2009

DESCONSTRUINDO AMÉLIA (PITTY, 2009)

Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar

O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume, esquecia-se dela
Sempre a última a sair

Disfarça e segue em frente
Todo dia até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
Já não quer ser o outro
Hoje ela é um também

A despeito de tanto mestrado
Ganha menos que o namorado
E não entende por que
Tem talento de equilibrista
Ela é muitas, se você quer saber

Hoje aos 30 é melhor que aos 18
Nem Balzac poderia prever
Depois do lar, do trabalho e dos filhos
Ainda vai pra *night* ferver

Disfarça e segue em frente
Todo dia até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo
Faz questão de se cuidar

Nem serva, nem objeto
Já não quer ser o outro
Hoje ela é um também.

3. A cena enunciativa de “Desconstruindo Amélia”

Segundo Guimarães, “a cena enunciativa é produzida pelo agenciamento político da enunciação [...] o falante é agenciado politicamente e assim constitui a cena enunciativa: o acontecimento da enunciação produz sentidos ao constituí-la” (2018, p. 53). Assim, a cena enunciativa é a especificação do espaço de enunciação, constituindo-se num local de distribuição dos lugares de dizeres compostos por Locutor, Locutário, Alocutor, Alocutário e Enunciador. Portanto, Guimarães diz que o acontecimento, ao agenciar o Locutor, “constitui tanto o Locutor (L) quanto o seu Locutário (LT). O Locutário é o correlato do Locutor. O Locutor apresenta assim aquele que diz como um eu que fala a um tu” (2018, p. 55).

Temos, ainda, que o falante ao enunciar também se divide em alocutor-x¹ (al-x), que diz respeito ao lugar social de dizer ocupado pelo Locutor, que também institui um locutário-x (at-x), que seria o correspondente do alocutor-x, ou seja, o seu tu. E, por fim, o estudioso diz que o falante é agenciado em enunciador (lugar de dizer), ou seja, “o enunciador é um lugar x que se relaciona com o que se diz no acontecimento” (GUIMARÃES, 2018, p. 65). Dessa forma, não integra a relação de locução.

Ainda segundo o estudioso, o acontecimento gera uma temporalidade: “Acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p. 12). E é por causa da temporalidade que o acontecimento nunca se repete. Então, observamos que o acontecimento não é um fato no tempo, o acontecimento temporaliza um presente que é o próprio enunciado, uma latência de futuro, que é a projeção interpretável do enunciado e um memorável, que são as rememorações de enunciados anteriores.

Analisando o acontecimento da música “Desconstruindo Amélia”, observamos que o Locutor é a cantora baiana Pitty, aqui a origem do dizer. A letra da música foi composta por ela juntamente com Martin Mendonça, em 2009, e faz parte do álbum *Chiaroscuro*. Aqui, Pitty assume o lugar de origem do dizer ao interpretar a música ao Locutário fã.

Portanto, a Locutora Pitty, ao ser agenciada, configura um Locutário ouvinte da música, fã, que seria o tu para o qual a Locutora se dirige. Nessa cena enunciativa, a Locutora Pitty também é agenciada pelo memorável² da canção “Ai, que saudade da Amélia”, composta por Mário Lago e Ataulfo Alves, em que a Locutora ressignifica a imagem da mulher idealizada nos anos 1940, que projetava valores paternalistas e tradicionais, ressignificando o memorável e projetando uma visão³ da mulher moderna, determinada, que luta para ser atuante na sociedade contemporânea.

Além de termos essa relação entre Locutor (eu) e Locutário (tu), temos que o Locutor é dividido em alocutor-x, lugar social do Locutor ao dizer. Então, o alocutor-x, nesse acontecimento, é uma alocutora-feminista, pois a Locutora Pitty ressignifica a *Amélia* do passado, apresentando uma “nova Amélia” que luta para ser dona de si, também uma alocutora-tradicionista, ao apresentar o ponto de vista da apreensão da mulher na década de 1940 e uma alocutora-cantora, ao enunciar por meio dos recursos expressivos da música, como ritmo, melodia, instrumentalização.

A Locutora enuncia como alocutora-tradicionista ao rememorar enunciados que remetem à visão da mulher como submissa às necessidades e aos desejos do homem, sentido esse cristalizado pela canção “Ai, que saudade da Amélia”, composta por Mário Lago e Ataulfo Alves, e apresentado nas análises a seguir.

¹ O x refere-se à incógnita a ser preenchida de acordo com o lugar social adotado, por exemplo, alocutor-professor, alocutor-escriptor.

² Rememoração de enunciados (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

³ Latência de Futuro.

Na primeira estrofe do nosso *corpus*, essa posição da alocutora-tradicionalista é projetada por meio dos versos “Já é tarde, tudo está certo/Cada coisa posta em seu lugar/Filho dorme, ela arruma o uniforme/Tudo pronto pra quando despertar”. Aqui, a mulher se ocupa das tarefas do lar, deixando tudo arrumado e impecável. Continua o trabalho tarde da noite, aproveitando quando o filho está dormindo. Nesses enunciados a alocutora-tradicionalista remete ao ideal da mulher vista historicamente como submissa ao homem e à família, visão predominante no histórico da sociedade brasileira do século XX.

Temos ainda a alocutora-tradicionalista na segunda estrofe, quando, ao longo dos versos, observamos a constituição histórica da mulher que foi moldada para se encaixar no papel tradicional projetado pelas sociedades paternalistas: “O ensejo a fez tão prendada/Ela foi educada pra cuidar e servir”. Assim, a mulher, concebida como sexo frágil, tem como dever cuidar da casa e da família, sempre disposta a servir, a colocar-se em segundo plano, como vemos nos seguintes recortes: “De costume, esquecia-se dela/Sempre a última a sair”. Nesses últimos versos, também é possível analisar que a mulher, por estar acostumada a sempre se colocar em último plano, ser abnegada, esquece de si mesma como ser humano, com vontades próprias, sendo a última a sair, pois é a única responsável pelas tarefas domésticas e pelo cuidado de todos.

Por fim, nos dois primeiros versos da terceira estrofe, observamos a alocutora-tradicionalista: “Disfarça e segue em frente/Todo dia até cansar”. Nesse recorte, a mulher sente o desequilíbrio da configuração doméstica, sente o peso de fazer tudo, mas, diante do contexto histórico e social que projetam o sentido de mulher, *Amélia* continua em frente, aceita sua condição sem nada mudar por certo tempo. Em frente à luta pela igualdade entre homens e mulheres, observamos a partir do memorável de 1970, quando as Nações Unidas instituíram o dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher, uma ressignificação do espaço de enunciação que é enunciado pela alocutora-feminista, que aparece no restante do poema. O memorável é um recorte de significação de enunciações ao longo da história, portanto, é um olhar para enunciações do passado, evocando-se enunciações específicas. Então, não se trata de uma redução da luta feminista à implementação de datas comemorativas, mas sim de uma rememoração de enunciações passadas que projetaram essa luta.

Nos últimos versos da terceira estrofe, observamos uma mudança de posicionamento de alocutora-tradicional para alocutora-feminista: “E eis que de repente ela resolve então mudar/Vira a mesa, assume o jogo/Faz questão de se cuidar/Nem serva, nem objeto/Já não quer ser o outro/Hoje ela é um também”. Aqui, a alocutora-tradicionalista dá lugar à alocutora-feminista, que empodera-se e ressignifica-se. Nesse trecho, a alocutora-feminista assume o controle da vida e de si mesma, desconstruindo um histórico paternalista. A mulher de hoje rompe com padrões tradicionais impostos a ela. No trecho “Já não quer ser o outro/Hoje ela é um também”, rememoramos o conceito formulado pela filósofa Simone de Beauvoir no livro *O Segundo Sexo*, que mostra que, ao longo da história, a mulher “ocupa a posição do Outro do homem, ou seja, ela não é definida como um ser humano completo e universal, mas em compa-

-ração ao homem e a partir do olhar dele” (ARRUDA, 2020). Nesse acontecimento, portanto, o enunciado projeta uma futuridade de que a mulher não quer mais ser definida pelo homem, não quer mais ser limitada pela sociedade e pelos papéis a ela atribuídos, não quer mais ser o Outro, a *Amélia* de Pitty quer ser um.

Na quarta estrofe, “A despeito de tanto mestrado/Ganha menos que o namorado/E não entende por que/Tem talento de equilibrista/Ela é muitas, se você quer saber”, a alocutora-feminista enuncia a desigualdade no mercado de trabalho enfrentado pela *Amélia* moderna, que é qualificada, tem todos os requisitos necessários para ocupar a vaga e, mesmo assim, muitas vezes, recebe salários mais baixos que homens que ocupam a mesma vaga. Segundo uma pesquisa divulgada no site Correio Braziliense, “Em fevereiro de 2021, a agência de empregos Catho constatou que mulheres, mesmo ocupando os mesmos cargos e realizando tarefas iguais às dos homens, chegam a ganhar até 34% menos do que eles” (ARAUJO, 2021). Além disso, o termo “mestrado” projeta a luta pelo direito à educação profissional que por muito tempo foi negado às mulheres.

No recorte “Tem talento de equilibrista/Ela é muitas, se você quer saber”, a alocutora-feminista mostra a múltipla jornada da *Amélia* do século XXI, que assume vários papéis para dar conta de fazer tudo que a sociedade exige: ela trabalha fora, trabalha em casa, cuida da família, cuida de si mesma, se desdobrando para colocar tudo em ordem. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), “as mulheres trabalham, em média, 7,5 horas a mais que os homens por semana devido à dupla jornada, que inclui tarefas domésticas e trabalho remunerado. Apesar da taxa de escolaridade das mulheres ser mais alta, a jornada também é” (VERDÉLIO, 2017).

No penúltimo recorte do poema, “Hoje aos 30 é melhor que aos 18/Nem Balzac poderia prever/Depois do lar, do trabalho e dos filhos/Ainda vai pra *night* ferver”, a alocutora-feminista enuncia que a *Amélia* do século XXI é mulher ativa, viva, e que, apesar de todos os obstáculos e dificuldades, é dona de si. No trecho “Depois do lar, do trabalho e dos filhos/Ainda vai pra *night* ferver”, a alocutora-feminista quebra com o ideal da *Amélia* do século XX, já que, apesar das diversas tarefas do lar, do trabalho, do cuidado com os filhos e com a família, ela se coloca em primeiro plano, e dá a si mesma a chance de viver, de se divertir.

Por fim, no enunciado “Hoje aos 30 é melhor que aos 18/Nem Balzac poderia prever”, a alocutora-feminista rememora o livro *A mulher de 30 anos*, do francês Honoré de Balzac, escrito no século XIX, em que se constituiu a ideia de que mulheres aos 30 anos já eram consideradas velhas na sociedade da época. A alocutora-feminista critica tal ideia mostrando que, no século XXI, a mulher aos 30 está tão bem, ou até melhor que uma aos 18 anos.

4. As reescrituras e articulações de *Amélia*

Apreender as reescrituras, analisá-las e projetar seus sentidos pode, por diversas vezes, parecer repetitivo, mas a reescritura é um mecanismo de redizer o que já foi dito,

produzindo uma interpretação nova e diferente, e é nessa perspectiva que a metodologia da análise se ancora.

Para analisarmos o sentido da palavra *Amélia*, optamos por trabalhar com a análise de texto sob a perspectiva da Semântica do Acontecimento de Guimarães (2018, 2017, 2013). O estudioso afirma que:

Eu só posso saber o sentido de uma palavra na medida em que a tomo numa unidade de análise, que é o enunciado, mas enquanto esse enunciado integra um certo texto; não é aquela sequência sozinha, mas enquanto ela é enunciada, ou seja, enquanto ela é unidade que integra texto (GUIMARÃES, 2013, p. 26-27).

Assim, o autor nos mostra que a palavra deve ser tomada como uma unidade, e o texto como uma relação de integração entre enunciados. E, para realizar tal estudo, ele apresenta o procedimento da reescrituração, que “são modos de atribuir sentido por um procedimento de determinação que se dá de uma maneira diversa da relação de articulação que há entre um determinante e um determinado num sintagma” (GUIMARÃES, 2013, p. 27). Ou seja, reescrituração é um procedimento transversal em que palavras de um enunciado mantêm relação com palavras de outros enunciados, em que se “estabelece uma certa atribuição de sentido de uma palavra a outra” (GUIMARÃES, 2013, p. 28). Assim, pensar o sentido de uma palavra é considerar que o sentido dela é construído por meio da reescrituração (GUIMARÃES, 2013).

De acordo com Guimarães, a reescrituração “é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (GUIMARÃES, 2007a, p. 84). Portanto, vemos que o procedimento de reescrituração aborda uma relação entre as palavras e o texto, já que uma palavra pode ser reescrita ao longo de um texto e ganhar, assim, sentidos diversos.

Além da reescrituração, também há a operação de articulação que permite observar a relação de elementos de um enunciado de forma linear ao longo do texto. Assim, ao observar o presente do acontecimento da música “Desconstruindo *Amélia*”, observamos que a palavra “*Amélia*” aparece no título da música sendo determinada por “desconstruindo”. Aqui, *Amélia* projeta um memorável da imagem da mulher idealizada em meados dos anos 1940, memorável construído e reforçado pela canção “Ai, que saudade da *Amélia*”, composta por Mário Lago e Ataulfo Alves, como já mencionado anteriormente. Neste acontecimento, *Amélia* é significada como a mulher que cuida do bem-estar do outro, que é do lar, recatada, companheira, que vive somente em função da família. Esse memorável projetado por “Ai, que saudade da *Amélia*” é resgatado e ressignificado por meio da articulação entre os termos *Amélia* e “desconstruindo”.

A articulação trata-se de um procedimento enunciativo de atribuição de sentido linear, “é um modo de relação enunciativa que dá sentido às contiguidades linguísticas, é, então, uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento” (GUIMARÃES, 2018, p. 80).

Ainda segundo o pesquisador:

Estas relações funcionam na organização dos enunciados. De um lado podemos considerar que os enunciados se constituem por uma relação de enunciação específica que constitui unidades com consistência interna estabelecida, exatamente por estas relações de articulação (GUIMARÃES, 2018, p. 80).

Portanto, nessa articulação, o termo “desconstruindo” projeta uma futuridade de desfazer algo para reconstruir, ou seja, aqui, no presente do acontecimento, o verbo está na forma nominal gerúndio, que projeta uma significação de ação em andamento, em desenvolvimento. Dessa forma, a articulação com o nome *Amélia* significa o resgate desse memorável da *Amélia* de Mário Lago e Ataulfo Alves e simultaneamente a ressignificação dessa *Amélia* no presente do acontecimento.

Assim, o título da canção de Pitty apresenta o sentido de uma mulher diferente da cantada por Mário Lago e Ataulfo Alves, uma mulher que antes era definida pelo homem, mas que no presente do acontecimento define a si mesma. A *Amélia* do título é ressignificada como a mulher que deixou de se dedicar exclusivamente à casa e à família e luta por autonomia e empoderamento.

Observamos que ao longo do poema, o nome *Amélia* ocorre várias vezes no texto, reescriturada por substituição e elipse. A substituição acontece quando uma expressão é reescriturada por outra, ou seja, “uma expressão é retomada em outro ponto por outra expressão” (GUIMARÃES, 2007a, p. 85). E a elipse acontece quando uma palavra é omitida nos enunciados que a precedem, e, dessa forma, pode ser marcada ou não. Para facilitar a apreensão desses procedimentos de reescrituração, agrupamos as reescriturações a partir de sua classificação, em substituição e elipse, e procedemos com a descrição detalhada e análise desses mecanismos, para, assim, conseguirmos observar os sentidos de *Amélia* em cada reescrituração.

A reescrituração por substituição se dá:

a) No final do 3º verso da 1ª estrofe: “filho dorme, ELA arruma o uniforme”.

Analisamos que o termo *Amélia* é substituído pelo pronome pessoal do caso reto ELA. Nesse enunciado, a reescrituração retoma o termo *Amélia* associado ao memorável da *Amélia* de Mário Lago e Ataulfo Alves, por meio da predicação “arruma o uniforme”, que significa e projeta a mulher dona de casa cantada nos anos 1940, que cuida dos filhos e do lar, dedicando-se em manter tudo arrumado e em ordem.

b) No início do 1º verso da 2ª estrofe: “O ensejo A fez tão prendada”; no início do 2º verso da 2ª estrofe: “ELA foi educada pra cuidar e servir”; no 3º verso da 2ª estrofe: “De costume, esquecia-se DELA”; e no 4º verso da 3ª estrofe: “Sempre A última a sair”.

Nesses enunciados, Amélia é reescriturada a partir dos pronomes pessoais de caso reto e oblíquos ELA e A, assim como pelo possessivo DELA, que articulados aos enunciados projetam um memorável da mulher que se ocupa com as tarefas diárias que não cessam mesmo à noite. Aqui, a Amélia tradicional é rememorada, aquela que cumpre toda rotina para garantir o bem-estar da família e da casa, cuidando de tudo e de todos e se deixando em último plano. É a Amélia sempre disposta a servir, a cuidar, que coloca os outros em primeiro lugar, faz tudo sozinha, sem dividir as tarefas do lar, o que projeta uma futuridade de desequilíbrio na divisão das tarefas do lar.

c) No 3º verso da 3ª estrofe: “E eis que de repente ELA resolve então mudar”; no 5º verso da 3ª estrofe: “Faz questão de SE cuidar”; e no último verso da 3ª estrofe: “Hoje ELA é um também”.

Observamos que *Amélia* é reescriturada a partir do pronome pessoal do caso reto *ELA* e pelo pronome reflexivo recíproco *SE*. Nesse acontecimento, a reescrituração do nome *Amélia* atualiza seu significado ao articular-se ao presente do acontecimento, sendo determinado por “resolve então mudar”. *Amélia* nesse presente quebra com o ideal da *Amélia* tradicional e projeta uma mulher que deixa o conformismo de lado, pois “hoje ela é um também”, e decide dar um basta e assumir o controle de si mesma e da sua vida, sentido reforçado e projetado pelo pronome *SE* ao se articular com o verbo cuidar. Assim, *SE* é determinado por *cuidar*.

d) No último verso da 4ª estrofe: “ELA é muitas, se você quer saber”.

Aqui, o termo *Amélia* é reescriturado pelo pronome pessoal do caso reto *ELA* e determinado pelo termo *muitas*, que no presente da enunciação significa a múltipla jornada enfrentada pela mulher moderna, que envolve trabalhar fora, cuidar da casa, da família, de si mesma, e assim por diante. *Muitas* predica *ELA* e projeta o sentido da múltipla jornada e os diversos papéis assumidos pela *Amélia* do século XXI.

Agora, observemos a reescrituração por elipse que se dá:

a) No último verso da 1ª estrofe: “Tudo pronto pra quando (AMÉLIA) despertar”.

No presente do acontecimento, o nome *Amélia* reescriturado por elipse se articula ao presente da enunciação projetando um sentido da *Amélia* tradicional que tende a deixar tudo organizado para a família para o dia seguinte. Assim, a elipse articulada a despertar mostra que quando *Amélia* acordar, já terá parte do trabalho pronto para começar a longa jornada do dia.

b) No 1º verso da 3ª estrofe: “(AMÉLIA) Disfarça e segue em frente”; no 4º verso da 3ª estrofe: “(AMÉLIA) Vira a mesa, (AMÉLIA) assume o jogo”; e nos 6º e 7º versos da 3ª estrofe: “(AMÉLIA) Nem serva, nem objeto/(AMÉLIA) Já não quer ser o outro”.

Nessas reescriturações por elipse, *Amélia* é determinada pelas predicções: “disfarça, segue, vira, assume, quer ser”. Desse modo, ela assume as rédeas da sua vida, assume o controle, e ressignifica sua existência, como vemos em “Nem serva, nem objeto”. A *Amélia* de Pitty luta por si mesma e por todas as mulheres, assumindo a sua história, como vemos por meio dessas predicções.

c) Nos 2º, 3º e 4º versos da 4ª estrofe: “(AMÉLIA) Ganha menos que o namorado/E (AMÉLIA) não entende porque/(AMÉLIA) Tem talento de equilibrista”.

Nas duas primeiras reescriturações por elipse, *Amélia* é determinada por “ganha menos” e “não entende”, o que nos remete à desigualdade salarial de gênero presente na sociedade brasileira, baseada num histórico machista. E, na última reescrituração, *Amélia* é determinada por “equilibrista”, projetando a capacidade que a mulher adquiriu de dar conta de tudo em prol de sua liberdade e voz.

d) No 1º verso da 5ª estrofe: “Hoje aos 30 anos (AMÉLIA) é melhor que aos 18”; e no último verso da 5ª estrofe: “(AMÉLIA) Ainda vai pra night ferver”.

Nesses recortes, *Amélia* é predicada por estar “melhor que aos 18” e determinada por “vai pra *night* ferver”. Assim, a reescrituração por elipse mostra que a *Amélia* de Pitty cuida de seu bem-estar, se diverte, cuida de si mesma e, portanto, aos 30 anos tem a vida corrida, mas, de certa forma, independente, ressignificando o memorável do romance *A mulher de 30 anos*, citado anteriormente.

Ao analisarmos o texto por meio desses procedimentos, corroboramos com o posicionamento de Guimarães (2013) de que a questão semântica se dá no texto, texto pensado enquanto enunciado numa relação de integração.

[...] se observamos o conjunto dessas operações, veremos o modo como os procedimentos enunciativos operam desde o interior das pequenas unidades, enquanto construções de relações locais, mas que interessam porque estão nesse conjunto; até operações que agem por sobre esses limites, por um lado, articulando-os de alguma maneira, e, por outro, operando independentemente desses limites, no caso da reescrituração (GUIMARÃES, 2013, p. 31-32).

5. As designações de *Amélia*

Como já dissemos anteriormente, tomamos o enunciado como unidade de análise e o observamos enquanto integrante de um texto: “o funcionamento semântico dos enunciados os relaciona como o texto. [...] uma palavra, uma expressão significam por estarem integradas em um enunciado que é enunciado por integrar-se a um texto” (GUIMARÃES, 2018, p. 151). Diante disso, a questão da designação apontada por Guimarães faz-se necessária ao estudo da palavra *Amélia*, por proporcionar a observação dos sentidos da palavra ao longo da música.

Segundo o estudioso, “A designação, de alguma maneira, constitui uma relação com o real pela qual podemos falar dele. A designação é uma relação entre a linguagem e o mundo. O mundo tomado não enquanto existente, mas enquanto significado pela linguagem” (GUIMARÃES, 2018, p. 154). Ou seja, designar é uma forma de analisar e uma forma de pensar de que maneira uma palavra significa nos enunciados em que acontece. Dessa forma, “chegamos à designação de uma palavra ou expressão pela análise das relações das palavras com outras nos acontecimentos de enunciação. E estas relações constituem o que chamo de *Domínio Semântico de Determinação* (DSD) específico da palavra no texto ou textos considerados” (GUIMARÃES, 2018, p. 156). O DSD é um procedimento de apreender as análises de forma gráfica, ou seja, “considera as relações de atribuição de sentido que podemos encontrar entre as palavras de um texto, ou textos, com aquele que se analisa” (GUIMARÃES, 2018, p. 157).

Ao longo da estrutura da música, observamos dois sentidos para *Amélia*: um voltado para o tradicional, significado e reforçado pela canção “Ai, que saudade da Amélia”, composta por Mário Lago e Ataulfo Alves; e outro contemporâneo, cantado e ressignificado por Pitty em “Desconstruindo Amélia”. As reescrituras apontaram essas duplas significações. Assim, o sentido de *Amélia* se estrutura em dois momentos. O primeiro formado pelas duas primeiras estrofes e os dois primeiros versos da terceira estrofe:

Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar

O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume, esquecia-se dela
Sempre a última a sair

Disfarça e segue em frente
Todo dia até cansar

Aqui, *Amélia* é determinada por “arruma o uniforme”, “tudo pronto pra quando despertar”, “tão prendada”, “educada pra cuidar e servir”, “esquecia-se dela”, “última a sair”, “disfarça e segue em frente”, “até cansar”. Essas determinações projetam um memorável da mulher cantada por Mário Lago e Ataulfo Alves, em meados do século XX, que cristalizou *Amélia* com o sentido de mulher dona de casa, cuidadora, abnegada e submissa.

Nesse primeiro momento da canção, *Amélia* significa a mulher tradicional, esse sentido foi cristalizado ao longo da história, como já mencionado. Conforme as duas figuras mostradas a seguir, em uma busca rápida no Google e no Dicionário Informal, observamos que esse sentido ainda está presente e continua circulando na atualidade. Além disso, observamos que o termo *Amélia* aparece escrito com letra minúscula, associando-se, dessa forma, a um tipo de

ocupação exercida pela mulher, funcionando como um tipo de adjetivação. Além disso, *Amélia* é determinada por mulher considerada amorosa, passiva, serviçal, dona de casa.

Figura 1: Definição de “amélia”, segundo o Google.



Fonte: Google.

Figura 2: Definição de “Amélia”, segundo o Dicionário Informal.



Fonte: Dicionário Informal.

Diante disso, há uma rememoração desse sentido de *Amélia* que circulou e se cristalizou no século XX, que é retomado pela Locutora Pitty num primeiro momento, apresentando dessa forma, uma significação de *Amélia* a partir de um ponto de vista historicamente machista.

Assim, por meio dessas determinações, e também das reescrituras e da cena enunciativa, *Amélia* significa: cuidadora (“arruma o uniforme”, “tudo pronto pra quando despertar”), memorável associado ao discurso religioso de que compete à mulher o cuidado pela vida e pelo outro; serva (“educada pra cuidar e servir”), memorável associado à inferioridade da mulher em relação ao homem, tida como sexo frágil; e intelectualmente inferior, sentidos projetados por visões machistas sobre a mulher, como se vê em enunciados como “em 1879, o polímata francês Gustave Le Bon escreveu que mesmo nas ‘raças mais inteligentes’ há um grande número de mulheres cujos cérebros são mais parecidos com os dos gorilas do que com os cérebros masculinos mais desenvolvidos” (RIPPON, 2020). Tais enunciados machistas

projetaram por muito tempo o sentido de inferioridade da mulher assumido pelo ponto de vista machista.

Amélia significa ainda dona de casa (“tão prendada”), que remete ao memorável da mulher ideal para casar, bela, recatada, do lar, uma dona de casa ideal, e, por fim, significa abnegada (“esquecia-se dela”, “última a sair”, “disfarça e segue em frente”, “até cansar”), que remete ao memorável da mulher que coloca tudo e todos em primeiro lugar, a esposa e a mãe ideais. Portanto, pelo DSD a seguir, observamos os sentidos de *Amélia* nesse primeiro momento da canção. Então, diante das análises, temos que *Amélia* significa dona de casa, cuidadora, serva e abnegada nesse primeiro recorte.

Figura 3: DSD da Amélia Tradicional.



Fonte: Elaboração própria.

No segundo momento, o sentido de Amélia se estrutura a partir do 3º verso da 3ª estrofe e segue ao longo do restante das três últimas estrofes:

E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
Já não quer ser o outro
Hoje ela é um também

A despeito de tanto mestrado
Ganha menos que o namorado
E não entende por que
Tem talento de equilibrista
Ela é muitas, se você quer saber

Hoje aos 30 é melhor que aos 18
Nem Balzac poderia prever
Depois do lar, do trabalho e dos filhos
Ainda vai pra *night* ferver

Nesse segundo momento, o sentido de *Amélia* é atualizado e ressignificado pela Locutora Pitty, que, como alocutora-feminista, atualiza o sentido de *Amélia* e da mulher. Essa atualização permeia-se a partir de muita luta e de “vários feminismos, com diversidade e heterogeneidade entre as mulheres e suas demandas. Reconhecer o caráter plural do movimento legitima a contribuição de mulheres de diferentes etnias, origens sociais, orientações sexuais e identidades de gênero: negras, indígenas, asiáticas, lésbicas, bissexuais, transgêneros” (DE LIMA, 2020). Assim, vários memoráveis de enunciados que marcam e celebram as conquistas dos movimentos feministas que reivindicam a igualdade de direitos para as mulheres em todas as esferas da vida são rememorados no presente do acontecimento da música.

Então, a partir desse memorável de luta, *Amélia* é ressignificada, e, ao longo da 3ª estrofe, é determinada por “resolve então mudar”, “vira a mesa”, “assume o jogo”, “faz questão de se cuidar”, “nem serva, nem objeto”, “não quer ser o outro”, “hoje ela é um também”, “tanto mestrado”, “ganha menos que o namorado”, “equilibrista”, “muitas”, “melhor que aos 18”, “vai pra *night* ferver”. Nesse recorte, *Amélia*, ao ser determinada pelos enunciados “resolve então mudar”, “vira a mesa”, “assume o jogo”, projeta a luta para ter espaço, voz e lugar na sociedade.

Em “resolve então mudar”, “vira a mesa”, “assume o jogo”, podemos ter o memorável da “Queima de sutiãs” nos EUA em 1968. Esse memorável ficou marcado como a denúncia da objetivação da mulher e do racismo realizado pelo Movimento de Libertação das Mulheres. Esse memorável é um acontecimento enunciativo que ganhou destaque na mídia e representa parte dessa luta, porém, segundo De Lima (2020), “A história do feminismo a partir do século 19 é comumente contada por meio de uma periodização em ondas. Ela enfatiza momentos em que o feminismo tomou conta do debate público, com reivindicações e discussões irrompendo com maior força em torno de determinadas pautas”. Ainda ao ser determinada por “tanto mestrado”, “ganha menos que o namorado”, *Amélia* significa a luta e a conquista pelo direito à educação e pelo direito de adentrar no mercado de trabalho, mesmo que as condições ainda não sejam equivalentes. É uma batalha.

Amélia também significa independência, a partir dos determinantes “faz questão de se cuidar”, “nem serva, nem objeto”, “não quer se o outro”, “vai pra *night* ferver”. Em “faz questão de se cuidar” e “nem serva, nem objeto”, *Amélia* contrapõe-se diretamente à *Amélia* da canção de Mário Lago e Ataulfo, que é definida pela “ausência de vaidade” (“*Amélia* não tinha a menor vaidade/*Amélia* é que era a mulher de verdade”), a partir de um ponto de vista machista, já que neste acontecimento observa-se que essa ausência é um atributo, pois “à dona de casa cabem os afazeres domésticos ‘naturalmente’ destinados à mulher e os cuidados ao outro, numa posição de submissão ao outro, e, ainda, de anulação de si” (DARÓZ; PRANDI-GONÇALVES, 2019, p. 95). Esses enunciados de subjetivação da mulher à vida doméstica reforçam o ponto de vista machista que perdurou por muito tempo na história e em várias épocas e que são rememorados pela música “Ai, que saudade da *Amélia*”⁴.

⁴ Disponível em: <https://g.co/kgs/Vj3hNJ>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Também podemos observar a busca pela independência sexual, no trecho “nem serva, nem objeto”, que ainda apresenta um tabu na sociedade brasileira contemporânea. A mulher do século XX se encontrava sobre um forte discurso conservador, imposto pela religião, pela política, pela instituição familiar, dentre outras, o que a privou por muito tempo de exercer sua liberdade sexual.

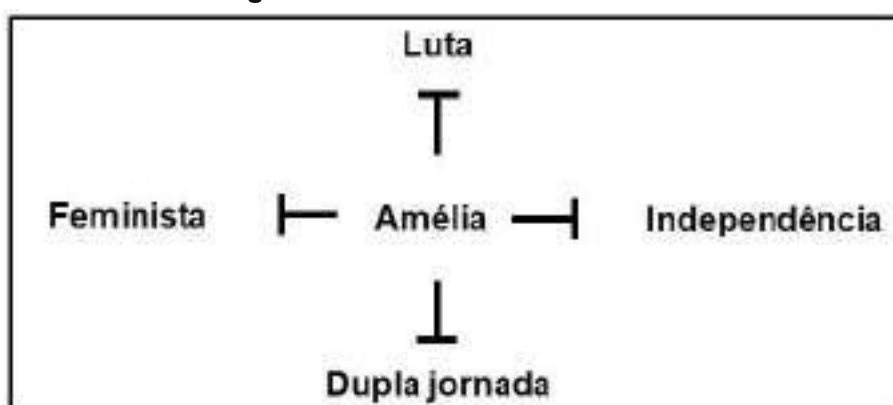
A partir destas determinações, observamos ainda a busca pela independência psicológica, nos trechos “não quer ser o outro” e “hoje ela é um também”, que remete ao memorável da mulher como sexo frágil que depende do homem para tudo. Nesse acontecimento, como vimos, a mulher luta para pensar por si mesma, para tomar suas próprias decisões, para ter a mente livre, ser e fazer o que quiser.

E, por fim, as determinações projetam a busca por independência financeira, como nas passagens “tanto mestrado”, “ganha menos que o namorado” e “vai pra *night* ferver”, que remete à conquista pelo direito de trabalhar, de ter o próprio dinheiro. Aqui, observa-se uma economia sexista, no entanto, apesar de receber menos que o homem, o dinheiro, para a *Amélia*, representa o fruto de seu trabalho, do seu estudo e do direito à diversão.

O termo *Amélia*, ao ser determinado por “equilibrista” e “muitas”, significa dupla jornada, já que a mulher moderna, ao adentrar no mercado de trabalho, continua realizando e sendo responsável pelas tarefas de cuidado e dos afazeres domésticos. Isso faz com que tenha uma sobrecarga de tarefas, portanto, equilibra-se e se desdobra, sendo muitas para dar conta de tudo. E, por fim, ao ser determinado por “hoje ela é um também”, *Amélia* significa feminista, já que luta pela igualdade entre os gêneros, ressignificando a mulher não mais como “a costela de Adão” ou “o outro do homem”, mas, agora, como uma mulher que luta para significar um ser humano único, com os mesmos direitos e deveres.

Portanto, a partir dessas determinações, e das reescrituras e da cena enunciativa, *Amélia* significa luta (“resolve então mudar”, “vira a mesa”, “assume o jogo”, “tanto mestrado”, “ganha menos que o namorado”), independência (“faz questão de se cuidar”, “nem serva, nem objeto”, “não quer se o outro”, “vai pra *night* ferver”), dupla jornada (“equilibrista”, “muitas”), feminista (“hoje ela é um também”). Então, pelo DSD a seguir, observamos os sentidos de *Amélia* nesse segundo momento da canção, que como já dissemos, são opostos.

Figura 4: DSD da *Amélia* Moderna.



Fonte: Elaboração própria.

6. Conclusão

Ao analisarmos o sentido de *Amélia* na canção de Pitty, vimos que este é ressignificado e atualizado. O termo *Amélia* aparece primeiramente na canção de Mário Lago e Ataulfo Alves que circulou a partir dos anos 1940 e ainda circula na sociedade brasileira. Tal canção, associada ao referencial histórico⁵ do século XX, proporcionou uma cristalização do nome *Amélia*, definido em um primeiro momento como um ideal de mulher, ou ainda “a mulher de verdade”.

A partir das análises das reescrituras, que nos permitiram observar a consistência interna e a independência relativa dos enunciados, observamos que no presente do acontecimento há uma adjetivação do termo *Amélia*, que passa a significar uma ocupação, como pudemos observar ao longo das análises. Dessa maneira, num primeiro momento, *Amélia* significa cuidadora, dona de casa, serva, abnegada. Todavia, ao longo do acontecimento da música “Desconstruindo Amélia”, observamos uma *Amélia* diferente, que mesmo ainda presa a várias amarras sociais, luta pela sua história e por sua individualidade, já que a articulação entre o termo “desconstruindo” projeta uma futuridade de desfazer algo para reconstruir. Num segundo momento do acontecimento, *Amélia* significa luta, feminismo, independência, dupla jornada.

Assim, o DSD a seguir projeta a diferença de significação entre o termo *Amélia* ao longo do acontecimento da canção de Pitty, e, como observamos, *Amélia* tem o sentido atualizado no presente do acontecimento, ficando em oposição ao sentido anterior. Dessa forma, vemos que *Amélia* apresenta uma contrariedade que existe na língua, e que, segundo a Semântica do Acontecimento, trata-se do político: “O político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (GUIMARÃES, 2005, p. 16). Diante disso, o político não é o social, nem o democrático, mas, sim, o linguístico, que é “[...] a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos” (GUIMARÃES, 2005, p. 17). Portanto, observamos a partir do DSD para os sentidos de *Amélia* essa contrariedade que existe na língua.

Nosso propósito ao longo deste texto era analisar o sentido de *Amélia* presente na música da Locutora Pitty a partir de um ponto de vista linguístico, especificamente pelo viés da Semântica do Acontecimento. Ou seja, nosso ponto era analisar o que significa *Amélia* no acontecimento da música da Pitty. Por isso, não nos atentamos às teorias sociológicas, pois, nosso foco era no funcionamento do enunciado e nas questões linguísticas apresentadas e desenvolvidas. Ao final, conseguimos mostrar os sentidos de *Amélia* no presente do acontecimento, sua latência de futuro e seu memorável. Assim, no acontecimento da música, a cena enunciativa, as reescrituras, as articulações e as desinências projetam *Amélia* com

⁵ O referencial histórico é definido como o domínio de ancoragem da significação na língua, a partir do funcionamento das relações sociais. Trata-se da filiação institucional dos nossos dizeres, quando a enunciação adquire suporte na constituição histórica da sociedade (DIAS, 2018, p. 142).

sentidos atualizados, em oposição aos sentidos que circularam no século passado. Assim, este era o intuito: mostrar as significações e as atualizações dos sentidos a partir de uma visão linguística.

Figura 5: DSD para os sentidos de *Amélia*.



Fonte: Elaboração própria.

Portanto, o que observamos é que a música constitui-se de uma fonte inesgotável de sentidos, que surgem e circulam na sociedade, afetando-a, influenciando-a. Assim, ao se tornar sucesso, a canção de Mário e Ataulfo projetou e cristalizou o sentido de *Amélia* que é ressignificado por meio do sucesso de Pitty, projetando um sentido diferente do cristalizado. Assim, a Locutora Pitty atualiza o sentido de *Amélia*, agenciada pela historicidade do acontecimento e pelo presente do acontecimento associado ao memorável.

Referências

ARAUJO, Ana Luisa. Desigualdade salarial entre gêneros ainda é um problema no Brasil. **Correio Braziliense**, 23 maio 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/05/4926384-desigualdade-salarial-entre-generos-ainda-e-um-problema-no-brasil.html>. Acesso em: 23 jan. 2022.

ARRUDA, Renata. Análise: entenda a música Desconstruindo Amélia, da Pitty. **Correio Braziliense**, 6 mar. 2020. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/blog/desconstruindo-amelia-analise/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

DARÓZ, Elaine Pereira; PRANDI-GONÇALVES, Maria Beatriz Ribeiro. Amélia, uma mulher de verdade?: uma análise dos efeitos de sentidos sobre (e para) a mulher na atualidade. **IN Revistas**, UNAERP, v. 11, p. 92-104, jan./ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/inrevista/article/view/1831>. Acesso em: 4 jan. 2022.

DE LIMA, Juliana Domingos. Feminismo: origens, conquistas e desafios no século 21. **Nexo Jornal**, 7 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/03/07/Feminismo-origens-conquistas-e-desafios-no-s%C3%A9culo-21#:~:text=Duas%20defensoras%20dos%20direitos%20das,papel%20ativo%20na%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Francesa>. Acesso em: 7 maio 2022.

DIAS, Luiz Francisco. **Enunciações e relações linguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 1, n. 51, p. 49-68, jan./jun. 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto: procedimentos**, análises, ensino. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília (orgs.). **A palavra: forma e sentido**. Campinas, SP: Pontes, 2007a.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os Limites do Sentido**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. Semântica da Enunciação e Textualidade. In: DA SILVA, Soeli Maria SchreiBer; MACHADO, Carolina de Paula (orgs.). **Estudos dos Sentidos na Semântica e no Discurso**. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2013.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica, enunciação e sentido**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. **Textualidade e Enunciação. Escritos**, Campinas, n. 2, p. 3-8, 1999.

RIPPON, Gina. Por que mitos sobre a inferioridade feminina continuam surgindo? **Revista Galileu**, 28 set. 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/09/por-que-mitos-sobre-inferioridade-feminina-continuam-surgindo.html>. Acesso em: 23 jan. 2022.

VERDÉLIO, Andreia. Mulheres trabalham 7,5 horas a mais que homens devido à dupla jornada. **Agência Brasil**, 6 mar. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/mulheres-trabalham-75-horas-mais-que-homens-devido-dupla-jornada>. Acesso em: 23 jan. 2022.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

Recebido em: 06/03/2022
Aprovado em: 10/05/2022



Drag queen Pablo Vittar com o prêmio “Homem do Ano”: representações de mo(vi)mentos de (re)existências

**Drag queen Pablo Vittar with the “Men of the Year” award:
Representations of mo(ve)ments of (re)existences**

*Wilker Ramos-Soares**

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Goiás, GO, Brasil.

ORCID: 0000-0002-7182-7991

*Autor correspondente (e-mail: w.rsp@outlook.com)

Vanessa da Silva Correia

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Goiás, GO, Brasil.

ORCID: 0000-0002-2701-3472

(e-mail: vanessa.correia.8@hotmail.com)

Letícia Gottardi

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Goiás, GO, Brasil.

ORCID: 0000-0001-6172-4860

(e-mail: l.gottardi@hotmail.com)

Resumo: Somos diariamente provocadas pela ideia do que é ser mulher e do que é ser homem na sociedade brasileira contemporânea. Imposição de normas de comportamento e disciplina, exigências sobre o que falar e como se comportar e humilhações constantes se tornam parte comum do dia a dia daquelas pessoas que divergem deste comportamento normativo. Portanto, com este artigo buscamos problematizar os debates e as discussões que surgiram depois que uma drag queen levou o prêmio “Homem do Ano” de uma importante revista e como isso possibilita tensionarmos as noções de identidade de gênero e orientação sexual. Para tanto, nos fundamentamos em Fairclough (2001), Mendes Júnior e Seffner (2021), Austin (1990), entre outras, para refletir sobre o discurso como prática social e as relações de poder; Takara (2019), Butler (2012), Urzêda-Freitas (2018), entre outras, para debater sobre sexualidade e discurso de ódio; Baxter (2008), Lazar (2005), Lugones (2008), Curiel (2007), entre outras, para discutir sobre feminismo e feminismo decolonial. Discutir sobre as representações discursivas em suas múltiplas modalidades, aqui em especial no que tange às questões de gênero e sexualidade, torna-se necessário e urgente para a construção de uma sociedade menos violenta e que condene diariamente as práticas que provocam o sofrimento humano e a barbárie. Além disso, este artigo argumenta em favor de perceber a performatividade e os atos de corpo como novas oportunidades para implementar debate sobre corpo, afeto e identidade, especialmente em se tratando de um mundo virtual e visual conectado em semioses e redes.

Palavras-chave: Sexualidade. Discurso de ódio. Práticas sociais. Identidade. Gênero.

Abstract: We are daily provoked by the idea of what it is to be a woman and to be a man in contemporary Brazilian society. Imposition of norms of behavior and discipline, demands on what to say and how to behave, and constant humiliations become a common part of everyday life for those who diverge from this normative behavior. Thus, with this article we seek to problematize the debates and discussions that emerged after a drag queen received the “Men of the Year” award by an important magazine and how this makes it possible to tension the notions of gender identity and sexual orientation. To do so, we rely on Fairclough (2001), Mendes Júnior e Seffner (2021), Austin (1990), among others, to reflect on discourse as a social practice and power relations; Takara (2019), Butler (2016), Urzêda-Freitas (2018), among others, to discuss sexuality and hate speech; Baxter (2008), Lazar (2005), Lugones (2008), Curiel (2007), among others, to discuss feminism and decolonial feminism. Discussing about the discursive representations in their multiple modalities, here in particular regarding gender and sexuality issues, becomes necessary and urgent for the construction of a less violent society that daily condemns the practices that cause human suffering and barbarism. In addition, this article argues in favor of perceiving performativity and body acts as new opportunities to implement debates about body, affection, and identity, especially in a virtual and visual world connected in semiosis and networks.

Keywords: Sexuality. Hate speech. Social practices. Identity. Gender.

1. Introdução

É muito louco estar ganhando um prêmio desse, porque nunca me vi numa posição de “sou homem”. Eu sou o que eu quiser ser. [...] Ganhar um Men of the Year é afirmar que posso, sim, caminhar pelo masculino, pelo feminino e ter sucesso em ambos¹.

No final de 2020, o artista Pablllo Vittar, cantor e *drag queen* brasileiro, foi premiado pela Revista GQ Brasil como “Ícone do Ano” na premiação anual *Men of The Year*². Na época, aos 26 anos, Pablllo Vittar se tornou a primeira *drag queen* a ganhar esse prêmio e estampar a capa da edição especial de dezembro da revista. Esse episódio causou grande comoção e repercutiu comentários na grande mídia, gerando debates sobre a imagem de um “viado de peruca”³ estampando a capa de uma revista destinada a destacar os melhores homens do ano. São as inquietações e as provocações que emanam desse acontecimento discursivo⁴ que nos motivaram para a escrita deste texto.

Problematizar e discutir sobre performance e identidade de gênero torna-se crucial quando olhamos para a quantidade de crimes motivados por LGBTQIAPfobia no Brasil. Segundo pesquisa do Grupo Gay da Bahia⁵, tivemos quase 600 mortes entre 2019 e 2020 provocadas por crimes motivados por identidade de gênero e/ou orientação sexual (GGB, 2019; 2020). “Literalmente, gays, lésbicas, travestis e pessoas trans são mortas pela perpetuação da violência contra aquelas que margeiam a heteronorma” (TAKARA, 2019, p. 234). Por isso, é urgente problematizar “o papel das trocas linguísticas na constituição das identidades (de sexualidade, raça, gênero etc.)” que provocam, diariamente, o sofrimento humano (ROJO, 2006, p. 256). Os números assustadores desses crimes e a revoltante impunidade ocasionada por eles fazem textos como este serem cruciais para tentar (des)construir uma sociedade menos perversa e menos difícil de amar (FREIRE, 2016).

Para isso, partimos da seguinte interrogação: os debates e as discussões que surgiram com a premiação de uma *drag queen* como “Homem do Ano” de uma importante revista podem possibilitar tensionarmos as noções de identidade de gênero e orientação sexual? Com isso, objetivamos aqui refletir o que emana desse acontecimento discursivo e quais reflexões são possíveis de serem tensionadas em relação às noções de gênero social, tal como a problemática de existir premiações que ainda reforçam a binaridade de gênero em categorias como “melhores homens” e “melhores mulheres”.

¹ Parte do discurso de Pablllo Vittar ao receber o prêmio Men of the Year em 2020 pela Revista GQ Brasil.

² “Homem do Ano”, em tradução livre.

³ Após a popularização da notícia sobre o reconhecimento de Pablllo Vittar ganhando como “Homem do Ano”, diversas pessoas foram às mídias manifestar suas impressões sobre esse fato, dentre elas um deputado estadual brasileiro que usou sua conta oficial no Twitter para manifestar sua indignação por “um viado de peruca” ganhar tal prêmio. Com essa afirmação ofensiva e homofóbica, o deputado recebeu diversas críticas e repúdios, fazendo seu comentário ser deletado em seguida.

⁴ Consideramos acontecimento discursivo como uma forma de referência aos enunciados analisados. Esse conceito é pautado na teoria de Michel Foucault (2013, p. 97-98), o qual considera o enunciado como sendo “sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem de fato esgotar”; e que surge a partir de um “conjunto de condições que regem, em um momento dado e em uma sociedade determinada, [...] sua conservação [...]”.

⁵ Há 42 anos, o Grupo Gay da Bahia (GGB) coleta informações e divulga o Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBTQIAP+ no Brasil.

Reconhecemos que no “terreno acidentado das definições de gênero há uma infinidade de tipos de sapatos para se caminhar [...], mas para além do ‘caminhar’ existem os deslizamentos, o lambuzar-se de terra, o barro que deixa algumas partes de si modificadas e outras não” (BAIO, 2017, p. 58), e é nesse cenário que localizamos este estudo. Por isso, consideramos gênero uma das características primárias na constituição das identidades (LUGONES, 2008; BUTLER, 2012; MEOTTI, 2020), sendo, desta forma, uma categoria fundante que estrutura e organiza a sociedade contemporânea.

Partindo das discussões de Judith Butler (2012), entendemos que a imagem da *drag queen* representa uma subversão performativa do gênero, dado que o performer joga com a dimensão entre a anatomia de quem está performando e o gênero que está sendo performado. Sendo assim, o performer por trás da *drag queen* ao imitar o gênero “revela implicitamente [sua] estrutura imitativa – assim como sua contingência”, bagunçando as noções sociais de gênero (BUTLER, 2012, p. 237). Com isso, os binarismos mulher/homem, homossexual/heterossexual, feminino/masculino deixam de dar conta de nominar a forma múltipla como esses corpos se apresentam, causando, por exemplo, as inquietações presentes na fala do Pabllo Vittar ao receber o prêmio: “*ganhar um Men of the Year é afirmar que posso, sim, caminhar pelo masculino, pelo feminino e ter sucesso em ambos*” (DO VALLE, 2020).

Dessa maneira, encaramos a capa da Revista *GQ Brasil* estampando Pabllo Vittar como “Homem do Ano” não como um objeto em si, mas como o resultado de todo um movimento da sociedade em que o discurso é uma ação que pode ser produzida antes desse movimento, sendo também um resultado dele (FAIRCLOUGH, 2001). Logo, a capa e a premiação passam a ser vistos como uma imagem que representa um resultado dessa ação. Nesse contexto, debruçamos nossas análises sobre a imagem encarada como um produto, mas tendo em vista que houve uma série de acontecimentos discursivos que a geraram e que, para além desse produto, são geradas outras discussões.

Acreditamos, ainda, ser importante ressaltar que este texto é escrito por duas autoras e um autor que se identificam como cisgênero – ainda que não se encaixem na normatividade classificatória que a construção social tradicional/conservadora define –, não pretas/o, latinas/o e não heterossexuais. A motivação para a escrita deste texto insurgiu do encontro praxiológico das autoras e do autor, guiadas/o pela Educação Linguística Crítica, mediadas/o pela inquietação sobre a padronização da performance de gênero e a observação da estranheza de corpos *outros* ocupando espaços que durante muito tempo só foram ocupados por hegemonias.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo está organizado em outras duas seções: na primeira, apresentamos a construção do nome Pabllo Vittar e todas as representações e representatividades presentes no corpo deste artista, além de traçar reflexões acerca dos discursos de ódios e ataques que a *drag queen* recebeu nas redes sociais após a publicação da capa em que aparece como “Homem do Ano”; e na sequência, refletimos como a imagem de uma *drag queen* possibilita uma bagunça performativa em nossas noções sociais de gênero, como também as contribuições dos estudos feministas e feministas decoloniais para essas discussões.

2. Um *viado* de peruca como homem do ano? Experiências que rompem com a dimensão hegemônica de gênero e sexualidade⁶

O nome Phabullo Rodrigues da Silva pode até passar despercebido aos ouvidos do público em geral, mas certamente o mesmo não ocorre com Pablo Vittar, alcunha que há anos vem conquistando espaço no cenário musical nacional e internacional. O cantor e drag queen brasileiro nascido em São Luís, no Maranhão, iniciou a carreira em 2015 com o lançamento da música e do clipe “Open bar” e, desde então, vem ganhando relevância no mundo da música e acumulando recordes. Em 2018, seu álbum intitulado “Não para não” conseguiu o feito inédito de incluir todas as faixas no Top 50 das canções mais populares no *Spotify* Brasil, e seu último álbum “Batidão Tropical”, lançado em 2021, registrou mais de quatro milhões de reproduções no *Spotify* Brasil, transformando-se na maior estreia de um álbum na plataforma naquele ano no país.

Nesse sentido, seria equivocado pensar que o impacto de um artista como Pablo Vittar, homossexual, afeminado e *drag queen*⁷, se resumiria apenas às paradas musicais. Em 2021, Pablo se tornou a *drag queen* com maior número de seguidores na rede social *Instagram*, acumulando mais de 12 milhões de seguidores, além de ser a *drag queen* mais assistida na plataforma *YouTube* em todo o mundo. Ter uma figura tão emblemática da comunidade LGBTQIAP+ ocupando espaços até então inimagináveis gerou, e ainda gera, um incontestável efeito transformador sobre a sociedade brasileira de modo geral. Assim, é preciso compreender o objeto de análise deste artigo, a capa de Pablo Vittar para a Revista *GQ Brasil*, não como um objeto isolado que se basta em sua existência, mas sim como o resultado de um mo(vi)mento, como um produto que foi gerado por uma série de acontecimentos discursivos, e a partir do qual também são, e ainda serão geradas outras discussões.

Em termos de suporte de produção discursiva, a Revista *GQ*, originalmente *Gentlemen's Quarterly*⁸, é um rótulo publicado nos Estados Unidos, no Reino Unido e no Brasil que se dedica à publicação de conteúdos sobre moda, cultura e *lifestyle* para homens. A revista tem edições mensais com artigos sobre alimentação, cinema, sexo, música, viagens, esporte, tecnologia e livros. Ela funciona como um tipo de “guia” comportamental para homens modernos que se cuidam e se preocupam com sua aparência e estilo de vida. A circulação e o consumo da revista acontecem por meio de assinatura eletrônica no valor de aproximadamente dezoito reais mensais. Por ser popular entre um público mais jovem e de classe abastada – e servir como uma espécie de “guia” –, os discursos que circulam na revista acabam por criar (e reforçar) padrões de beleza, tendências e comportamentos, influenciando grandemente a sociedade contemporânea.

⁶ Parte das discussões propostas nesta seção foi apresentada no III Congresso Internacional de Educação – CONEdu-UFS, e um Resumo Expandido foi publicado nos Anais dessa edição do evento.

⁷ É importante reforçar que drag queen não tem nada a ver com identidade de gênero ou orientação sexual: qualquer pessoa, homo, hétero, bissexual etc., cis, transgênero etc., pode ser uma drag queen (ou drag king, ou drag queer), pois drag é uma manifestação artística.

⁸ Em tradução livre, “Trimestral dos Cavalheiros”.

Alternando entre figuras masculinas e femininas em suas capas, a revista passou a circular no Brasil em abril de 2011, pela Editora *Globo-Condé*, no mesmo ano em que ocorreu a primeira edição do Prêmio *Men of the Year Brasil*, premiação que escolhe os homens – e uma mulher – que tiveram feitos de destaque no país ao longo do ano. Apesar do nome, a premiação não tem nenhuma categoria intitulada *Men of the Year* ou “Homem do Ano”, mas sim treze seções que abrangem diferentes áreas de atuação, entre elas a chamada “Ícone do Ano”, considerada a mais importante das categorias, que rendeu a Pabllo Vittar a capa da revista no ano de 2020.

Na capa⁹ o maior destaque fica por conta do rosto da drag queen em preto e branco, levemente inclinado para a direita, quase em perfil. Pabllo usa peruca com cabelos pretos ondulados de tamanho médio e uma franja curta que quase cobre as sobrancelhas descoloridas. Os cabelos pretos recaem sobre o lado esquerdo do rosto do cantor e é possível notar na parte debaixo do cabelo algumas mechas loiras, descoloridas assim como as sobrancelhas. A *drag queen* usa o que parece ser uma camisa preta de couro e um colar redondo simples ao redor da circunferência do pescoço. Pabllo está com lentes claras em seus olhos, adornados por cílios postiços volumosos e de modelagem delicada. O cantor não usa sombra nos olhos, mas tem pequenas sardas desenhadas na lateral do nariz, e o batom é coberto por um *gloss*, ambos em tons claros. A cor surge na capa através de uma projeção da silhueta do cantor atrás de sua cabeça, uma projeção roxa e outra azul. No canto superior direito da capa, observa-se o logotipo da revista, que cobre metade do topo da cabeça de Pabllo, duas letras “G” e “Q” brancas e embaixo delas a palavra “BRASIL” escrita numa fonte menor. No canto inferior esquerdo, está escrito em caixa alta o nome “PABLLO VITTAR”, e logo acima, com uma fonte consideravelmente menor, o termo “ÍCONE”. O “Men of the year” surge escrito na lateral direita da capa em um tom de amarelo que em muito lembra o dourado.

A figura de Pabllo Vittar estampando a capa da Revista *GQ Brasil* suscita uma série de inquietações e problematizações relacionadas à questão de gênero e sexualidade, cujos significados estão imbricados na construção desse sujeito e na sua relação com as práticas sociais das quais ele faz parte. Diversos discursos de ódio começaram a circular nas redes sociais sobre a imagem de um “viado de peruca” estampando a capa de uma revista como o “Homem do Ano”, como podemos observar na imagem 1 logo abaixo.

Compreendemos, tal como Samilo Takara (2019, p. 229-230), que:

[...] o ódio é um dos movimentos que impregnam nossas representações contemporâneas acerca dos sujeitos que estão marginais – tendo em vista que a norma localiza o anormal para usar, de forma pedagógica, o mau exemplo. [Sendo assim], nas dinâmicas sociais e culturais contemporâneas que constituem a he-

⁹ Não trouxemos a imagem da capa para este texto por se tratar de uma imagem que tem os direitos autorais reservados. Mas, apesar de o acesso à revista requerer assinatura, a imagem da capa (tal como a foto do artista) é facilmente encontrada em buscas na internet e nas redes sociais oficiais do cantor, assim como nas da revista. Para questões discursivas importantes na análise neste texto, optamos por descrever os elementos visuais presentes na capa de forma textualizada.

terossexualidade, [violentam] a dimensão da homossexualidade e as experiências que rompem com a dimensão cis-heterossexual hegemônica.

Imagem 1: Print de um tuíte realizado pelo perfil oficial de um deputado estadual brasileiro após a divulgação da capa na edição de dezembro na Revista *GQ Brasil* estampando Pablo Vittar como “Homem do Ano” na categoria “Ícone”.



Com isso, a “heterossexualidade é, então, nesse jogo de poder, uma naturalização das práticas sociais e culturais que orientam os códigos que são compreendidos por naturais” (TAKARA, 2019, p. 229). Segundo Norman Fairclough (2001, p. 90), o discurso pode ser considerado como “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. Ao lançarmos olhares para as dimensões da homofobia presente na hostilização recebida por Pablo nas redes sociais, podemos perceber que ela não age do mesmo modo frente a essas experiências de ódio e violência (TAKARA, 2019). A homofobia “também inscreve os modos de relação das mulheres e dos homens cis e transexuais ao aparecer no discurso como um elemento que positiva ou negativa os sujeitos como, por exemplo, a ideia de que tal ato ou gesto é ou não homossexual” (TAKARA, 2019, p. 231).

Imagem 2: Print de um comentário no post com a foto da capa da edição de dezembro de 2020 estampando Pablo Vittar no perfil oficial da Revista *GQ Brasil* no Instagram.

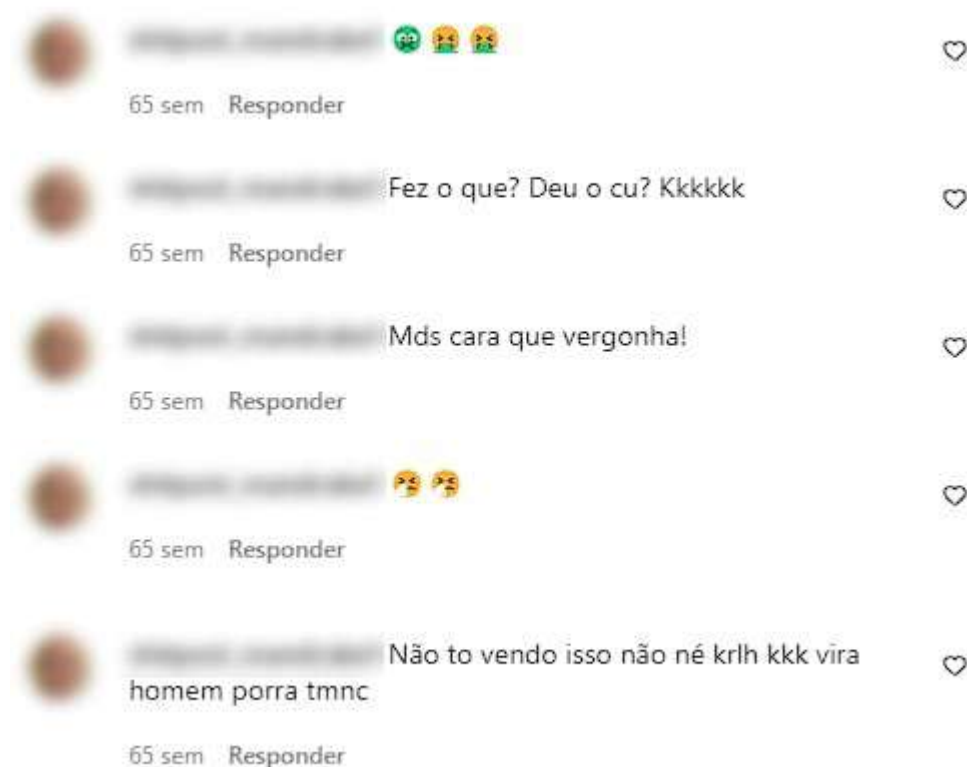


É possível perceber na imagem 2 que há uma confusão de gênero provocada na comparação da afirmação “[tem] tanto homem” acompanhado em sequência do pronome feminino “ela”. A frustração da heteronormatividade fica ressaltada quando acompanhada da fala “2020 me surpreendendo ainda mais”, reforçando as dinâmicas sociais e culturais contemporâneas que constituem a heterossexualidade compulsória.

Imagem 3: Print de um comentário no post com a foto da capa da edição de dezembro de 2020 estampando Pablo Vittar no perfil oficial da Revista *GQ Brasil* no *Instagram*.



Imagem 4: Print de um comentário no post com a foto da capa da edição de dezembro de 2020 estampando Pablo Vittar no perfil oficial da Revista *GQ Brasil* no *Instagram*.



Da mesma forma, podemos perceber que o argumento do internauta da imagem 3, que elenca as características que fariam ser “inadmissível” que Pablo recebesse o prêmio, atravessa os elementos que positiva ou negativa os sujeitos com a ideia de que tal ato ou gesto é ou não homossexual, tal como colocado por Samilo Takara (2019). Além disso, na hostilização presente nas imagens 3 e 4 é possível perceber expressões homofóbicas e violentas que atacam diretamente o artista, colocando-o em uma posição subalternizada. Entendemos, então, que nas imagens 2, 3 e 4 podemos observar o tom agressivo e desrespeitoso que foi usado em diversos momentos para atacar a Pablo e a revista pela decisão dela, desde afirmações incrédulas com a escolha até uso de palavras de baixo calão na tentativa de deslegitimar o reconhecimento da premiação. Todos esses discursos estão dentro de uma lógica homofóbica e machista de perceber a figura do “homem”.

Com isso, podemos dizer que “existe um julgamento de ofensa que perpassa a raiva e que alimenta seu funcionamento a tal ponto que ela se torna resultado de um exercício de avaliação da realidade” (TAKARA, 2019, p. 232). Nessa conjuntura, no meio de disputas de poder “há aqueles corpos que se acreditam normais, são os que ocupam o centro, e há corpos [colocados nas] margens” (MENDES JÚNIOR; SEFFNER, 2021, p. 236). Nessa arena de disputas de poder, antes mesmo de nascermos, na “descoberta” do sexo do bebê pela ultrassonografia, há um roteiro impregnado pela lógica social que já prevê o *quem* aquela pessoa deverá *ser* (BUTLER, 2012), lógica esta altamente difundida pela mídia, no show de horrores que se tornou o “chá de revelação” nos dias de hoje.

Nessa tentativa de padronizar a existência antes mesmo do nascimento, em que as categorias são entendidas como homogêneas, a projeção da ideia que permeia o imaginário coletivo reverbera nas práticas sociais. Logo, *tornar-se*, neste contexto, já é um processo de dominação. O sufocamento das existências em suas condições plenas, uma vez que *ser/estar* “mulher” ou “homem” está pautada na ideia biológica, parte de uma visão fixa de identidade. Sendo assim, “o gênero, dentro [desta] perspectiva [...], é construído pela representação de duas partes dicotômicas (masculino e feminino) e hierárquicas, as quais invisibilizam a complexidade e a pluralidade das existências humanas” (MEOTTI, 2020, p. 16).

Ao pensarmos na materialidade discursiva que emana dessa capa, podemos perceber no ato de fala presente ali, que

[...] a presença material e simbólica do corpo na execução do ato é uma marca que se impõe no efeito linguístico. Uma ameaça se materializa pelo enunciado performativo que a opera, mas também pelo efeito do movimento do corpo que executa o enunciado. Essa afirmação não cria, como se poderia esperar, uma dicotomia corpo/linguagem, mas, ao contrário, mostra que o efeito do ato de fala é operado ao mesmo tempo pelo que é dito, pelo quem diz e pelo como é dito – como o corpo diz, como o enunciado diz (PINTO, 2009, p. 10).

Com releituras da Teoria dos Atos de Fala de John Austin (1990), pesquisadoras¹⁰ problematizam a íntima relação entre corpo-linguagem-prática social. Segundo Joana Pinto (2009, p. 3), a fim de investigar o lugar do corpo como ato de fala “autoras e autores diversos exploram, direta ou indiretamente, o pensamento austianiano”. Ao falar de atos de fala (AUSTIN, 1990) estamos também falando de atos de corpo. Sendo assim, para este estudo, foram mobilizadas discussões que caminham por praxiologias/letramentos *queer*, pois acreditamos que essas discussões têm a finalidade de provocar desestabilizações e rearticulações de sentidos sobre questões identitárias (URZÊDA-FREITAS, 2018), sobretudo no envolvimento do gênero e da sexualidade. Sendo assim, *queer*

é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. *Queer é um corpo estranho que incomoda*, perturba, provoca e fascina (LOURO, 2004, p. 7-8, grifos nossos).

Ao compreender a língua como prática social e as língua(gen)s como performances linguístico-identitárias, “os letramentos *queer* visam criar inteligibilidades situadas sobre discursos e vivências” subalternizadas, potencializando a “articulação de compreensões subversivas sobre discursos e performances identitárias hegemônicas que estruturam a vida social e que causam sofrimento humano” (URZÊDA-FREITAS, 2018, p. 281). A materialidade do corpo não pode ser pensada de forma separada da materialização da norma que a regula (BUTLER, 2000), logo, é importante percebermos o gênero como uma construção social que se dá via linguagem, um efeito, assim sendo, do ato de fala-corpo, que podemos perceber como um:

[...] conjunto do ato corporal porque o sujeito está totalmente implicado nas regras discursivas que possibilitam o corpo. Como ser se não ou “homem” ou “mulher”? Essa primeira regra opera a heterossexualidade compulsória, e postula a única possibilidade do sujeito (PINTO, 2009, p. 20).

Nesse sentido, ao entendermos corpo-linguagem como algo indissociável, entendemos esse ato de fala como um ato de corpo (PINTO, 2009). Compreendendo que nossas identidades são construídas entre a relação do eu e da outra (GOTTARDI, 2021), percebemos que essas “[i]dentidades são construções exigidas pelos ritos convencionais que postulam o sujeito de maneira a garantir a possibilidade do ‘nós’ a partir da significação da existência prévia do ‘eu’” (PINTO, 2002, p. 93, grifo no original).

Logo, a figura da *drag queen* Pablllo Vittar na capa da Revista GQ Brasil, muito mais do que uma representação visual, constitui uma representação materializada em texto que gera e é gerada por práticas sociais e práticas discursivas. Ou seja, a capa representa, consciente ou

¹⁰ Em língua portuguesa, utilizamos o masculino genérico para marcação de gênero social na escrita. Porém, por entendermos que essa construção gramatical contribui para uma manutenção sexista da linguagem, optamos neste texto por transgredir essa regra e usar a marcação de gênero feminino genérico no plural como forma de tensionar relações do patriarcado imbricados na língua(gem).

inconscientemente, um histórico de investidas de reestruturação de relações de poder desiguais que permeiam as práticas sociais e discursivas e nelas estão enraizadas, pois

[...] ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100).

Na relação performática das identidades no mundo social (FABRÍCIO, 2006), construída via língua(gem), “todas as práticas de significação e que produzem significados envolvem relação de poder” (WOODWARD, 2003, p. 19). Procurando *estranhar* (URZÊDA-FREITAS, 2018) e problematizar essas produções de sentidos em um contexto de Educação Linguística Crítica, percebemos que pensar em praxiologias/letramentos *queer* para um contexto educacional pode ser uma forma de enfrentamento de violências e de opressões que corpos subalternizados passam diariamente. Discursivamente, praxiologias/letramentos *queer* acionam novas formas de significar o mundo e as pessoas, sendo possível assim caminhar para uma educação outra que seja realmente libertadora (FREIRE, 2016; hooks, 2017).

3. Um homem de peruca fazendo história: mo(vi)mentos de (re)existências

Somos diariamente provocadas pela ideia do que é *ser mulher* e do que é *ser homem* na sociedade brasileira contemporânea. Imposição de normas de comportamento e disciplina, exigências sobre o que falar e como se comportar e humilhações constantes se tornam parte comum do dia a dia daquelas pessoas que divergem deste comportamento normativo. Refletindo sobre a atual conjuntura social que vivemos, o corpo lido como hegemônico – e muitas vezes a única narrativa contada – é homem, cisgênero, binário, branco, heterossexual, magro/malhado de classe abastada, do Sul/Sudeste do Brasil, católico, monogâmico. Assim, “o xingamento, o insulto, a violência física, a ameaça e a hostilidade ambiente são parte do horizonte existencial dos que se situam fora da norma” (DE OLIVEIRA, 2014, p. 9).

Com isso, podemos notar que a representação de gênero é um processo social em que as designações sobre o que se entende por sexo biológico são socioculturalmente construídas, permeadas pela relação da heterossexualidade compulsória e do patriarcado, que estão intrinsecamente relacionadas no próprio significado de gênero (LUGONES, 2008). Assim, percebe-se a capacidade que um ato discursivo tem de influenciar não apenas a construção do sujeito em si, mas também o modo como esse sujeito irá afetar e influenciar os outros indivíduos a seu redor e a comunidade na qual está inserido.

Sendo assim, entendemos que:

[...] os estudos de gênero têm procurado acentuar o caráter social das diferenças ditas sexuais, e expor a relação entre os gêneros como uma complexa rede de poderes, naturalizados e levados bem além do biológico pela distinção entre feminino e masculino,

e ao mesmo tempo fragmentados pelas repetições, modificações e recusas da incessante constituição das identidades de gênero (PINTO, 2002, p. 20).

Consideramos aqui gênero como uma das características primárias na constituição das identidades (LUGONES, 2008; BUTLER, 2012; MEOTTI, 2020). Compreendemos que gênero funciona como uma das categorias que permite aos membros de uma comunidade entender e estruturar suas práticas sociais, e que faz parte de todas as relações e atividades da sociedade. Por isso, não se pode afirmar que as práticas sociais são neutras, mas sim que estas são, de fato, marcadas pelo gênero (LUGONES, 2008).

Refletir sobre esse ideal de gênero nesse *cistema*¹¹ é pensar no feminismo como “instrumento teórico que permite dar conta da construção de gênero como fonte de poder e hierarquia” (BAIRROS, 1995, p. 460). Ao longo de quase duas décadas, pesquisadoras e militantes feministas vêm problematizando a ideia de linguagens que naturalizam e perpetuam sistemas sexistas e heteropatriarcais (BAXTER, 2008; CHRISTIE, 2000; KITZINGER, 2000; LAZAR, 2005). Além disso, criando a possibilidade de se pensar um feminismo (decolonial) capaz de auxiliar na decolonização teórica e epistemológica de referenciais com um falso viés de “neutralidade” (LUGONES, 2008; MAMA, 2008; CURIEL, 2007; GONZÁLEZ, 2020; ANZALDÚA, 2010; VALCARCEL, 2008; SEGATO, 2012; PERROT, 2005; DAVIS, 2017).

Sendo assim, é inegável que o *feminismo*

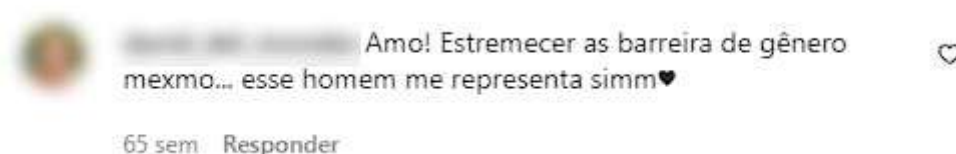
como [praxiologia] vem desempenhando um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, à medida que, ao apresentar novas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca de uma *nova forma de ser* [...] (GONZALEZ, 2020, p. 12, grifo nosso).

Com isso, as performances identitárias diversas que compõem a pintura social atual indicam um caminho para pesquisas que compreendam os atravessamentos identitários como/para além das formas simplistas de se explicar o sujeito concebido no sistema mundo moderno/colonial, o que propomos neste estudo. Por mais que possamos perceber uma ampliação em discussões sobre a fluidez performativa da identidade – em que esse sujeito vive em um cenário sem estacas identitárias e em um lugar de areia movediça (HALL, 2006) –, se olharmos para o Brasil hoje – e a maneira como naturalizamos a violência aqui e como isso faz parte da estrutura estruturante das relações brasileira (SCHWARCZ; STARLING, 2018) –, ainda existe um abismo entre identidades tidas como hegemônicas e as subalternizadas. Nessa dinâ-

¹¹ Usamos aqui a junção da palavra “cisgeneridade” (condição da pessoa cuja identidade de gênero está em conformidade com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento) com a palavra “sistema” (no sentido social da palavra, representa uma série de inter-relações existentes entre os indivíduos, formando um todo), pois percebemos que o sistema em que foi construído a nossa sociedade atual foi feito de um conjunto de “estruturas, instituições, relações e ações que promovem e produzem a heterossexualidade [e a cisgeneridade] como natural, autoevidente, desejável, privilegiada e necessária” (CAMERON; KULICK, 2003, p. 55). Ao fazermos essa junção, estamos convidando as/os leitoras/es a refletir como nossas práticas sociais – muitas vezes – são (re)produzidas de forma injusta e desigual a depender do corpo que está falando.

mica de dominação extremamente violenta em que a noção social de gênero se encontra, outro fator a que o feminismo se contrapõe são as classificações binárias excludentes, ou seja, aquelas que não comportam identidades fixas e estereotipadas (CURIEL, 2007).

Imagem 5: Print de um comentário no post com a foto da capa da edição de dezembro de 2020 estampando Pablllo Vittar no perfil oficial da Revista *GQ Brasil* no *Instagram*.



Ainda que grande parte dos comentários recebidos pelo posicionamento da revista em premiar uma *drag queen* como “Homem do Ano” sejam de ataques com teor homofóbico, é possível perceber que esse movimento também provocou algumas desestabilizações nas noções de gênero. No comentário da imagem 5, podemos perceber que o gênero ainda é entendido como uma barreira que – muito provavelmente – divide o que é “homem” e o que é “mulher”. Ao dizer que a imagem do Pablllo estremece essa barreira, também se cria um movimento de pensar em outras possibilidades de ser/estar no mundo – o que acreditamos caminhar fortemente no debate/proposta dos estudos feministas.

Imagem 6: Print de um comentário no post com a foto da capa da edição de dezembro de 2020 estampando Pablllo Vittar no perfil oficial da Revista *GQ Brasil* no *Instagram*.



Já no comentário da imagem 6, o que nos salta aos olhos é perceber a tentativa de ampliar as possibilidades pronominais para se referir a Pablllo. Entendemos que esse movimento vai no caminho contrário à ideia de neutralizar o gênero, ampliando as possibilidades que um corpo tem de performar gênero social no/com o mundo. No entendimento de Judith Butler (2012), o corpo de uma drag queen cria uma subversão performativa no que entendemos por gênero social. Isto, pois como já explicitado anteriormente, o performer joga com dimensão de sua anatomia corpórea e o gênero que está sendo performando. Porém,

estamos, na verdade, na presença de três dimensões contingentes da corporeidade significativa: sexo anatômico, identidade de gênero e performance de gênero. Se a anatomia do performista já é distinta de seu gênero, e se os dois se distinguem do gênero da

então a performance sugere uma dissonância não só entre sexo e performance, mas entre sexo e gênero, e entre gênero e performance (BUTLER, 2012, p. 196).

Essa afirmação de Judith Butler (2012) é facilmente encontrada no teor dos comentários da imagem 5 e 6. É importante perceber o que representa a capa da revista *GQ Brasil* estampando a Pabllo Vittar como “Homem do Ano” e como o discurso presente nessa capa se apresenta como uma ação que pode modificar a realidade ao ampliar o repertório de como é percebido e encarado gênero socialmente. Por isso, esse discurso-ação é encarado por nós como um movimento que antecede a capa, mas que também é fruto dela. Ao nos debruçarmos sobre esse produto e tudo que emana dele, criamos tessituras possíveis sobre uma série de movimentos e investidas sociais que possibilitaram esse histórico momento de uma *drag queen* ganhando pela primeira vez a premiação “Homem do Ano” e estampando, assim, a capa dessa revista.

Alguns movimentos anteriores à capa também são importantes para analisar tamanha repercussão nas redes sociais. Antes de receber a premiação e estampar a capa da revista *GQ Brasil* em sua edição comemorativa da premiação, Pabllo já havia posado para diversas outras revistas com muita relevância, dentre elas *Vogue*, *Rolling Stone*, *Marie Claire*, *Quem*, *Attitude*, *Elle*, entre outras. Em todas, quando foi capa, posou montada de *drag queen*, e em nenhuma dessas tivemos tanta comoção midiática como aconteceu com a *GQ Brasil*. Em 2019, Pabllo posou para a capa da revista *POP-SE!* desmontada, ao lado de sua *drag*, com o intuito de mostrar suas “duas facetas”. Além disso, o cantor já apareceu em premiações e programas de TV também desmontado. Porém, o conflito visual de se encarar uma *drag queen* como o “Homem do Ano” foi justamente o que causou a repercussão (positiva e negativa) para essa premiação, dado que o reconhecimento não surgiu na categoria “cantor” ou “música”, mas na de “ícone”.

É interessante trazer à baila também que na nona edição da premiação *Men Of The Year*, promovida pela Revista *GQ Brasil*, o ator e diretor Silvero Pereira levou o “Homem do Ano” na categoria “Cinema” pela brilhante interpretação da personagem Lunga no filme *Bacurau*¹². Na ocasião, o ator, que também é *drag queen*, decidiu ir montado de *drag* para receber o prêmio em 2019. Durante a sua fala de agradecimento, palavras muito emblemáticas foram ditas:

Eu imagino que muita gente deve se perguntar agora: como alguém pode vir ao prêmio “Homem do Ano” vestida dessa forma? É pra afrontar? Pra aparecer? Para ganhar likes? Não! É apenas pelo direito de liberdade de ser e estar feliz. [...] Se eu estou aqui hoje, vestida dessa maneira, é porque em diversos momentos me disseram que eu não podia. [...] Eu vim do sertão do Ceará. Sei o

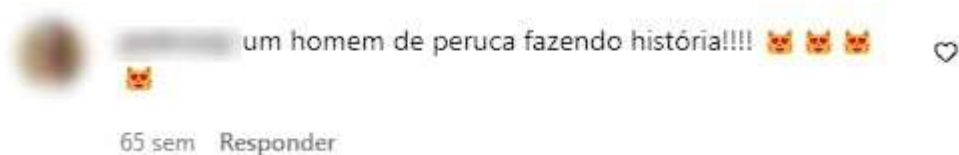
¹² Produção brasileira dirigida por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. O filme ganhou diversos prêmios, nacionais e internacionais, dentre ele o Prêmio do Júri em 2019 no Festival de Cannes.

que é passar fome e o que é passar sede. Eu fui violentado socialmente por diversos anos. Mas eu estou aqui e queria dizer que o meu lado feminino empodera o meu lado masculino. É por isso que eu vim assim (PEREIRA, 2019)

Ainda depois desse momento de premiação, quando questionado sobre a escolha de ir montada de *drag* na premiação, Silvero respondeu em alguns momentos que as pessoas precisam entender a *drag queen* como uma arte cênica. Nas palavras dele, “essas artistas se dedicam na interpretação e na composição das personagens e, artisticamente, não ocupam ainda o lugar que elas merecem” (PEREIRA, 2019). Ainda assim, nesse ano em questão, a capa da revista não teve Silvero Pereira, nem tão pouco a arte de sua *drag* foi o motivo da indicação na premiação, dado que o reconhecimento foi pela sua atuação em uma longa-metragem. Porém, entendemos que esse acontecimento discursivo de 2019 e as reverberações que teve na grande mídia também tiveram efeitos significativos para que em 2020 tivéssemos a primeira *drag queen* estampando a capa da revista como o “Homem do Ano”.

Reconhecemos que os corpos, assim como suas representações e seus modos de ser e estar no mundo, são – ao mesmo tempo – produtos e possibilidades de resistência (TAKARA, 2019). Estar no lado não hegemônico e resistir dentro de um sistema opressor faz com que nossas ações alagem as estruturas previamente estabelecidas pela normatividade heterossexual (TAKARA, 2019). Isso potencializa a necessidade de que tenhamos narrativas *outras* contadas por vozes *outras*, que corpos *outros* ocupem cada vez mais espaços na nossa sociedade. E aqui entendemos a palavra corpos no plural “e para muito além dos plurais [...] corpos podem ser coletivos” (MENDES JÚNIOR; SEFFNER, 2021, p. 236). Com isso, “a vida escapa, enfrenta, esgueira, produz sentidos” (TAKARA, 2019, p. 237).

Imagem 7: Print de um comentário no post com a foto da capa da edição de dezembro de 2020 estampando Pabllo Vittar no perfil oficial da Revista *GQ Brasil* no *Instagram*.



Levando em consideração que a representação do mundo social é (re)construída culturalmente via linguagem, Mary Bucholtz e Kira Hall (2016) problematizam a relação dos estudos linguísticos tomarem o corpo simplesmente como suporte da língua, e não em uma relação constitutiva na qual o corpo que fala se produz ao (se) falar, dá-se a ver e a ouvir ao falar, faz-se corpo ao fazer linguagem. Na lógica da heterossexualidade compulsória, “ser homossexual é trair a heteronorma e, desse modo, cometer uma transgressão, um crime, um pecado e uma ofensa aos heterossexuais” (TAKARA, 2019, p. 233). Por isso, reconhecemos a enorme importância de um artista do tamanho de Pabllo Vittar – com todos os corpos que seu corpo (coletivamente) representa – ocupar espaços diversos, incluindo a capa de uma revista do tamanho da Revista *GQ Brasil*, como evidenciado no comentário da imagem 7.

Ainda assim, precisamos questionar o caráter problemático da normalização de premiações que se destinam a dar o título de “melhores homens do ano”, reforçando um binarismo de gênero nas separações de categorias “homem” e “mulher”. Essa problemática inclusive faz-se presente na fala do artista Pablio Vittar – que se encontra na epígrafe que abre este texto – ao receber o prêmio e dizer que nunca se viu nesse lugar de “sou homem”, mas que sim de ser o que quiser ser. O ato de fala-corpo presente nessa afirmação nos provoca para a ideia performativa das identidades de gênero que são des(re)construídas via linguagem. Sendo assim, é necessário interromper ideias e noções binárias e fixas das identidades, a começar por problematizar as representações acerca de gênero e sexualidade nos espaços midiáticos contemporâneos.

Na nossa análise para este artigo, nos debruçamos sobre a capa de uma edição especial de uma premiação em que aponta os “melhores” homens (e uma mulher) a cada ano em diferentes categorias (cinema, música, literatura, jornalismo etc.). Nesse jogo, ao selecionar os “melhores” em algo, implicitamente revela o caráter binário de “bom” e “ruim”, ou “não bom o bastante” para receber o título. Conseguimos perceber esse jogo instaurado em uma lógica de capitalismo parasitário (BAUMAN, 2010), em que se propõe, ainda que não objetivamente, uma competição que deve estar dentro da régua da opinião do veículo midiático. Logo, ao questionarmos sobre a possibilidade de existir *melhores*, quem é colocado no verso desse espelho? Acreditamos que as várias ramificações possíveis de entender-se no mundo emergem ao tencionamos as relações binárias que estruturam as práticas sociais, provocando assim desestabilizações em ideias/preceitos cristalizados no imaginário coletivo sobre quem a pessoa *deve/pode ser*.

Nosso intuito com essa reflexão não é chegar a uma solução ou caminho único, mas tensionar e problematizar – cada vez mais – a estrutura limitante desse *c*istema social em que vivemos. Acreditamos que, para além das discussões traçadas aqui, é necessário, inclusive, racializar essa discussão e problematizar as relações raciais que permeiam esses lugares. Girar o olhar, também, em busca de perceber, por exemplo, que cor têm os corpos que ocupam esses espaços? Reconhecemos as limitações e incompletudes deste estudo, mas reconhecemos também que isso não tira seu caráter social e sua relevância acadêmica e científica. Pois o que propomos aqui é um pequeno movimento que nos impulsiona a refletir e discutir sobre as possibilidades de se construir uma sociedade futura menos difícil de amar (FREIRE, 2016).

Refletindo sobre a intrínseca relação entre língua(gem), sociedade e subjetividade (SILVESTRE, RAMOS-SOARES, SABOTA, 2020), ressaltamos aqui a importância desses debates serem realizados por mais estudiosos da linguagem, principalmente da educação, possibilitando direito(s) a existência(s), saberes e vozes durante muito tempo silenciados. E, desta forma, que não haja a necessidade de escolher que voz será ouvida, mas criar, tal como posto por Boaventura de Souza Santos (2019), uma *ecologia de saberes* em que (co)existam e (re)existam vozes tidas como subalternas.

4. Considerações finais

Ao longo deste texto, analisamos e discutimos um acontecimento discursivo ocorrido na mídia em 2020, quando o artista Pabllo Vittar, cantor e *drag queen* brasileiro, foi consagrado pela Revista *GQ Brasil* como Ícone na premiação *Men of The Year 2020*. A grande circulação e o enorme consumo dessa revista, destinada ao público masculino, que através de artigos sobre alimentação, cinema, sexo, música, viagens, esporte, tecnologia e livros criam tendências e ditam comportamentos, influenciam de forma significativa nossa organização social. Por isso, problematizar uma ação discursiva promovida pela revista nos possibilitou movimentos de desconstruir imagens, estereótipos e estigmas construídos socioculturalmente por meio desses veículos que reverberam nas práticas sociais.

Neste texto, ocupamo-nos de problematizar a seguinte interrogação: os debates e as discussões que surgiram com a premiação de uma *drag queen* como “Homem do Ano” de uma importante revista podem possibilitar tensionarmos as noções de identidade de gênero e orientação sexual? Assim, atravessamos debates acerca da construção da homofobia, do discurso de ódio e da bagunça performativa em nossas noções de gênero provocada pela imagem de uma *drag queen*. Além disso, problematizamos as ideias de identidades fixas, sobretudo na percepção binária de gênero, e os ecos disso para nossa organização social.

Com isso, acreditamos que esse acontecimento discursivo se insere na trilogia texto, prática social e prática discursiva, pois compreendemos que as práticas linguístico-discursivas presentes nesse discurso estão imbricadas em estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação. Entendemos que o caminho de significação do mundo se torna cíclico a partir dessa tríade, que é adensada neste estudo por se tratar de quem é Pabllo Vittar e do suporte que a Revista *GQ Brasil* projeta na significação promovida. Sendo assim, em consonância com a revista e o artista, o corpo performa e a ação discursiva se valida, principalmente se levarmos em consideração o caráter internacional da revista e, conseqüentemente, o grande peso nas direções que se cria das regras sociais do *lifestyle*.

Sendo assim, problematizando e tensionando as relações de poder, possibilita-se a tomada de consciência sobre como a linguagem contribuiu, e contribui, para a dominação de alguns corpos por outros e o entendimento de que essa tomada de consciência é o primeiro passo para um processo de emancipação. A capa desta edição da revista, acompanhada dos comentários nas mídias sociais, contribuiu para observarmos o quanto ainda precisamos (des)caminhar nos debates sobre violência e opressões na tentativa de interromper a construção de discursos normativos que validam alguns corpos enquanto subalternizam outros. Os discursos de ódio e as falas violentas destacadas neste artigo comprovam o quão tóxico e opressor podem ser os espaços midiáticos contemporâneos para pessoas que desviam das normas e a importância de discursos que contrapõem essa lógica homofóbica e machista também presente nesses espaços.

A fala de Pabllo Vittar, epígrafe que abre este texto, nos convida a refletir sobre as potencialidades presentes nas performances de gênero desprendidas das ideias fixas e este-

reotipadas. Entendemos que os estudos que problematizam percepções sobre si, principalmente dentro das perspectivas críticas, possibilitam uma democratização do acesso a discussões e debates sobre corpo e afeto. Ao tentarmos compreender os mo(vi)mentos presentes na sociedade que buscam construir sociedades mais justas, plurais e igualitárias, nos aproximamos de práticas que condenam a violência e a barbárie. Diariamente membros da comunidade LGBTQIAP+ são agredidos, espancados e assassinados em nossa atual sociedade. Isso faz de estudos como este necessários e urgentes. Discutir sobre possibilidades para uma construção futura de sociedade mais plural e diversa é importante, mas não podemos deixar de lembrar que esses corpos estão sendo mortos hoje.

Por isso, é necessário, cada vez mais, valorizarmos as representações discursivas em suas múltiplas modalidades, em que se pretende reinventar e ressignificar o mundo, especialmente no que tange às questões de gênero e sexualidade. A performatividade e os atos de corpo são novas oportunidades para essas implementações, especialmente em se tratando de um mundo virtual e visual conectado em semioses e redes. Vislumbramos com este texto que pesquisadoras da linguagem, sobretudo da educação, possam cada vez mais engajar-se com a importância de se debater noções de gênero social em espaços educativos, a fim de dirimir/diminuir as violências presentes nesses espaços para construir formas *outras* de se *perceber* no mundo.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. Movimientos de rebeldía y las culturas que traicionan. **Race/Ethnicity: Multidisciplinary Global Contexts**, v. 4, n. 1, p. 1-7, 2010.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAIO, Halina Rauber. **Masculinidades dissidentes no cinema e as instabilidades inerentes às identidades**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n. 2, 1995, p. 458-463. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16462/15034>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BAXTER, Judith. Feminist post-structuralist discourse analysis: a new theoretical and methodological approach? In: HARRINGTON, K.; LITOSSELITI, L.; SAUNTON, H.; SUNDERLAND, J. (Ed.). **Gender and Language Research Methodologies**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008. p. 243-255.

BUCHOLTZ, Mary. The Feminist Foundations of Language, Gender, and Sexuality Research. In: EHRLICH, Susan; MEYERHOFF, Miriam; HOLMES, Janet (Ed.). **The handbook of language, gender, and sexuality**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2014. p. 23-47.

BUCHOLTZ, Mary; HALL, Kira. Theorizing Identity in Language and Sexuality Research. **Language in Society**, v. 33, n. 4, p. 449-515, 2016.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, G. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-166.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAMERON, Deborah; KULICK, Don. **Language and Sexuality**. Cambridge: Cambridge Press, 2003.

CHRISTIE, Christine. **Gender and Language: Towards a Feminist Pragmatics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas**, n. 26 p. 92-101, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE OLIVEIRA, Rosana Medeiros. Notícias de Homofobia: enquadramento como política. In: DINIZ, Debora; DE OLIVEIRA, Rosana Medeiros (Org.). **Notícias de homofobia no Brasil**. Brasília: LetrasLivres, 2014. p. 9-20.

DO VALLE, Eduardo. Pablo Vittar leva o Men Of The Year 2020. **GQ Globo**, 3 dez. 2020. Disponível em: <https://gq.globo.com/Men-of-the-Year/noticia/2020/12/pablo-vittar-leva-o-men-year-2020.html>. Acesso em: 10 out. 2021.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 45-65.

FAIRCLOUGH, Norman. Teoria social do discurso. In: FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coordenação da tradução e revisão técnica Izabel Magalhães. Brasília: UnB, 2001. p. 89-132.

FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento** (Ditos & Escritos, Vol. II). Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta; tradução: Elisa Monteiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 85-123.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GGB – GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório de mortes violentas de LGBT no Brasil 2019**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2019.

GGB – GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório de mortes violentas de LGBT no Brasil 2020**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2020.

GOTTARDI, Letícia. **Os nós do meu quipu: des/re-territorializações identitárias em um estudo autoetnográfico de formação docente**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português/Inglês e Literaturas) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, GO, 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KITZINGER, Celia. Doing Feminist Conversation Analysis. **Feminism & Psychology**, v. 10, n. 2, p. 163-193, 2000.

LAZAR, Michelle (Ed.). **Feminist critical discourse analysis: Gender, power and ideology in discourse**. New York: Palgrave MacMillan, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38-62, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MAMA, Amina. Cuestionando la Teoría: Género, Poder e Identidad en el Contexto Africano. In: NAVAZ, Liliana Suárez; CASTILLO, Rosalva Aída Hernández (Ed.). **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**. Madrid: Editorial Cátedra, 2008.

MENDES JÚNIOR, Edson; SEFFNER, Fernando. Conexões entre sexualidade e deficiência são desafios para pensar uma escola diversa e inclusiva. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: <https://ceeinter.com.br/ojs3/index.php/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/26>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MEOTTI, Juliane Prestes. **Gênero sob a perspectiva decolonial de educação linguística crítica**. Dissertação (Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, GO, 2020.

PEREIRA, Silvero. Silvero Pereira recebe prêmio Homem do Ano por papel em Bacarau usando vestido de estilista cearense. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/silvero-pereira-recebe-premio-homem-do-ano-por-papel-em-bacarau-usando-vestido-de-estilista-cearense-1.2180339>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PERROT, Michele. **As mulheres, ou, os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PINTO, Joana Plaza. **Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

PINTO, Joana Plaza. É só mimimi? Disputas metapragmáticas em espaços públicos online. **Interdisciplinar**, v. 31, p. 221-236, jan./jun. 2019.

PINTO, Joana Plaza. O corpo de uma teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 33, p. 117-138, jul./dez. 2009.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. Fazer Lingüística Aplicada em perspectiva sócio-histórica: privação sofrida e leveza de pensamento In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.) **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 256.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, n. 18, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 20 out. 2021.

SILVESTRE, Viviane Pires Viana; RAMOS-SOARES, Wilker; SABOTA, Barbra. Corpos gordos (in)visibilizados na Linguística Aplicada. **RAÍDO**, v. 14, n. 36, p. 444-464, 2020.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

TAKARA, Samilo. Você já se sentiu odiado hoje? Pedagogias culturais do ódio acerca das desobediências da normalidade. **BAGOAS**, v. 20, p. 225-263, 2019.

URZEDA-FREITAS, Marco Túlio de. **Letramentos queer na formação de professorxs de línguas: complicando e subvertendo identidades no fazer docente**. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8444>. Acesso em: 20 out. 2021.

VALCÁRCEL, Amélia. **Feminismo en el mundo global**. Madrid: Cátedra, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomás Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 7-72.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer às Agências de Fomento Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo Apoio Financeiro concedido para o autor e as autoras deste texto através da bolsa de estudo de mestrado. Gostaríamos de agradecer ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás por proporcionar o encontro que possibilitou a escrita deste texto. Além disso, queremos deixar os nossos agradecimentos ao Prof. Dr. Hélios Frank e a Profa. Dra. Yara Fonseca e Silva pela orientação, discussão e indicação de leituras durante a disciplina, que ampliaram nossas percepções sobre o objeto de estudo e suas potencialidades durante a produção deste texto.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

Recebido em: 14/03/2022
Aprovado em: 12/04/2022



Observações para o fazer e pensar científico-comunicacional sobre mídias, identidades culturais e cidadania

Observations for scientific-communicational doing and thinking about media, cultural identities, and citizenship

*Rafael Soares Krambeck**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6319-0652>

*Autor correspondente (e-mail: krambeckrs@gmail.com)

Resumo: Neste texto, proponho recuperar e problematizar abordagens teóricas para pensar as relações estabelecidas entre identidades culturais e cidadania no contexto contemporâneo de intensos processos de mediação social, buscando refletir as ações comunicativas dos sujeitos como práticas que renovam os processos contemporâneos de constituição da cidadania no âmbito comunicacional. No decorrer desta reflexão, inicialmente, articulo concepções de Braga (2012), Fausto Neto (2008) e Gomes (2019) sobre as implicações da mediação e digitalização trazidas pela “sociedade da mediação” para os processos sociais contemporâneos. Assim, busco em autores como Maldonado (2011), Cortina (2005) e Martín-Barbero (2014) as contribuições necessárias para transcender a concepção moderna e liberal de cidadania, incorporando dimensões compreensivas e constitutivas para trabalhar com questões como hibridizações, diásporas e miscigenações em processos de comunicação. Por fim, examino potencialidades e complexidades trazidas à tona por perspectivas que incorporam a cultura diante das complexidades sociais e da heterogeneidade da produção simbólica que as culturas apresentam como retorno às novas demandas e táticas de enfrentamento.

Palavras-chave: Comunicação. Processos midiáticos. Mediação. Identidades culturais. Cidadania.

Abstract: In this text, I propose to recover and problematize theoretical approaches in order to think about the relations established between cultural identities and citizenship in the contemporary context of intense social mediatization processes, seeking to reflect the communicative actions of subjects as practices that renew the contemporary processes of citizenship constitution in the communicational scope. In the course of this reflection, I initially articulate conceptions by Braga (2012), Fausto Neto (2008), and Gomes (2019) on the implications of mediatization and digitalization brought out by the “mediatization society” for contemporary social processes. Therefore, I seek in authors such as Maldonado (2011), Cortina (2005), and Martín-Barbero (2014) the necessary contributions to transcend the modern and liberal conception of citizenship, incorporating comprehensive and constitutive dimensions in order to work with issues such as hybridizations, diasporas, and miscegenations in communication processes. Finally, I examine potentialities and complexities brought to light by perspectives that incorporate culture in view of the social complexities and heterogeneity of symbolic production that cultures present as returns to the new demands and tactics of confrontation.

Keywords: Communication. Media processes. Mediatization. Cultural identities. Citizenship.

1. Introdução

O crescente desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, os processos de digitalização e transnacionalização das culturas, entre outras transformações socioculturais, têm sido significativos para percebermos as afetações das vivências e da organização do tecido social contemporâneo.

Se, por um lado, a tecnologia viabiliza ações comunicativas mediatizadas em maior escala, reconfigurando a comunicação massiva, por outro, no espaço social, temos a ingressão experimental de atores sociais nas lógicas midiáticas, e em suas práticas e processos. Sincronicamente, os processos midiáticos apresentam-se patentes, onipresentes e substanciais como uma matriz organizadora do tecido social.

No contexto contemporâneo, o advento da comunicação digital e a disseminação exponencial das lógicas e técnicas de produção de comunicação inauguram novos dinamismos e transformações no domínio das relações dos sujeitos com as mídias e na constituição das identidades culturais. Testemunhamos a emergência de formas inéditas de participação, compartilhamento e geração de produtos culturais, que redesenham os modos como se concretiza a ação social e redefinição da percepção do lugar dos sujeitos envolvidos – de uma recepção apática e acrítica para sujeitos partícipes e constitutivos do processo comunicacional e midiático.

Não obstante, um conjunto de fatores consecutivos e fundantes da estruturação capitalista – hoje, acelerada pelos processos de globalização e digitalização do mundo – vem demonstrando instabilidade, estagnação e mesmo colapso frente aos problemas de ordem econômica, política e social da contemporaneidade. Os Estados perdem força e submetem-se às regras da economia de mercado; os princípios e convicções de partidos e sindicatos tornam-se inaptos à mobilização; e a precarização expande-se para os mais distintos âmbitos da vida cotidiana.

Diante disso, os processos de constituição das identidades culturais e a problemática da cidadania tornam-se ainda mais complexos, trazendo desafios à práxis da pesquisa comunicacional, exigindo reflexões multidimensionais e demandando formulações de perspectivas epistemológicas, teóricas e metodológicas capazes de promover o conhecimento profícuo e comprometido com a transformação social.

Neste texto, tenho o objetivo de refletir criticamente e problematizar as correlações entre os processos midiáticos, as identidades culturais e as múltiplas dimensões da noção de cidadania a fim de proporcionar considerações para amplificar o debate da problemática. A partir das considerações sobre mediação (BRAGA, 2012; FAUSTO NETO, 2008; GOMES, 2019), cidadania (CORTINA, 2005; MALDONADO, 2011), identidades (WOODWARD, 2000; DA SILVA, 2000) e hibridação cultural (GARCÍA-CANCLINI, 2013), procuro construir um argumento que parte da observação das mudanças na relação receptores-mídia na chamada “sociedade de mediação” para então considerar e discutir a contemporânea situação das identidades cul-

turais e suas relações com os processos midiáticos e, finalmente, problematizar a cidadania de modo multidimensional e sua vicinalidade com o *ethos* comunicacional vigente.

2. Para pensar a mídia...

No contexto contemporâneo de acentuados fluxos transformadores da paisagem comunicacional/midiática, a problematização profunda das dimensões investigativas elementares na área da comunicação torna-se um desafio que, apesar de complexo, é extremamente motivador e criativo (BONIN, 2016). Fenômenos como a midiatização e a digitalização trazem consigo um conjunto de consequências que alteram os diversos âmbitos dos processos midiáticos que demandam aos pesquisadores das ciências da comunicação uma reflexão crítica e construtiva dos métodos e procedimentos investigativos, com intuito de manter-se sensível e aparelhado para produzir conhecimentos científicos éticos e transformadores dessa realidade social dinâmica.

Ao contrapor o período denominado como “sociedade dos meios” – caracterizado por uma autonomia relativa das mídias em relação aos outros campos – e a atual ideia de “sociedade de midiatização”, Antônio Fausto Neto observa que “a cultura midiática se converte na referência sobre a qual a estrutura sócio-técnica-discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade” (2008, p. 93). Ainda segundo o autor, essa mudança consiste não apenas em transcender a simples ideia da posição central do campo dos *media* na disposição de processos interacionais dos outros campos sociais, mas também evidenciar o atravessamento das lógicas e pressupostos de uma “cultura da mídia” na formação e no funcionamento das práticas, lógicas e códigos sociais.

José Luiz Braga (2012) acrescenta que, neste cenário, os diferentes setores da sociedade estabelecem práticas e reflexões sobre sua influência mútua com outros, experienciando alternativas e ensaiando processos interacionais para integrar-se conforme suas próprias necessidades. Para o autor, com a redefinição da percepção do lugar dos sujeitos envolvidos nos processos comunicacionais e midiáticos, a circulação então é percebida como o âmbito do reconhecimento e dos desvios produzidos pela apropriação.

[...] indo além das relações diretas entre produtor e receptor, importa o fato de que este último faz seguir adiante as reações ao que recebe. Isso decorre não apenas da presença de novos meios, mas também de que os produtos circulantes da “mídia de massa” são retomados em outros ambientes, que ultrapassam a situação de recepção (o espectador diante da tela) (BRAGA, 2012, p. 39).

Desta forma, a problemática das apropriações midiáticas, originalmente denominada de “recepção”, não pode ser pensada sem distanciar-se das concepções instrumentais, estruturais, funcionalistas, tecnicistas e mercadológicas de que estes sujeitos são meros receptores, consumidores, usuários ou massa do pensamento hegemônico de origem cartesiana e positi-

vista. Essa perspectiva de “receptor” apresenta fortes limitações sociológicas, históricas, semióticas, econômicas, éticas, políticas, psicológicas e antropológicas. Portanto, pensar a práxis investigativa na esfera das apropriações midiáticas exige do pesquisador que ele considere que os “sujeitos comunicantes” produzem sentido de diversas maneiras e, enquanto seres sociais, vivenciam essas práticas em diversas esferas (técnicas, semióticas, psíquicas, sociais) e em múltiplas dimensionalidades (MALDONADO, 2014), apreendendo os sujeitos em comunicação como constitutivos do processo comunicacional enquanto produtores, reprodutores, subversores e/ou organizadores.

Nesse sentido, a midiatização se constitui enquanto um processo que transcende as fronteiras midiáticas, complexificando as práticas de apropriação comunicativa dos sujeitos que potencialmente recorrem a um encadeamento de apropriações, reelaborações e ressignificações que acionam produções de sentido na dinâmica processual comunicativa e em suas práticas sociais através da concretude contextual em que vivem. Por outro lado, os processos de digitalização da comunicação e os atravessamentos dos processos, regras e regularidades da indústria cultural no cotidiano social e dos usos por parte dos atores de tecnologias de mídia são fundantes para uma ruptura de caráter renovador das estruturas dos processos comunicacionais e midiáticos.

Hoje, o desdobramento e a popularização das tecnologias de mídias digitais –sobretudo a internet – fundam alternativas estimulantes às habituais apropriações midiáticas. Moglen (2012) compreende que os processos comunicacionais/midiáticos digitalizados realocam os sujeitos em posições, paulatinamente motivadoras da participação, da criação e do compartilhamento cultural e comunicacional, e oportunizam cenários e contingências criativas para o exercício de práticas potencializadoras da construção de cidadania no campo comunicacional.

Para o autor, embora as limitações, sejam materiais e/ou simbólicas, não tenham sido transcendidas democraticamente, a internet favoreceu o alargamento da concepção do direito à informação e à comunicação enquanto necessidade de perene social e política e facilitou – mesmo que a pequenos passos, em constante enfrentamento de poderes hegemônicos – a transgressão de confidencialidade de informações, seja essa reserva baseada em direitos autorais ou de ordem econômica e/ou política.

No entanto, Moglen (2012) ressalta que a sociedade contemporânea, que serve de cenário para estas mudanças, não está imune aos atravessamentos de interesses econômicos, políticos e sociais. Factualmente, possibilidades de emancipação popular e acesso ao conhecimento são fatores intimidatórios às políticas de controle e subjugação operacionalizadas por diversas ordens de dominação e autoritarismos. Portanto, na perspectiva da cidadania, devemos considerar possíveis condições exigidas por plataformas e investidas de espionagem, e, conseqüentemente, controle, provenientes de ordens hegemônicas que gozam da propriedade de recursos para coibir e reprimir a formação de sujeitos emancipados, comunicantes e cidadãos.

Mattelart e Vitalis (2015) reforçam a ideia de que vivemos em um mundo vigiado no qual

as tecnologias digitais de informação e comunicação fomentam o controle e a espionagem constante. Os autores fundamentam-se em dados investigativos para explicitar as políticas de dominação dos governos estadunidenses impostas através de legislações e dispositivos legais, mas também por incentivo de agentes privados.

Ao debruçar o debate em torno da produção do conhecimento na área das Ciências da Comunicação, Gomes (2019) alerta que o pesquisador deve ser capaz de recuperar os processos midiáticos, com suas relações e conexões, na instauração do fenômeno da midiatização. A exigência premente consiste na transcendência dos microfenômenos, em direção aos macrofenômenos, para intensificar a busca sistêmica da interconexão do todo:

os dispositivos tecnológicos são apenas uma mínima parcela, a ponta do iceberg, de um novo mundo, configurado pelo processo de midiatização da sociedade. Estamos vivendo uma mudança epocal, com a criação de um bios que incide profundamente no tecido social. Surge uma nova ecologia comunicacional. É um bios virtual. Mais do que uma tecnointeração, está surgindo um novo modo de ser no mundo, representado pela midiatização da sociedade (GOMES, 2019, p. 140).

3. Para pensar a cidadania...

Mesmo que a internet venha se tornando um elemento impulsor e fundante em processos de participação engajada, ética e cidadã dos indivíduos nos processos comunicacionais contemporâneos, não podemos desconsiderar que uma série de fatores e condições econômicas e sociais – como o aprofundamento das desigualdades, a precarização das relações trabalhistas, a apropriação da esfera pública pelo sistema mercantilista, o estreitamento da liberdade individual, a preponderância da lógica do capital e dos mecanismos de mercado (DOWBOR, 2020) – conduz a sociedade civil em direção a verdadeiros abismos.

Na perspectiva de Martín-Barbero, isso seria um reflexo da

perversão de ter a economia – travestida de ciência pura e exata – atuando como única e inapelável protagonista. Suplantando a economia política, a macroeconomia não só relegou a política a um lugar subalterno na tomada de decisões, mas também contribuiu enormemente em nossos países para o esvaziamento simbólico da política, isto é, a perda de sua capacidade de nos convocar e nos fazer sentir unidos (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 17).

O autor argumenta que o fato de a macroeconomia ter subjugado as dimensões do político resulta no que ele vai chamar de “divórcio crescente entre Estado e sociedade”. Dowbor reforça ao afirmar que “qualquer governo eleito precisar responder mais às exigências dos chamados mercados do que aos compromissos com a cidadania” (2020, p. 183). Em um cenário como este, restam duas alternativas: despençar absorto no vórtice do capitalismo desumano e explorador ou assumir o compromisso com um “processo de alfabetização política” (MALDONADO, 2011).

Nesse processo de alfabetização, não devemos desconsiderar o potencial aberto pela comunicação digital; contudo, devemos ressaltar que subversões de origens populares têm uma relação íntima com o fracasso do sistema do fundamentalismo capitalista, o ceticismo no tocante à democracia liberal representativa e uma verdadeira mudança na mentalidade das pessoas sobre a imprescindibilidade de uma reforma política que pretenda modelos mais participativos. Além do mais, o encadeamento de crises financeiras e de graves abalos na legitimidade da representação política leva a uma tomada de consciência da convivência entre hegemonias sociais, políticas e econômicas, e da consequente configuração sistêmica e estrutural dos problemas e dificuldades sociais.

Segundo Maldonado (2011), para que possamos reconstruir o conceito de cidadania, precisamos, inicialmente, transcender a concepção moderna, burguesa e liberal de cidadania. Diante da complexidade social contemporânea, restringir a noção aos seus aspectos jurídicos/políticos, algo como o “direito a ter direitos”, demonstra-se insuficiente, limitado e redutor. Conforme o autor, é necessário incorporar às dimensões compreensivas e constitutivas a categoria de cultura, de modo a aperfeiçoar a noção, uma vez que “a questão é, se viver em comum de modos construtivos, gratificantes, produtivos e solidários remete à cidadania (como a pesquisa em ciência sociais, políticas e culturais mostra), significa que produzimos uma ampliação importante do conceito” (MALDONADO, 2011, p. 3). Essa concepção a partir de perspectivas modernas e capitalistas teve importância no momento de superação dos regimes absolutistas, no entanto, a lógica mecanicista do pensamento liberal resulta no capitalismo perverso. Então, o autor defende que articular a categoria de cultura nas problemáticas de cidadania é um caminho profícuo à problematização de hibridações, diásporas, miscigenações e diversas formas de trabalhar a questão da cidadania nos processos comunicacionais.

Se, por um lado, a velocidade e impetuosidade das mudanças trazidas no bojo da globalização, da digitalização e do capitalismo selvagem amplificam o processo tirano das lógicas de mercado, massificam as culturas e acentuam ainda mais a pobreza extrema e as desigualdades sociais entre classes, países e culturas; por outro lado, o tal colapso sistêmico que impede que os Estados supram as necessidades sociais também impulsiona a imaginação social e criatividade expressiva dos coletivos, que buscam nas suas riquezas – históricas, culturais, cosmológicas, ecológicas, sociológicas, naturais, ancestrais – táticas e estratégias de sobrevivência e de associação, de protesto e de participação democrática, de defesa de seus direitos (MARTÍN-BARBERO, 2014).

Em sua construção de uma “teoria da cidadania”, Adela Cortina (2005) corrobora com a perspectiva de que as mudanças sociais, políticas e econômicas experimentadas nas sociedades contemporâneas exigem novos horizontes para a concepção de cidadania hoje. Nessa compreensão de cidadania projetada no texto de Cortina, é imprescindível vislumbrar âmbitos individuais dos sujeitos percebidos através de suas diferenças de distintas ordens – culturais, sociais, econômicas, políticas, psicológicas, entre outras – e âmbitos sociais de suas alteridades e interações em comunidade.

Contudo, há de se ponderar que são diferentes os momentos e fatores através dos quais a noção é evocada. Logo, ao longo do tempo, bases e antecedentes das mais atuais noções de cidadania são atravessados por múltiplos contextos, e, na medida em que são encadeadas reelaboraões e ressignificações, o conceito se (re)constrói de maneiras complexas com o objetivo de expandir-se além dos campos legal e político para agregar aspectos civis, sociais, culturais, comunicacionais, educacionais etc.

Portanto, segundo a autora, a cidadania é

um conceito mediador porque integra exigências de justiça e, ao mesmo tempo, faz referência aos que são membros da comunidade, une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento de pertença. Por isso, elaborar uma teoria da cidadania ligada às teorias da democracia e justiça, mas com uma autonomia relativa diante delas, seria um dos desafios de nosso tempo. Por que uma teoria como essa poderia oferecer melhores argumentos para sustentar e fortalecer uma democracia pós-liberal também no nível das motivações: uma democracia em que se encontrem as exigências liberais de justiça e as comunitárias de identidade e de pertença (CORTINA, 2005, p. 27-28).

Ou seja, a igualdade de todos os cidadãos em dignidade é irrenunciável, entretanto, não serve apenas a ética fria da justiça; são necessários o sentido e a felicidade de ser reconhecido dentro de uma comunidade. O sujeito tem a necessidade de identificar-se no tecido social como um membro motivado a integrar-se ao todo, com a consciência da sua importância no contexto do desenvolvimento comunitário. A dimensão do pertencimento transcende os fatos individuais e aponta para os aspectos coletivos, a construção social coletiva a partir do processo de construção do *ethos* comunitário e o ideal de felicidade.

Então, pensar as identidades sociais na sociedade contemporânea não pode ser feito de modo limitado e redutor, pois um mesmo sujeito incorpora diferentes elementos identitários – temos uma nacionalidade, um gênero, uma sexualidade, uma etnia etc. – aos quais depreende mais ou menos, conforme suas experiências e suas concepções. Mas mais importante ainda, Cortina (2005) nos fala sobre o convívio – e potencial conflito – entre diversas comunidades culturais e propõe o interculturalismo como um projeto ético e político que anteponha a igualdade de dignidade para além das dimensões políticas e jurídicas. Assim, teríamos a possibilidade de desenvolver uma cidadania intercultural que reconhecesse e respeitasse as alteridades.

4. Para pensar as identidades culturais...

Tendo em vista a indispensabilidade de incorporarmos a questão das identidades culturais (CORTINA, 2005) e a categoria de cultura (MALDONADO, 2011) na reflexão e no desenvolvimento da concepção de cidadania e sua articulação com o interculturalismo, é cons-

trutivo trazermos à discussão a inevitável e íntima relação de complementariedade estabelecida entre os conceitos de identidade e diferença. Ao iniciar a discussão sobre esses temas, Kathryn Woodward (2000) traz o seguinte relato como um exemplo profícuo de “história sobre identidades”: “Olha, a coisa é assim. Aqueles croatas pensam que são melhores que nós. Eles pensam que são europeus finos e tudo o mais. Vou lhe dizer uma coisa. Somos todos lixo dos Bálcãs” (IGNATIEFF, 1994 apud WOODWARD, 2000, p. 8).

O processo da análise sobre a historieta se desenvolve no sentido de evidenciar que, ao afirmar “Aqueles croatas pensam que são melhores que nós”, há uma asserção de certa diferença entre aquele que fala e “croatas”; porém, no trecho seguinte, “Somos todos lixo dos Bálcãs”, contraria-se tal afirmativa, pressupondo uma semelhança entre eles.

Num primeiro momento, parece simples pensar em uma identidade como “aquilo que sou”, contudo, como pode ser percebido no exemplo citado, a identidade daquele que fala é construída enquanto um “não croata”, e não como sérvio. No entanto, mesmo diferentes, em relação aos “europeus finos”, croatas e sérvios são “todos lixo dos Bálcãs”.

Neste ponto, emergem dois elementos constitutivos da ideia de identidades que devem ser observados atentamente: 1) identidade é algo relacional; 2) identidade e diferença têm uma relação de estreita dependência (WOODWARD, 2000; DA SILVA, 2000). Ou seja, uma afirmação como “sou brasileiro” não se esgota em si mesma, não se trata de uma entidade autossuficiente que remete a si própria; pelo contrário, tal afirmativa evoca de maneira oculta uma série de negações da diferença no sentido “não sou argentino”, “não sou japonês” e assim por diante, de modo que “aquilo que sou” constitui-se em relação a “aquilo que não sou”; portanto, a identidade está amarrada à diferença, e vice versa – não enquanto um binarismo polarizado, mas mais próximo a uma configuração complexa enredada.

Neste sentido, García-Canclini traz um interessante argumento de que “a história dos movimentos identitários revela uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos em um relato que lhes dá coerência, dramaticidade e eloquência” (2013, p. XXIII). Em outras palavras, o autor esclarece que, ao contrário do que pretendem discursos essencialistas, as culturas e identidades são estabelecidas historicamente, encontrando-se “vivas” e em perene (re)construção e movimento.

Com essa ideia de identidade estabelecida historicamente, Martín-Barbero (2014) colabora ao estabelecer a noção de “identidade narrativa”, ou seja, uma identidade constituída através do ato narrativo, em outras palavras, no processo e na prática de narrar-se aos outros. Isso quer dizer que ao contar histórias somos reconhecidos pelos outros, uma vez que a linguagem não é só expressiva, mas também constitutiva do que somos, tanto individual quanto coletivamente. Neste sentido, poderíamos recorrer também à teoria da performatividade das identidades, que considera que um ato performativo é a prática discursiva que produz aquilo que nomeia (BUTLER, 2000), ou seja, a linguagem funciona não apenas como descrição da realidade, mas, principalmente, como produtora de realidades.

Este argumento sobre o desenvolvimento histórico das culturas e das identidades é apenas um subsídio para que García-Canclini possa desenvolver a problematização da noção

de “culturas híbridas”. Segundo o autor, a hibridação cultural pode ser definida como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (GARCÍA-CANCLINI, 2013, p. XIX). Em outros termos, consiste no processo de negociação e resolução de conflitos culturais gerados pela “criatividade individual e coletiva”.

Tais reflexões sobre a atual circunstância das sociedades contemporâneas são substanciais para pensarmos a problemática da constituição das culturas e identidades a partir de suas dinâmicas interculturais, trocas, transações, movimentos de articulações, influências e conjugações. Contudo, seria ingênuo pensar esses processos de maneira desconectada de jogos de poder, embates e contradições comuns em ambiências multiculturais, sendo a hibridação uma alternativa a processos mais violentos como os chamados epistemicídios do longo século XVI (GROSFOGUEL, 2016).

Vários são os fatores que podem ser relacionados a estes processos, sendo a globalização e a digitalização da cultura os principais. Certamente, os processos comunicacionais e midiáticos desempenham um importante papel na hibridação cultural, contudo, são diversas as instituições e os agentes que entrelaçam uma rede que opera em múltiplas dimensões. Portanto, a ação dos modelos comerciais burgueses de concentração dos bens, sistemas e tecnologias midiáticas não deve ser pensada de modo vertical.

Retomando a perspectiva de cidadania, a possibilidade de sintonizarmos os processos de hibridação cultural – considerando sua potencialidade de organizar, desorganizar e reorganizar repertórios, coleções e rituais – ao fazer político engajado, estratégico e criativo pode representar um viés suscitador de potencialidades para a construção ética e cidadã da vida cotidiana de dinâmicas sociais, culturais e econômicas que reconheçam a complexidade e a riqueza da diversidade cultural e da convivência multicultural.

O papel desempenhado pelas mídias hegemônicas em relação às estruturas e aos enquadramentos culturais, especialmente nos processos de reflexão, organização e participação política de maneira pensada, tem relação direta com o debate sobre modelos mais democráticos e participativos de organização social, econômica e política. Mas tal discussão certamente não interessa aos setores e ideologias dominantes.

Martín-Barbero (2014) comenta que, no contexto latino-americano, frente a uma sociedade estruturalmente fraturada, comunidades de distintas ordens têm se tornado domínios fundamentais de ressignificação do sentido das coletividades, de reelaborações identitárias, de aperfeiçoamento dos usos de suas heranças, de sua transmutação em lugares de interações construtivas entre o local e o global. Maldonado (2011) chama atenção que, também no contexto continental, houve uma certa politização – mesmo que bastante embrionária – de alguns grupos excluídos do conjunto hegemônico da sociedade, que estes sujeitos marginais aprenderam a usar a democracia liberal a seu favor e em favor da sociedade como um todo.

Apesar de ser incipiente, há pouco tempo, esse conhecimento era muito restrito aos militantes partidários e às classes hegemônicas do poder político. Mas o mais relevante nesse processo é que as pessoas começaram a tomar consciência e a defender seus direitos identitá-

rios – classe, etnia, gênero, faixa etária, condições biológicas, opções religiosas e diversidade de pensamento. Em outras palavras, os “outros”, os “exóticos”, os “incivilizados” da epistemologia e racionalidade capitalista, patriarcal, ocidental e moderna do sujeito universal criam possibilidades de uma cidadania complexa, “aprendendo a jogar de melhor forma nos enquadramentos democrático representativos; ao mesmo tempo aprendendo a fazer política em outros modelos, estratégias e alternativas” (MALDONADO, 2011, p. 2).

Cabe ressaltar que na América Latina, com exceção de Cuba, os grandes veículos de comunicação estão em poder de poucas e endinheiradas famílias, e esses modelos têm sido naturalizados como modelos adequados à liberdade de comunicação e informação; no entanto, oferecem uma programação baseada em entretenimento mercadológico e informação restrita (MALDONADO, 2011). Tendo em vista o papel configurador da mídia nos processos de visibilização (ou não) de culturas e identidades, deve existir esse reconhecimento e respeito às diferenças, de modo a contribuir para a construção da cidadania. Todavia, no cotidiano das programações midiáticas, a atenção está deslocada para consumo comercial dos seus produtos, em proveito de suas empresas e dos negócios das elites.

Contudo, não se quer aqui contrastar “o elevado âmbito da cultura ao espaço mundano e mercantil da comunicação”, visto que a observação e a reflexão da sociedade através de perspectivas maniqueístas são redutoras e limitantes das complexidades sociais e da heterogeneidade da produção simbólica que as culturas apresentam como retorno às novas demandas e táticas de embate às lógicas da indústria cultural; também é preciso pensar que a própria produção do sentido social e de suas apropriações implica a intervenção da política na comunicação e na cultura (MARTÍN-BARBERO, 2014).

5. Considerações finais

O crescente desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação e os processos de digitalização, entre outras transformações presentes na sociedade contemporânea, exigem que o pesquisador em comunicação explore e experimente, tanto na dimensão teórica quanto na empírica, de maneira responsável. Os processos midiáticos, com suas relações, interconexões, conexões e inter-relações, tornam imperioso educar os olhos para ver além das aparências e se concentrar na busca das especificidades multidimensionais dos objetos comunicacionais.

A situação atual não mais permite uma contemplação externa aos processos midiáticos. Muito pelo contrário, o pesquisador que objetiva interpretar o momento presente das apropriações midiáticas deve deixar-se tocar e desafiar pelos contextos concretos observados e, assim, sensibilizar-se a incorporar as dimensões epistêmicas, teóricas e metodológicas que emergem do próprio objeto.

Não obstante, a partir do reconhecimento do papel constitutivo da comunicação nas dinâmicas multidimensionais das culturas e na problemática da cidadania, a produção de

conhecimento em ciências da comunicação deve estar a serviço das sociedades, comprometida com o desenvolvimento civilizatório e movimentos democráticos e democratizadores do espaço público em seus mais diversos aspectos sociais, econômicos, jurídicos, políticos e educacionais; uma vez que, para alcançarmos uma sociedade justa e plural, passamos pela necessidade de gerar modelos políticos e econômicos que favoreçam a plenitude da cidadania, a segurança das identidades, a dignidade dos seres humanos e a alteridade sadia entre culturas.

Contudo, inevitavelmente, para que possamos evoluir enquanto civilização ética e cidadã comprometida com todos e todas, se torna obrigatória uma transcendência do modelo capitalista burguês selvagem, e isso só se tornará possível com o rompimento e a subversão do sistema estruturante das desigualdades sociais que beneficia um pequeno grupo hegemônico. Trata-se de um objetivo de proporções titânicas, porém, cada movimento, por menor que seja, nessa direção, já favorece.

Referências

BONIN, Jiani Adriana. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 213-231.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder.; JACKS, Nilda (Org.) **Mediação & Mídiação**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 31-52.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. 1. ed. São Paulo: Edições SESC, 2020.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma analítica da midiatização. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, abr. 2008.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

GOMES, Pedro Gilberto. Como o processo de midiatização (um novo modo de ser no mundo) afeta as relações sociais? In: BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antônio; GOMES, Pedro Gilberto (Org.). **10 Perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2019. p. 131-143.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

MALDONADO, Alberto Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. **Anais do XX Encontro da Compós**, GT Comunicação e Cidadania, UFRGS, Porto Alegre, p. 14-17, 2011.

MALDONADO Alberto Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. 1 ed. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014. p. 17-40.

MATTELART, Armand; VITALIS, André. **De Orwell al cibercontrol**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Diversidade em convergência. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 15-33, jul./dez. 2014.

MOGLEN, Eben. El manifiesto puntoComunista. In: LAGO, Silvia (Org.). **Ciberespacio y resistencias: exploraciones en la cultura digital**. 1. ed. Buenos Aires: Hekht Libros, 2012. p. 69-81.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

Recebido em: 15/03/2022
Aprovado em: 19/04/2022



“Mangás Surdos”: uma proposta de elaboração de material didático para o ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos

“Deaf Mangas”: a proposal for courseware preparation for teaching Portuguese to deaf students

Milena de Souza Caldas Pinho

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-2645-9867>

(e-mail:milena.scpinho@gmail.com)

Vitoria Muniz Amaro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-8918-8227>

(e-mail:vtoriamunizz@gmail.com)

*Angela Corrêa Ferreira Baalbaki**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ORCID:<https://orcid.org/0000-0001-9295-7923>

*Autor correspondente (e-mail:angelabaaalbaki@hotmail.com)

Resumo: O presente artigo tem como objeto apresentar a proposta metodológica que embasa a elaboração de material didático para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua, na modalidade escrita, para alunos surdos. O foco recai, especialmente, no gênero discursivo mangá, as suas características principais e as diferenças em relação às histórias em quadrinhos ocidentais. Além disso, busca-se promover a difusão de mangás que tematizam a questão dos surdos e as línguas de sinais envolvidas, quais sejam, a Libras e a Língua de Sinais Japonesa (LSJ).

Palavras-chave: Alunos surdos. Língua Portuguesa como segunda língua. Material didático. Gêneros discursivos. Mangá.

Abstract: This article aims to present the methodological proposal that supports the development of materia courseware for teaching Portuguese as a second language, in written form, for deaf students. The focus is, especially, on the discursive genre manga, its main characteristics, and differences in relation to western comics. In addition, we seek to promote the manga dissemination that thematizes the issue of the deaf and the sign languages involved, namely, Libras and Japanese Sign Language (JSL).

Keywords: Deaf students. Portuguese as a second language. Courseware. Discursive genres. Manga.

1. Introdução

O presente artigo tem como proposta apresentar algumas etapas do projeto “Recursos e materiais para o ensino de português para alunos surdos”, desenvolvido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Destacamos que o referido projeto tem como meta a produção de materiais de ensino de línguas para alunos surdos, mais especificamente, a elaboração de materiais didáticos voltados para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua.

Durante o desenvolvimento do projeto, pensado desde seu início com foco na educação bilíngue para surdos, notou-se que a promulgação da Lei nº 14.191/2021, ao alterar a LDB/1996, buscou legitimar uma longa e árdua demanda da comunidade surda brasileira: a oferta da educação bilíngue. Podemos observar, no primeiro artigo da lei, a seguinte alteração realizada ao definir essa modalidade de ensino:

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (BRASIL, 2021).

Porém, apesar de tal conquista, verifica-se que os fazeres na área da educação bilíngue para surdos apontam para uma imperativa investigação de caráter teórico-prático que atenda às necessidades linguísticas desse grupo discente. Especificamente, o ensino de Língua Portuguesa destinado a esses alunos constitui-se como tarefa desafiadora aos professores da Educação Básica, já que a maioria destes não possui qualquer formação acadêmica para a execução desse trabalho.

Pesquisas na área da Linguística Aplicada como a de Morais e Cruz (2020) indicam que os resultados insatisfatórios obtidos pela maioria dos alunos surdos no processo escolar decorrem da falta de uma metodologia de ensino adequada. Segundo a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), somente 3% dos surdos brasileiros concluem o ensino médio. Acrescenta-se a este panorama questões relacionadas à produção e à adaptação de materiais didáticos que estabeleçam a transposição didática de conteúdos relacionados à modalidade escrita da Língua Portuguesa. Nota-se, no entanto, que a oferta de tais materiais dirigidos à comunidade surda é escassa, ou quando existente, e não atende ao desenvolvimento das interfaces de leitura e escrita da Língua Portuguesa (LEITE; CARDOSO, 2009).

Pode-se afirmar, portanto, que a maior parte dos problemas identificados refere-se à metodologia empregada e aos materiais usados no ensino de LP2 para surdos. Tais problemas

são também destacados, por exemplo, por Leite e Cardoso (2009), que assumem que a oferta de materiais didáticos nessa área ainda é incipiente. Esse quadro se daria em consequência da ausência de pesquisas na área. Ainda se sabe muito pouco sobre como as diferenças linguísticas dos alunos surdos podem ser inseridas e tratadas em materiais didáticos.

Pensando mais objetivamente nessas necessidades, nota-se que a elaboração de materiais para o ensino de uma segunda língua deve considerar tanto as estruturas linguísticas dessa quanto as estruturas da L1 do aprendiz, a saber a Língua Brasileira de Sinais, como preconizado na legislação vigente. Diferentemente das línguas orais, a Libras é uma língua de modalidade espaço-visual, o que significa dizer que apresenta, entre outros aspectos linguísticos, simultaneidade na realização de categorias linguísticas e utilização de marcas não manuais,

como expressões fisionômicas e movimentos do pescoço, em sincronia com o movimento manual; ao passo que, nas línguas orais, é utilizada a modulação do contorno melódico (entoação e intensidade) da cadeia linguística, em simultaneidade com os segmentos fônicos (SALLES et al., 2004, p. 84).

Além disso, devido às particularidades da Libras e à falta de contato com a comunidade surda, percebe-se a dificuldade que muitos professores de Língua Portuguesa apresentam ao planejar e adaptar atividades didáticas. Consequentemente, esse aluno, apesar de estar inserido no espaço físico dos ouvintes, não consegue aprender satisfatoriamente a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Embora a sociedade, de forma geral, acredite que o surdo tenha dificuldade de escrever por não saber “falar” a língua oral; na verdade, o fator que mais atrapalha a sua aprendizagem é a inexistência de uma metodologia de ensino adequada.

A justificativa deste artigo assenta-se, portanto, na necessidade de desenvolvimento de ações de caráter teórico-metodológico que atendam às diferenças linguísticas dos alunos surdos, propondo a elaboração de materiais didáticos para o ensino de Língua Portuguesa escrita como segunda língua. A direção assumida, nesta proposta, articula-se com a teoria bakhtiniana de gêneros discursivos e de dialogismo. De acordo com Bakhtin (2003), nos comunicamos por meio de gêneros discursivos (tipos relativamente estáveis de enunciados), os quais são atravessados e infiltrados por outros gêneros. Seguindo essa perspectiva, a produção dos materiais é dedicada ao ensino-aprendizagem de alunos surdos por meio de gêneros discursivos diversos. Dessa forma, pretende-se que haja o aprendizado da Língua Portuguesa escrita, sem dispensar a L1 do estudante, e que ocorra a aquisição e a ampliação do conhecimento sociocultural, assim como o melhor entendimento do funcionamento da L2.

Neste artigo, escolheu-se dar ênfase aos mangás para exemplificar a importância de se inserir o sujeito surdo nas práticas sociais de leitura e escrita, o que fortaleceria o valor da comunicação dialógica entre diferentes culturas. Igualmente, a ênfase no gênero escolhido é uma forma de aprofundar o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa escrita por alunos surdos.

De modo a alcançar o objetivo exposto, a produção de material didático está pautada nos

seguintes princípios: interações e comunicações significativas; conteúdo relevante, pertinente, interessante e motivador; utilização de habilidades ou modalidades linguísticas; estímulo do aprendizado indutivo ou por descobertas das regras subjacentes ao uso e à organização da linguagem; uso criativo da linguagem; e processo de tentativa e erro.

Dentro do campo de interesse da Linguística Aplicada, uma orientação fundamenta teoricamente o artigo: trabalhos sobre elaboração de materiais didáticos. Pode-se averiguar a distribuição do tema “materiais didáticos” em quatro aspectos: análise, avaliação, adaptação e elaboração. O enfoque do artigo, contudo, recai na elaboração do material com foco em gêneros discursivos e em dialogismo.

A elaboração de materiais deve mostrar, de acordo com Leffa (2008), compatibilidade entre o contexto de ensino-aprendizagem, os objetivos e os recursos de aprendizagem. Além disso, deve envolver, sobretudo, a análise das necessidades dos alunos. Somente a partir delas podem ser definidos os objetivos que direcionaram o desenvolvimento do material e quais conteúdos serão selecionados (LEFFA, 2008). Outro tópico relevante para a elaboração de material didático é o conhecimento da abordagem teórica que subjaz o processo de ensino-aprendizagem. Afinal, “quem prepara o material precisa ter uma noção bem clara da fundamentação sobre a qual se baseia, mas vai concentrar todo seu esforço em mostrar a prática, não a teoria” (LEFFA, 2008, p. 28).

Por outro viés, Vilaça (2009) aponta duas possibilidades para a elaboração de materiais. A primeira é baseada nas experiências anteriores do professor. Esse tipo de desenvolvimento de atividades é chamado de elaboração por intuição. A segunda é a elaboração de materiais partindo de teorias e pesquisas. De fato, os materiais são elaborados com base em fundamentação teórica encontrada na literatura da área do ensino de línguas. Segundo o autor, “pesquisas teóricas de diversos autores são levadas em consideração, em menor ou maior proporção, para a elaboração de materiais” (VILAÇA, 2009, p. 86).

No presente artigo, pretende-se que a elaboração dos materiais considere, sempre que possível, as duas possibilidades. Ressaltando que as pesquisas acadêmicas e os relatos de professores (dados coletados por diferentes metodologias: questionários, entrevistas, grupo focal) podem fornecer as bases para subsidiar a elaboração de materiais.

Vale ressaltar que o foco teórico deste trabalho (produção de materiais de ensino de línguas para alunos surdos) tem como base a utilização de gêneros discursivos por meio de uma perspectiva bilíngue para alunos surdos. Posto isso, não foram dispensados os conhecimentos linguísticos e extralinguísticos adquiridos. Estes entram como aliados para facilitar o aprendizado da leitura e das estruturas internas da L2. A escolha de gêneros discursivos e a produção de materiais a partir da perspectiva teórica exposta se deu tendo em vista que gêneros discursivos, antes de tudo, são enunciados transpassados por diversos discursos aos quais o aluno pode ter familiaridade em virtude da sua produção de enunciados em Libras.

A partir de tais considerações, a LP, como segunda língua, deve ser desenvolvida “a partir da leitura dos textos multimodais de gêneros variados, da escrita das respostas às ativi-

des propostas e das duas produções textuais” (BARBOSA, 2021, p. 170). À vista disso, o ensino por meio dos gêneros mostra-se mais dinâmico no processo ensino-aprendizado da Língua Portuguesa como L2, trazendo ao educador uma gama mais ampla de temas a serem trabalhados; e, em consequência, as atividades promovem auxílio para o aprendizado juntamente com a produção textual.

Destacamos ainda que no ensino de língua também é de suma importância o contexto no qual o aluno está inserido, pois a partir da contextualização é possível verificar a melhor escolha de gênero a ser trabalhado, de forma que o aluno possa desenvolver adequadamente a língua proposta como objeto de ensino. A escolha do gênero discursivo deve levar em conta os objetivos visados pelo professor e o lugar social dos aprendizes. Por este motivo, os gêneros do discurso tornam-se ferramentas importantes para o ensino-aprendizado de uma língua, pois a partir destes é possível propor uma metodologia de ensino ao qual o aluno se sinta confortável e inserido. Além disso, considera-se a possibilidade de o aluno ver e conhecer outros contextos que fogem aos seus, como o gênero mangá, abordado no material didático, propondo um conhecimento de elementos extralinguísticos da cultura japonesa.

Voltamos a enfatizar que os gêneros discursivos estão presentes em todas as situações comunicativas, em todas as esferas da atividade humana, como assevera Bakhtin, e, certamente, são um forte aliado ao ensino de línguas¹. Nesse sentido, portanto, mostra-se mais apropriado o ensino-aprendizado de Língua Portuguesa para surdos. Assim, o aluno é capaz de compreender o funcionamento da L2 em cada situação comunicativa, facilitando a relação dialógica entre aluno e texto.

Sendo assim, o aprendizado por meio de gêneros discursivos consegue abranger o ensino de língua por meio de textos de diferentes âmbitos, facilitando a comunicação em um todo, tanto em sua L1 (Libras) quanto em sua L2 (LP). Ao comunicar-se, o enunciador escolhe um determinado gênero discursivo que julga razoável para aquela situação enunciativa específica. Posto isso, ao propor um ensino de línguas a partir dos gêneros discursivos é preciso ter a ciência de que a escolha de um gênero a ser trabalhado põe em prática também a forma com que aquele aluno irá utilizar determinado gênero em suas situações comunicativas de enunciação. Precisamente, aqui em ênfase, como o aluno surdo pode utilizar e inserir estes recursos linguísticos, apreendidos por meio dos gêneros, no uso de sua L1 e como esses recursos facilitam o aprendizado da L2. Nesse sentido, o aprendizado de Língua Portuguesa por meio dos gêneros discursivos também é uma forma de fazer o aluno surdo compreender a função comunicativa de determinados textos no meio social, além de saber utilizá-los em cada situação comunicativa/dialógica.

Considerando o que foi exposto anteriormente, o material foi pensado de modo a atender às especificidades do conceito geral de gênero discursivo e ao foco teórico do projeto. Neste ar-

¹ Fora isso, nos documentos oficiais da Educação Básica do nosso país, há orientações para o ensino de línguas a partir dos gêneros discursivos.

tigo, daremos mais atenção ao gênero mangá, porém, primeiro, falaremos sobre a elaboração do material didático, buscando elucidar seus principais eixos de produção.

2. Elaboração do material didático: passo a passo da criação do livro *Construindo juntos*

O material didático do projeto “Recursos e materiais para o ensino de português para alunos surdos” foi pensado em três eixos. O primeiro destinou-se à discussão do desenvolvimento da leitura e da escrita em LP2 por alunos surdos. Pretendeu-se, a partir de análise das produções, verificar o papel da Libras no processo de aprendizagem da modalidade escrita da LP2. Além desse tópico, busca-se reconhecer as questões relacionadas ao ensino de leitura. Uma das formas de tratá-las seria por meio da desconstrução do “mito da interpretação ao pé da letra” (FARIAS, 2006), ou melhor, deve garantir uma prática que se afaste, no ensino de leitura, da estratégia “tradução” simultânea de Português-Libras em uma relação “palavra por palavra”. As consequências desse tipo de estratégia são desastrosas para ambas as línguas, visto que, ao desprezar as diferenças estruturais entre a Libras e a LP2, congela o aprendizado de suas estruturas.

Neste primeiro eixo, destacou-se ainda a proposta de articulação entre a teoria e a elaboração de novas metodologias de ensino. Pretendeu-se chegar aos seguintes resultados: 1) promoção de leituras do referencial teórico; 2) desenvolvimento da articulação entre teoria e prática; 3) desenvolvimento de leitura crítica de materiais; 4) elaboração de materiais didáticos, baseados em diferentes gêneros textuais; 5) sistematização dos desdobramentos da discussão teórica acerca da elaboração de materiais para o ensino de português para alunos surdos.

Já o segundo eixo dispôs discutir dados e pesquisas teóricas acerca de materiais didáticos de Língua Portuguesa previamente desenvolvidos para a comunidade surda de forma a promover a descrição do material didático (MD) para identificar a metodologia e os princípios organizacionais utilizados. Foi produzida uma matriz curricular para basear e orientar a elaboração dos capítulos do volume 4 do livro didático.

No terceiro eixo, que contempla a adaptação e a elaboração de MD à comunidade surda, propôs-se um trabalho baseado no letramento e no uso de diversos recursos visuais e textuais, com a finalidade de inserir o sujeito surdo nas práticas sociais de leitura e escrita. O desenvolvimento de materiais didáticos foi realizado com o auxílio da noção de modelo didático de gêneros discursivos, produzidos nas duas línguas. De tal forma, vídeos instrucionais em Libras foram produzidos para acompanhar o material de ensino proposto.

Quanto à organização dos livros propriamente dita, cada volume da coleção “Construindo Juntos – Uma aventura de leitura e escrita: proposta bilíngue para alunos surdos” segue, conforme comentado anteriormente, uma matriz curricular que oferece base e orientação para a produção dos capítulos. Os volumes, por sua vez, são divididos em quatro unidades, sendo cada uma formada por cinco capítulos, o que totaliza 20 capítulos por livro.

Em relação à estrutura dos capítulos do referido material didático, segundo Baalbaki e Nogueira (2021),

Como é possível observar na figura 1, três capítulos (capítulos 3, 4 e 5) da unidade 1 são dedicados ao ensino do gênero mangá. Consideramos que esse gênero, assim como Coêlho e Nascimento (2010),

se presta a atividades de letramento escolar por se tratar de uma prática discursiva emergente que está ligada à aparição de novas motivações sociais que são resultantes de novas circunstâncias de comunicação associadas à produção tecnológica, constituindo assim um novo ambiente de interação social que precisa ser estudado e didatizado (COÊLHO; NASCIMENTO, 2010, p. 393).

Passamos, a seguir, a apresentar algumas reflexões sobre as etapas de desenvolvimento da proposta até alcançar o produto final, ou seja, os três capítulos do material didático.

3. A elaboração do material a partir do gênero Mangá

O gênero mangá (assim como o gênero história em quadrinhos) dá ênfase ao visual, elemento importante para despertar o interesse dos alunos, de forma geral, e dos alunos surdos, em particular. Além disso, o fato de conter elementos visuais pode propiciar o desenvolvimento da leitura e da produção escrita de textos em Língua Portuguesa.

Para a elaboração de três capítulos do quarto volume do material didático “Construindo Juntos – Uma aventura de leitura e escrita: proposta bilíngue para alunos surdos”, foram necessárias algumas etapas que envolveram pesquisa bibliográfica sobre o gênero mangá, sua história e sua aplicação metodológica. Também foram realizadas outras formas de coleta de dados, como a ida à exposição “O Poder do Shojō Mangá²” e pesquisas na internet.

O primeiro momento teve como resultado o levantamento de alguns dados, a saber: imagens (relação entre Brasil e Japão; sinais em LSJ; Mangás, Animes e HQs; vídeos (animes em Libras; dicionários virtuais de Libras e de Língua de Sinais Japonesa); alguns mangás surdos (*Koe no Katachi*, *Sign – Yaoi*, entre outros). Todos os materiais provindos dessa primeira etapa foram incluídos na matriz curricular do volume 4. O segundo momento ocorreu com a verificação de outros mangás que tematizavam a questão dos surdos no Japão. A partir de então, passou-se ao terceiro momento, no qual foi possível realizar as leituras teóricas, organizar as ideias e iniciar o planejamento do material, composto por três capítulos.

Passamos, a seguir, a apresentar algumas reflexões sobre o gênero em questão e sua relação na educação bilíngue para surdos que fundamentaram o planejamento e a elaboração do material.

² A exposição itinerante “O Poder do Shojō Mangá” ocorreu no Centro Cultural da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), de 15 de março a 11 de abril de 2019. Para mais informações, sugerimos assistir ao vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jmH8nqb-Cxg>. Acesso em: 20 jul. 2020.

4. Primeiro momento: história dos mangás e suas características

“Mangá” é o termo utilizado para denominar as histórias em quadrinhos japonesas e significa “desenho engraçado”. De acordo com Morais e Silva (2021, p. 125) “[a] palavra começou a ser utilizada para diferenciar os quadrinhos japoneses dos *comics* (quadrinhos americanos)”. Para Braga e Spadetti (2011, p. 1), os mangás são “histórias em quadrinhos (HQs) [que] apresentam certas características que se diferenciam dos quadrinhos ocidentais”. Além disso, apesar de sua popularização relativamente nova, o mangá trata-se de um gênero antigo com mais de mil anos, de acordo com Koyma-Richard (2022), mas que se popularizou e se consolidou, a partir de 1950, num contexto pós-guerra, com a necessidade de se criar uma forma de entretenimento de baixo custo (por isso, os mangás são tradicionalmente em preto e branco) e de um gênero que atendesse à realidade da época.

Devido a isso, a impressão dos mangás é feita em papel jornal, e a sua coloração é em preto e branco, de forma a baratear os custos de produção e, assim, atingir todos os públicos (COELHO; NASCIMENTO, 2010). Em relação à produção e à circulação dos mangás, vale destacar que sua publicação é, em geral, dividida em capítulos e volumes, e que muitos foram, inicialmente, publicados em revistas e posteriormente compilados em livros.

No Brasil, o mangá passou a se popularizar a partir da década de 1990 com a difusão mundial dos animes, desenhos animados produzidos no Japão, os quais, na sua maioria, nasceram dos mangás. Dessa forma, os mangás começam a ser mais procurados e traduzidos, ampliando seu público e se consolidando, principalmente, no Brasil (LUYTEN, 2012).

Dentre os variados tipos de mangás, podemos destacar dois: Shōjo e Shōnen. O primeiro tipo corresponde aos mangás feitos para (mas não necessariamente por) meninas e mulheres. Já o segundo, para meninos. Suas temáticas são voltadas para amor (em suas diferentes manifestações) e amizade/trabalho em equipe, respectivamente.

Algumas informações podem ser destacadas, como o fato de que muitos mangás são adaptados para animes e doramas (produções dramatizadas da televisão japonesa), e para o alto índice de comoditização dessas histórias. Em outras palavras, também se trata de um produto de difusão da cultura japonesa.

Um aspecto relevante a ser ressaltado é a multimodalidade (disposição do texto escrito e do imagético) presente nesse gênero. A título de exemplificação, segundo Braga e Spadetti (2011, p. 1), é possível afirmar que os personagens de mangá se caracterizam por terem “olhos geralmente muito grandes e muito bem definidos, podendo variar entre redondos ou rasgados, mas sempre são feitos cheios de brilho e com o uso de cores chamativas, de modo a refletir a emoção de suas personagens”, como podemos observar na figura a seguir.

Figura 2: Características dos olhos de um personagem de mangá.

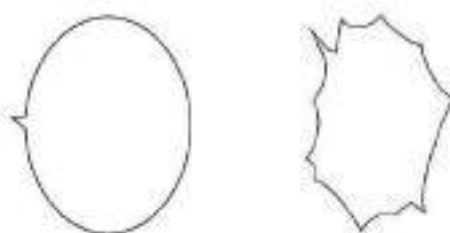


Fonte: <https://www.pngwing.com/pt/free-png-dieuj3>.

Destacamos que nas línguas de sinais, como a Libras e a Língua de Sinais Japonesa (LSJ), as expressões faciais têm dupla função: a) gramaticais (relacionadas à estrutura linguística, por exemplo, marcar grau de intensidade, negação, interrogação etc.); b) expressão de sentimentos. Desta feita, o gênero mangá, por seus recursos imagéticos, tem “grande importância em se tratando de crianças que fazem uma leitura de mundo pelo visual” (GESUELI; ALMEIDA, 2003, p. 3).

Uma diferença significativa em relação aos mangás e às HQs ocidentais é o uso de balões de fala, aqueles que mostram as falas diretas dos personagens. Em geral, o balão é feito com um formato arredondado (oval) em posição vertical, seguindo o padrão de escrita da língua japonesa. Enquanto o balão de grito não segue uma forma específica, mas, em geral, apresenta extremidades pontiagudas.

Figura 3: Formas de balão: fala e grito.



Fonte: arquivo do projeto, 2022.

Ressaltamos que ensinar os aspectos multimodais desse gênero “propicia a integração da imagem com o textual assim como a compreensão de recursos específicos do gênero discursivo, como o uso de diferentes tipos de balões (para representar a fala ou o pensamento do personagem) [...]” (GESUELI; ALMEIDA, 2003, p. 4), lembrando que o aluno surdo apreende (e aprende) sua relação com o mundo por meio da visualidade.

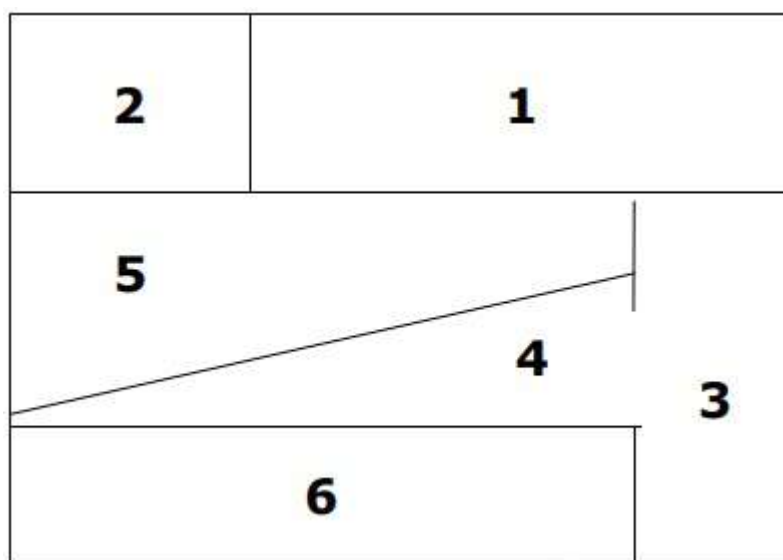
As diferenças entre as HQs ocidentais e os mangás não se dão somente no estilo do desenho ou dos balões. A leitura dos mangás é realizada da direita para esquerda. As autoras, anteriormente citadas, apresentam, de forma diagramada, um exemplo do movimento de leitura a partir de uma página de mangá analisada, o qual inserimos abaixo.

Consideramos relevante que o aluno surdo visualize outro movimento de leitura, distinto daquele realizado em histórias em quadrinhos redigidas em Língua Portuguesa, pois identificar outros modos de escrita e de leitura é também uma maneira de ampliar conhecimento de mundo, assim como uma forma de expandir os múltiplos letramentos do aluno surdo. Afinal, considerando a estrutura do gênero mangá, composto por uma linguagem híbrida (verbal e não verbal), “o aluno surdo [...] tem por meio da linguagem não verbal mais possibilidades de intera-

³ O PNGWING é um banco de imagens de arquivos PNG com fundo transparente. As imagens são gratuitas com licença de uso não comercial. Neste artigo, as demais imagens que foram retiradas do referido banco seguem o mesmo tipo de licença e foram convertidas para o formato JPG.

de interação, podendo compreender melhor os textos híbridos” (FREITAS; MELO; NÓBREGA, 2022, p. 332). Isso porque o aluno surdo se reconhece nos mangás devido às expressões faciais e corporais que aparecem nas ilustrações, similares às expressões que ele utiliza em Libras.

Figura 4: Forma de leitura dos mangás.



Fonte: COÊLHO; NASCIMENTO, 2010, p. 397.

Consideramos relevante que o aluno surdo visualize outro movimento de leitura, distinto daquele realizado em histórias em quadrinhos redigidas em Língua Portuguesa, pois identificar outros modos de escrita e de leitura é também uma maneira de ampliar conhecimento de mundo, assim como uma forma de expandir os múltiplos letramentos do aluno surdo. Afinal, considerando a estrutura do gênero mangá, composto por uma linguagem híbrida (verbal e não verbal), “o aluno surdo [...] tem por meio da linguagem não verbal mais possibilidades de interação, podendo compreender melhor os textos híbridos” (FREITAS; MELO; NÓBREGA, 2022, p. 332). Isso porque o aluno surdo se reconhece nos mangás devido às expressões faciais e corporais que aparecem nas ilustrações, similares às expressões que ele utiliza em Libras.

Além dos aspectos linguísticos envolvidos nesse gênero discursivo, Braga e Spadetti (2011, p. 2) destacam que os mangás podem ensinar “o valor mais importante que é a formação de caráter, amizade e companheirismo, os educadores conhecendo mais sobre suas histórias podem utilizá-la para demonstrar e orientar a seus alunos o quão importante é o indivíduo possuir elos de amizade”.

5. Segundo momento: mangás surdos

Embora não tenhamos encontrado na literatura da área a designação “mangá surdo”, inspirados em obras de Literatura Surda (cf. KARNOPP, 2006), optamos por usá-la de forma a

caracterizar os mangás que tematizam a questão dos surdos e da surdez. Abaixo, inserimos um quadro com algumas dessas histórias produzidas no Japão⁴.

Quadro 1: Descrição dos mangás surdos.

Mangá surdos	Autor e ilustrador	Tipo de mangá (demografia)	Sinopse
Haruka naru Koshien (1988)	Yamamoto Osamu	Seinen Slice of Life Esporte	Trata-se da história de um time de baseball formado em uma escola de surdos, a qual foi criada após o surto de rubéola dos anos 1960. Em 1994, foi produzido um filme de ação com o mesmo título, dirigido por Osawa Yutaka (cf. NAKAMURA, 2006).
Kimi no na ga sauryōshi imi (1993)	Junko Kariuba	Shojo Slice of Life Drama Romance	Conta a história sobre os dramas vividos por uma mulher surda em sua vida profissional, familiar e amorosa e, também, nas dificuldades enfrentadas no seu dia a dia. Em 1997, foi produzida uma série (drama) adaptada do mangá com o mesmo título. A série contou com 5 episódios, indo ao ar um por ano.
Kingyo Sen (2004)	Fujisaka Yuki	Shojo Slice of Life Romance Drama	Trata-se de uma história de autor que fala sobre aceitar as diferenças e estar aberto a novas paixões. Resumidamente, após ver Masami tocando bateria em um festival, Asuka se apaixona imediatamente por ele. No entanto, Masami é surdo e não está aberto a relacionamentos, o que gera indecisão em Asuka.
Koe no Katachi (2011)	Yoshitoki Oomura	Shojo Slice of Life Drama Escolar Romance	Conta a história de Shōko Nishimiya, uma garota surda, que é o principal alvo das chacotas da Shōya Ishida, o valentão da escola. Após muito tempo sofrendo <i>bullying</i> , Shōko é transferida de colégio. Anos depois, porém, os dois se reencontram e Shōya, arrependido de seus atos, tenta aproximar-se de Shōko, dedicando-se, inclusive, a aprender língua de sinais. É neste momento que uma paixão surge e aviva o reencontro – considerando um dos ápices da história.
Sign - Yami (2017)	Kai	Yaoi Slice of Life Webtoon Hentai Comédia Romance	Trata-se da história do Café Ooyo, local que possui algumas características incomuns: o café que eles servem não é tão bom assim, seus clientes nunca pedem os pratos do menu e o gerente da cafeteria, Yohai, é surdo. Quando Sochiwa, o novo funcionário, começa a trabalhar no local, não é esperado que ele aprenda a fazer um bom café, mas que, pelo menos, mantenha seu vocabulário de língua de sinais para além de “pagamento”, “melhor” e “por favor”. Porém, Sochiwa recusa as aulas oferecidas por Yohai. Não porque não queira aprender, mas, sim, porque algo estranho acontece toda vez que escuta a voz dele.
Onsenu Ranking (2017)	Sousuke Tooka	Shounen Ação Aventura Comédia Fantasia	Conta a história de Boji: um menino surdo, primogênito da família real, que sonha em ser o maior rei do mundo, mas que não consegue nem empunhar a espada de sua criança. Por isso, as pessoas dividem de sua capacidade de governar e ele acaba sendo alvo de preconceito. A história segue o amadurecimento do príncipe, enquanto ele conhece várias pessoas ao longo da vida, como Kaga, uma sombra, literalmente, sobrevivente de um clã assassino, o qual foi praticamente exterminado.

Fonte: as autoras, 2022.

⁴ Não encontramos mangás surdos originalmente produzidos no Brasil.

Dos mangás que tratam sobre a temática dos surdos, daremos destaque ao *Koe no Katachi*. Sua autora é Yoshitoki Ooima. Originalmente produzido no Japão e escrito na língua Japonesa e com representação imagética dos sinais da Língua de Sinais Japonesa – LSJ, é considerado um mangá bilíngue. Foi publicado entre agosto de 2013 e novembro de 2014, na revista *Weekly Shonen Magazine*, totalizando mais de sessenta capítulos. Posteriormente, os capítulos foram compilados em sete volumes. *Koe no Katachi* também contou com o apoio da Federação Japonesa de Surdos, fundada em 1948. Tal apoio, certamente, possibilitou dar lastro mais realista para o mangá.

No Brasil, o mangá recebeu o título “A voz do silêncio” e é licenciado e publicado pela editora NewPOP. O texto, originalmente escrito em japonês, foi traduzido para o português. Contudo, as imagens que representam os sinais produzidos em LSJ permanecem nessa língua. Ou seja, acabou se tornando um mangá traduzido em português, mas com imagens de personagens produzindo sinais em LSJ e não em Libras. A título de exemplificação, de forma a mostrar a diferença entre as duas línguas, inserimos o sinal de “amigo” em Libras e em LSJ.

Figura 6: Amigo (Libras).



Figura 7: Amigo (LSJ).



Fonte: arquivo do projeto, 2022.

Em Libras, o sinal de amigo é realizado sempre do lado esquerdo do peito, com a mão direita em configuração de mão “B” . A direção da palma da mão é para cima, apontando para o lado esquerdo e batendo com a lateral do dedo mínimo duas vezes no peito⁵. Em LSJ, o sinal de amigo é realizado com a configuração de mão em “C”  com dedos polegares para fora, na altura do peito, de forma simétrica, unindo as palmas das mãos e fazendo movimento circular (com braços levemente estendidos para frente) no espaço neutro⁶.

Feita a digressão da breve análise contrastiva entre as duas línguas de sinais, voltamos ao mangá surdo “A Voz do Silêncio”, cuja personagem principal é Shoko Nishimiya. A narrativa é construída a partir dessa personagem surda e o *bullying* que ela sofre. Shoko teve uma infân-

⁵ Sugerimos assistir ao vídeo postado no dicionário *Spreadthesign*: <https://media.spreadthesign.com/video/mp4/14/175583.mp4>. Acesso em: 20 jul. 2021.

⁶ Sugerimos assistir ao vídeo postado no dicionário *Spreadthesign*: <https://media.spreadthesign.com/video/mp4/7/345443.mp4>. Acesso em: 20 jul. 2021.

cia difícil em razão do abandono paterno sofrido na infância; sendo assim, foi criada sozinha por sua mãe e sua avó. Apesar de tudo isso, ela se mostra como uma personagem dócil, simpática e gentil. Contudo, da metade para o final do mangá, conseguimos perceber que essa característica surge em virtude da responsabilidade que ela sente pela violência que ela vive, ou seja, Shoko se culpa por tudo que sofre. A narrativa do *bullying* é o tema central para tratar questões mais profundas a partir de Shoko e Ishida (personagem que pratica o bullying). A seguir, inserimos algumas imagens da personagem surda.

Figura 8: Personagem Shōko Nishimiya.



Figura 9: “Sou surda” em japonês.



Fonte: <https://www.pngwing.com/pt/free-png-ixkoi>.

Fonte: <https://www.pngwing.com/pt/free-png-izpmc>.

Kyoto Animation adaptou o mangá para um filme, dirigido por Naoko Yamada (Tamako Market, Tamako Love Story, as duas temporadas de K-ON e o filme). O filme estreou em setembro de 2016.

Figura 10: Filme animado *A Silent Voice* (Anime).



Fonte: <https://www.pngwing.com/pt/free-png-xqgcp/>.

6. Terceiro momento: a elaboração dos capítulos

No capítulo 3 do material didático (primeiro sobre o gênero mangá), buscou-se apresentar, inicialmente, as diferenças culturais entre Brasil e Japão. Posteriormente, foi apresentado o gênero mangá (suas características gerais, seus diferentes tipos, o modo em que se dá a sua leitura e a relação com a cultura japonesa). Em seguida, deu-se o estabelecimento da identificação das histórias com os alunos surdos, inserindo comentários e ilustrações de mangás surdos. Para exemplificar as tarefas desenvolvidas, podemos citar algumas: a) analisar a capa de uma revista de mangá escrita em língua japonesa; b) intervir com questionamentos que os levem a observar que os dizeres estão escritos em outra língua (esclarecendo que se trata de uma língua oriental); c) identificar que as imagens têm relação com os personagens dos desenhos que costumam passar em alguns programas televisivos.

No capítulo 4, foram estabelecidas relações com aspectos imagéticos entre histórias em quadrinho e mangás que são produzidas no Brasil, com exemplos da “Turma da Mônica Jovem”, ou seja, o principal objetivo do capítulo é comparar os personagens de HQs e personagens de mangás, além das distinções visuais, como olhos maiores, tipos de balões, movimento de leitura etc.

No capítulo 5, a ênfase recaiu na produção textual do gênero discursivo. Foi elaborado um passo a passo para a criação de um mangá. Cabe frisar que a proposta de produção textual foi elaborada seguindo, em parte, o “processo cíclico de produção textual” (DIAS; BARBOSA, 2020, p. 4), constituído por seis etapas, quais sejam: “(1) geração de ideias (brainstorming); (2) planejamento; (3) múltiplos rascunhos; (4) reescritas; (5) refacções; e (6) edição e versão final” (idem). No caso da proposta do material produzido, enfatizamos as etapas 1, 2, 4 e 6 apresentadas pelas referidas autoras. Para finalizar o capítulo, a título de curiosidade, foram inseridos alguns exemplos de animes que contribuíram para a difusão dos mangás no Brasil.

Como última etapa do processo de elaboração do material didático, pretendemos aplicar o material produzido em escolas de ensino bilíngue para surdos para verificar se, de fato, há comunicação dialógica com os alunos surdos.

7. Considerações finais

De acordo com o que foi apresentado neste artigo, pensamos a elaboração do material didático de forma a atender às diferenças linguísticas da comunidade surda com foco conceitual nos gêneros do discurso atrelados ao objetivo do projeto. Concentramos nossa atenção no gênero mangá, histórias em quadrinhos japonesas cuja leitura é feita de trás para frente, ao contrário das histórias em quadrinhos ocidentais.

Em suma, com o presente artigo, buscamos instrumentalizar o professor de Língua Portuguesa a lidar com as singularidades linguísticas da comunidade surda pelo viés da trans-

posição didática, com a elaboração de propostas didáticas direcionadas a alunos surdos, de forma a dirimir as dificuldades encontradas nesse processo de ensino-aprendizagem.

Ressaltamos que o resultado de novas pesquisas permitirá alavancar áreas da Linguística Aplicada e, em especial, das línguas de sinais e da educação bilíngue. O aluno surdo atendido por metodologias visuais ampliará possibilidades e, por meio da Língua Portuguesa escrita, poderá acessar outros bens culturais, outras informações e, conseqüentemente, reconhecerá sua multiculturalidade.

Referências

BAALBAKI, A. C. F.; NOGUEIRA, T. T. O trabalho com gêneros e a produção de materiais didáticos: uma experiência extensionista no campo da surdez. In: FREITAS JUNIOR, R.; SOARES, L. A. A.; NASCIMENTO, J. P. S. (org.). **Aprendizes surdos e escrita em L2: reflexões teóricas e práticas**. Rio de Janeiro: PPLEN-Faculdade de Letras (UFRJ), 2021. p. 131-144.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BARBOSA, E. R. A. **Realidade, necessidade e possibilidade dos materiais de português como segunda língua para surdos: visão crítica e multimodal**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2021.

BRAGA, G. V.; SPADETTI, M. G. Os mangás como estratégia didática. **Encontro Latino-americano de Pós-Graduação**, Universidade do Vale do Paraíba, 2011. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/RE_0149_0473_01.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], 7 Brasília, DF, 4 ago. 2021.

COÊLHO, C. T. NASCIMENTO, E. L. Mangá: uma ferramenta didática para multiletramentos. In: **Anais XVIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**, Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2010. p. 389-408.

DIAS, R.; BARBOSA, E. R. A. Produção textual e surdez: a escrita de alunos surdos sob uma perspectiva cíclica e colaborativa. **The Specialist**, v. 41, p. 1-22, 2020.

FARIAS, S. P. Ao pé da letra não! Mitos que permeiam o ensino de leitura para os surdos. In: QUADROS, R. M. (org.). **Estudos Surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006. p. 252-283.

FREITAS, R. M. S.; MELO, E. S. de; NÓBREGA, P. V. A. Possibilidade de leitura de tirinhas para alunos surdos. In: FARIA, E.; SILVA, W. R. **Alfabetizações**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 330-347.

GESUELI, Z. M.; ALMEIDA, R.S. As histórias em quadrinhos eletrônicas e o processo de letramento de alunos surdos. In: **Congresso de Leitura do Brasil 14**; Seminário Educação, Políticas Públicas e Pessoas com Deficiência, IV, Unicamp, Campinas, 2003.

KARNOPP, Lodenir B. Literatura surda. **ETD: Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, p. 98-109, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=6529>. Acesso em: 21 jul. 2012.

KOYAMA-RICHARD, B. **Mil anos de mangá**. São Paulo: Estação Liberdade, 2022.

LEFFA, V. Como produzir materiais para o ensino de línguas? In: LEFFA, V. (org.). **Produção de materiais de ensino: teoria e prática**. 2. ed. Pelotas: EDUCAT, 2008.

LEITE, J. G.; CARDOSO, C. J. Inclusão Escolar de Surdos: uma análise de livros de alfabetização. In: **Anais do IX Congresso Nacional de Educação**, EDUCERE, Curitiba, Champagnat, 2009. p. 1-13.

LUYTEN, S. B. **Mangá o poder dos quadrinhos japoneses**. 3. ed. São Paulo: Hedra, 2012.

MORAIS, F. B. C.; CRUZ, O. M. S. S. Unidade didática e plano de atividades: uma prática de resistência pedagógica para o desenvolvimento de sentidos em Libras e em Língua Portuguesa. **Fragmentum**, v. 55, p. 201-223, 2020. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1698>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MORAIS, F.; SILVA, M. A. L. Mangá e anime no ensino das artes visuais: o desenho nipônico como ferramenta didática de formação pessoal e social. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 10, n. 24, p. 123-132, 2021.

NAKAMURA, K. **Deaf in Japan: signing and the politics of identity**. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

SALLES, H. M. M. L. et al. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Volume 1. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

VILAÇA, M. L. C. **Estratégias de aprendizagem e materiais didáticos de língua estrangeira: elaboração, integração, ensino e percepção**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Rio de Janeiro, 2009.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

Recebido em: 15/04/2022
Aprovado em: 25/05/2022



Comunicação pública e políticas sociais: uma conexão de princípios

Public communication and social policies: a connection of principles

*Kenia Augusta Figueiredo**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-1401-8215>

*Autor correspondente (e-mail:figueiredo.kenia@gmail.com)

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir acerca da conexão entre os princípios da Comunicação Pública e as Políticas Sociais. Neste tempo de mundialização do capital, apoiado nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), sob hegemonia neoliberal, é preciso encontrar possibilidades que contribuam para potencializar a organização política de segmentos da classe trabalhadora, pois a democracia e o acesso à direitos vêm sendo corroídos aceleradamente. As Políticas Sociais, um campo onde se travam as disputas de classe, são um espaço fértil à formação econômica, política e social. Há, portanto, uma conexão entre os princípios da Comunicação Pública e as Políticas Sociais uma vez alinhavados na práxis do cotidiano, por meio da comunicação dialógica, que podem contribuir para a emancipação política e o fortalecimento da democracia com consciência de classe.

Palavras-chave: Comunicação pública. Políticas sociais. Democracia. Luta de classes. Educador social.

Abstract: This article aims to reflect on the connection between the principles of Public Communication and social policies. In this time of globalization of capital, supported by Information and Communication Technologies (ICTs), under neoliberal hegemony, it is necessary to find possibilities that contribute to enhance the political organization of segments of the working class, as democracy and access to rights are being rapidly eroded. Social policies, a field where class disputes are fought, are a fertile space for economic, political, and social formation. There is, therefore, a connection between the principles of Public Communication and Social Policies, once tacked on to everyday praxis, through dialogic communication, they can contribute to political emancipation and the strengthening of class-conscious democracy.

Keywords: Public communication. Social politics. Democracy. Class struggle. Social educator.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo refletir acerca da conexão entre os princípios da Comunicação Pública (CP) e as Políticas Sociais (PS). A importância desse tema se dá em virtude da necessidade de encontrar possibilidades que contribuam para potencializar a organização política de segmentos da classe trabalhadora, em especial daqueles que acessam as Políticas Sociais, uma vez que a dinâmica das relações econômica, política e social no atual estágio do capitalismo, sob hegemonia neoliberal, com governos nas várias esferas do Estado constituídos por forças da nova direita¹, vem corroendo a democracia e o acesso a direitos aceleradamente e criminalizando os movimentos organizativos da classe trabalhadora.

Para tanto, é fundamental identificarmos o significado das comunicações e das Políticas Sociais nesse contexto em que os meios de comunicações e as tecnologias da informação, em especial com o advento da internet, têm integrado e transformado nosso cotidiano, influenciando no nosso comportamento e nas nossas decisões. Bolaño (1999, p. 2) aborda as expectativas da internet e a complexa realidade constituída em que as questões do passado são reeditadas no tempo presente.

A internet é o exemplo mais importante dessa tendência. Brindada inicialmente como uma estrutura revolucionária, não hierarquizada, de comunicação entre indivíduos livres e iguais, mostra-se claramente hoje como um espaço formado por uma teia complexa e extremamente assimétrica de atores, onde a capacidade de comunicação e de acesso à informação relevante depende justamente daqueles elementos que no passado garantiam o acesso à esfera pública liberal: poder econômico (propriedade), político e conhecimento, nessa ordem de importância.

As comunicações, ou seja, a diluição das fronteiras entre telecomunicações, radiodifusão e informática, têm proporcionado uma experiência ímpar para a espécie humana. São fantásticas as possibilidades desse momento histórico, se não fossem as velhas questões já elucidadas pela Teoria Marxista da Dependência, que tem apontado sobre a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo imperialista, de economia mundial desigual e combinada.

Essa fase do capitalismo é identificada por Harvey (1993) como *acumulação flexível*, pois ao flexibilizar os processos e mercados de trabalho, os produtos e padrões de consumo, configura a reação burguesa à crise do modelo taylorista/fordista e da regulação keynesiana da economia, gestada já na década de 1960, quando as economias centrais começaram a apresentar sinais de declínio do crescimento econômico, evidenciando o início da saturação da-

¹ A nova direita é compreendida na literatura como a ideologia que funde o neoliberalismo e o neoconservadorismo, que apesar de antagônicos em várias questões, sob interesses do capital, mesclou e fundiu o neoliberalismo econômico, que enaltece o mercado, com modelos sócio-políticos e culturais neoconservadores, resgatando pautas morais e seus retrocessos. Esta combinação explodiu no Brasil em 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff por meio de um golpe de Estado articulado entre a oposição e ex-aliados do governo nos poderes Legislativo e Executivo, com anuência do Poder Judiciário, da imprensa e de parte da população.

quele padrão de acumulação.

Mota (2009) indica que as crises no capitalismo, além de intrínsecas a ele, são necessárias para sua reorganização. Como as crises ocorrem em decorrência do descompasso entre as condições de produção da mais-valia e a sua realização (pois não basta produzir mercadorias), elas têm de se transformar em dinheiro, retornando ao incessante processo de acumulação do capital – produção/circulação/consumo. Assim, após a revolução tecnológica, com sinais de esgotamento no setor energético (petróleo) e com a fragilização da organização dos trabalhadores e do socialismo real, o capitalismo monopolista entrou em outra fase: a da mundialização do capital, sustentada pelo neoliberalismo. Numa clara estratégia de aumentar os lucros em detrimento do aumento do trabalho morto², a mundialização se faz com a intensificação de fusões e por meio da enorme concentração de oferta dos setores de alta tecnologia e de produção em escala.

Alguns autores da área de comunicação, em concordância com Bolaño (2003, apud MARTINS, 2020, p. 43), consideram que a terceira revolução industrial é marcada pelas chamadas “tecnologias da inteligência”, uma vez que há o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e das redes telemáticas e a tendência ao “apagamento das fronteiras entre trabalho manual e intelectual que o autor aponta se manifestar na subsunção do trabalho intelectual e na intelectualização geral dos processos de trabalho na indústria e no setor de serviços”.

As mudanças no mundo do trabalho contemporâneo expressam o retorno à mais-valia absoluta (intensificação do processo de trabalho) e à mais-valia relativa (exigências na qualidade da produção), nas quais há “uma mudança de propriedade do capital e não a criação de novos meios de produção. O novo está menos na indústria e mais no papel do capital financeiro e capital bancário” (BEHRING, 2003, p. 54).

Com a crise de 2008, conhecida como a crise da bolha imobiliária dos EUA, que afetou o sistema financeiro de forma generalizada e, conseqüentemente, as economias dos Estados-nacionais, o mercado mundializado criou estratégias para subsumir as perdas. Para tal, ampliou e diversificou o processo de reestruturação produtiva conhecida como a *uberização* do trabalho, pressionando os Estados nacionais para flexibilizar direitos trabalhistas e sociais. De acordo com Figueiredo e Maciel (2021, p. 57), “o século XXI pode ser caracterizado pela agudização da crise de acumulação do sistema do capital, deixando profundas fissuras no tecido social, além da contenção dos poucos direitos conquistados pelos trabalhadores”.

É importante destacar que todas essas alterações na dinâmica do capitalismo estão apoiadas nas TICs, que se converteram em uma nova base técnica para a economia capitalista. De acordo com Martins (2020), tem sido por meio das plataformas digitais que os dados pesso-

² Ricardo Antunes ao longo das últimas décadas vem contribuindo com a análise de que o capital na atualidade traz embutidos novos modos de geração da mais-valia (seja sob a forma absoluta e/ou relativa), ao mesmo tempo que expulsa da produção muitos trabalhos que se tornam sobtantes. De acordo com ele, estas **modalidades de trabalho** intensificam as formas geradoras do valor (mesmo que aparentemente não se expressem como valor), colaborando para o aumento de novos e velhos mecanismos de intensificação e de exploração do trabalho.

ais dos consumidores são capturados e conectados a anunciantes. Geralmente, esse contato decorre da automatização, organizada por meio de algoritmos. Trata-se, portanto, da mercantilização da vida que se dá por processos distintos e complementares: a digitalização; a datificação da sociedade (que significa a produção e a coleta de dados sobre nós e sobre tudo); a modulação de comportamentos; e a ampliação da vigilância³.

Essas mudanças ocorridas nos sistemas de comunicação têm indicado a fragilização da democracia, tornando viável uma ação comunicativa para determinadas parcelas da população mundial, “ficando a imensa maioria excluída e iludida pela possibilidade de uma participação periódica em processos eleitorais cada vez mais inócuos, inclusive no que se refere à política interna, já que o poder de decisão, mesmo nessa matéria, encontra-se em outra parte” (BOLAÑO, 1999, p. 2).

Esse cenário complexo, em que a classe dominante tem utilizado a comunicação para expropriar a classe trabalhadora de sua identidade, tem servido também para o desmonte das Políticas Sociais. São tempos bicudos em que se faz necessário buscar na perspectiva crítica, visto o potencial do pensamento dialético, os caminhos para as superações. Nesse sentido, é preciso conhecer o lugar que as Políticas Sociais ocupam na dinâmica do capitalismo e na vida das(os) trabalhadora(es), bem como resgatar os princípios da Comunicação Pública, afim de que a conexão entre elas possibilite a defesa e o fortalecimento da democracia com consciência de classe.

2. Políticas Sociais: síntese de múltiplas determinações

As primeiras iniciativas de apoio ao trabalhador e à sua família identificadas como Políticas Sociais não são determinadas historicamente com precisão, mas afirma-se que elas decorrem da confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa socialdemocratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX, mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial. Portanto, o contexto histórico que marca a existência das Políticas Sociais está associado à constituição da sociedade burguesa, no seu modo capitalista de produzir e se reproduzir. Contudo, ela não se dá exatamente nos primórdios do capitalismo, mas “quando tem-se um reconhecimento da questão social inerente às relações sociais nesse modo de produção, vis à vis ao momento em que os trabalhadores assumem um papel político

³ Sobre este tema, sugerimos a leitura de Shoshana Zuboff, que realiza uma associação entre a datificação e a vigilância, classificando esse período como “capitalismo de vigilância”. Para a autora, o capitalismo de informação procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado. Para Fábio Dal Molin, o capitalismo de vigilância se qualificaria “como uma nova lógica de acumulação, com uma nova política e relações sociais que substituem os contratos, o Estado de direito e a confiança social pela soberania do Big Other”. Disponível: https://apboa.org.br/correio/edicao/292/8203do_grande_outro_ao_big_other_laco_social_capitalismo_de_vigilancia_e_a_subjeti_vidade_hackeada/763. Acesso em: 16 mar. 2022.

e até revolucionário” (BEHRING, 2000, p. 21).

Pereira (2009) indica que a expansão das Políticas Sociais está associada a três marcos orientadores, são eles: a revisão conceitual da relação entre Estado e mercado, elaborada por John Maynard Keynes, motivado pela Crise de 1929; as postulações sobre Seguridade Social, preconizadas pelo relatório organizado por William Beveridge; e a formulação da “teoria trifacetada da cidadania” de T. H. Marshall. Essas concepções propiciaram a experiência de construção do *Welfare State* em alguns países da Europa ocidental, a partir da Segunda Guerra Mundial. Em seus primórdios, o liberalismo compreendia que o interesse dos indivíduos em melhorar suas condições de vida maximizaria o bem-estar coletivo. Assim, os indivíduos seriam conduzidos por uma mão invisível – o mercado – que promoveria um fim que não faria parte de sua intenção inicial. Ao Estado competiria garantir a base legal para que o mercado livre gerasse benefícios aos homens, sendo, portanto, um Estado mínimo com apenas três funções: a defesa contra os inimigos externos; a proteção de todo o indivíduo de ofensas dirigidas por outros indivíduos; e o provimento de obras públicas que não pudessem ser executadas pela iniciativa privada.

Em 1949, T. H. Marshall (1967) formula o conceito de cidadania num contexto de ampla utilização das estratégias fordistas-keynesianas, imprimindo um novo estatuto teórico para a Política Social. Porém, ao vincular a cidadania como parte dos princípios liberais, terminou por legitimar a desigualdade no capitalismo ao afirmar existir compatibilidade entre este e a desigualdade de classes, bastando apenas que se preservasse uma igualdade básica dada pelo conjunto de alguns direitos, tais como: direitos civis – direito de ir e vir, de imprensa, de fé e de propriedade –, direitos políticos – de votar, de ser votado – e direitos sociais; isto é, o acesso a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança.

Muitas críticas foram realizadas ao trabalho de Marshall quanto à linearidade, à generalização da experiência inglesa e à subsunção da desigualdade à cidadania. No entanto, é oportuno considerar a relação realizada entre Política Social e cidadania, haja vista que essa não é uma relação imediata, afinal, as Políticas Sociais decorrem do conflito entre classes, não se tratando, como indicou Coimbra (1987), da hipótese do engodo ou da hipótese da conquista, e sim de uma totalidade na qual as Políticas Sociais devem ser compreendidas como a síntese de múltiplas determinações. Portanto, de acordo com Behring (2000) e Faleiros (1980), a política social é sempre um resultado que envolve mediações complexas, decorrentes de relações socioeconômicas, políticas, culturais e de sujeitos políticos e forças sociais que se movimentam e disputam hegemonia nas esferas estatal, pública e privada. Ou ainda, como apontou Raichelis (2000, p. 60), podem ser compreendidas como a “luta dos trabalhadores urbanos e rurais pela apropriação da riqueza socialmente produzida, sendo as demandas articuladas junto ao Estado e patronato, que no enfrentamento da questão social formulam as Políticas Sociais”.

A experiência do *Welfare State* indicou, mesmo com vários padrões de proteção social, que as políticas sociais decorrem da relação entre as classes sociais e as condições econômi-

cas gerais que interferem nas opções políticas e econômicas dos governos. Daí a variação quanto à cobertura ser mais ou menos universal e o padrão de financiamento ser redistributivo ou não, contributivo ou não. Contudo, duas questões são centrais: a primeira é que as Políticas Sociais não conseguem oferecer igualdade de condições, sendo limitadas ao combate à desigualdade, não redistribuindo efetivamente a riqueza socialmente produzida; e a segunda é que há um deslocamento do conflito entre o capital e o trabalho para o interior do Estado quando este assume o papel de gestor das medidas anticrise.

A análise histórica tem possibilitado perceber o quanto a questão social e as políticas sociais possuem uma relação estreita com a democracia e com o exercício da cidadania, em que pese os limites da democracia liberal e a contradição entre Política Social e direitos sociais, pois a formulação e a execução dos serviços sociais relativizam a perspectiva universal dos direitos sociais, dado que no Estado “há uma forte tendência à segmentação e setorialização das demandas, bem como de tecnocratizar questões econômico-políticas, despolitizando-as”, como apontou Behring (2000, p. 35).

Coutinho (2000) afirma que, na modernidade, ocorre uma profunda articulação entre cidadania e democracia, sendo a cidadania o melhor conceito que expressa a democracia, uma vez que esta implica também o acesso e a apropriação aos bens socialmente produzidos por parte dos sujeitos. Ambas decorrem de processos históricos, pois a cidadania e a democracia não são obtidas pelos indivíduos de forma determinada, por períodos indeterminados, e sim resultam de uma luta permanente, travada pelas classes sociais e segmentos subalternizados, implicando, assim, um processo histórico de longa duração. Portanto, a democracia tem relação não só com as modificações da política, mas também com a economia e com a questão social, sendo minimalista a concepção liberal quando aborda que a democracia tem relação apenas com as regras formais que definem os processos eleitorais.

Nesse sentido, Coutinho (2000, p. 129) afirma que a democracia é um valor universal, pois “deve ser entendida não como algo que se esgota em determinada configuração institucional, mas sim como processo. [...] A democracia é soberania popular, é construção de uma comunidade participativa, é igualdade”. Em concordância com a ideia de que democracia e cidadania decorrem de processos históricos e da relação das forças políticas em presença, faz-se necessário compreender a especificidade da dinâmica brasileira, dado que a estrutura social capitalista em nosso país possui vícios especificamente brasileiros, sendo a exclusão social o grande problema nacional, como afirmou Coutinho (2000, p. 129):

[...] no Brasil, sempre vivemos processos de modernização excludentes, que consistem essencialmente em arranjos entre frações das classes dirigentes, com a permanente tendência a excluir a grande massa da população de uma participação tanto nas decisões políticas quanto nos benefícios da modernização e do progresso econômico. Esse tipo específico de capitalismo brasileiro gerou um fenômeno extremamente perverso: a exclusão das grandes majorias da vida nacional.

Em resumo, podemos considerar que as Políticas Sociais são processos históricos típicos de sociedade burguesa resultantes da luta de classes, uma vez que se articulam ao processo de acumulação, de gestão da força de trabalho e de reprodução do capital – atendendo as necessidades dos trabalhadores, mas também a sua reprodução.

Por isso é preciso, de acordo com Behring (2021, p. 268), desmistificar “o direito igual (liberal) da sociedade de desiguais, fundada na exploração da força de trabalho, em que a cidadania e o direito surgem como forma de ordenar a luta de classes”. Esta concepção liberal dissemina a ideia de que a política e o direito fundam a sociedade, deslocando o reconhecimento do trabalho como o ato fundante da existência humana, o que gera uma visão ofuscada dos trabalhadores em relação à construção da hegemonia e das estratégias de dominação da classe dominante.

A perspectiva dialética, ao desnudar o caráter contraditório das Políticas Sociais, reconhecendo-o como um campo onde se travam as disputas de classe, possibilita identificar um campo profícuo à formação a partir da comunicação dialógica em que o debate sobre a dinâmica do capitalismo, a questão social e a representação política, econômica e social das Políticas Sociais neste sistema podem ser realizados tendo por referência a realidade das pessoas, como ensinou Paulo Freire em sua extensa obra, com destaque para a *Pedagogia do Oprimido e Extensão ou Comunicação*, entre outros. Como apontou Gramsci (2001), é no campo das experiências concretas, na interlocução crítica com a cultura e no embate com os projetos políticos existentes no movimento real da história que elaboramos nossa compreensão acerca da realidade. Certamente é na inseparável relação entre o agir e o conhecer que a classe trabalhadora tem nas Políticas Sociais a oportunidade, por meio do desempenho dos(as) trabalhadores(as) como intelectuais orgânicos, de desencadear processos que colaborem para sua emancipação política, quiçá a humana.

3. Comunicação Pública: princípios históricos para uma comunicação dialógica

A ideia da Comunicação Pública como meio e meta para o desenvolvimento da democracia tem sua origem, no Brasil, no movimento deflagrado, nos anos de 1980, pela Frente Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação (FNLDC), que teve uma importante colaboração durante a elaboração da Constituição Federal de 1988.

O FNLDC, atual Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), é um movimento social que integrava e ainda integra várias entidades profissionais e intelectuais. Sua origem teve relação com os debates críticos iniciados nos anos 1970, acerca das políticas de comunicação no período do desenvolvimentismo no Brasil, este ocorrido nas décadas de 1950 e de 1960. O início desse movimento também recebeu influências, em sua origem, da concepção de comunicação social da Igreja Católica latino-americana, bem como de um ideal histórico da comunicação. Outra contribuição que influenciou o movimento pela democratização

da comunicação no Brasil foi a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic), vinculada à Unesco, que, por sua vez, gerou o Relatório MacBride, que definiu a comunicação como um direito humano por estar vinculado à liberdade de expressão e à participação política, esta que é permeada por discussões de temas de interesse público. De acordo com o documento:

[...] todo mundo tem o direito de comunicar. Os elementos que integram esse direito fundamental do homem, sem que sejam de modo algum limitativos, são os seguintes: a) o direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação; b) o direito de fazer perguntas, de ser informado, de informar e os demais direitos de informação; c) o direito à cultura, o direito de escolher, o direito à proteção da vida privada e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo (Ramos, 2005, p. 249).

Com base nestes referenciais e princípios e ainda sob o entusiasmo da redemocratização do país, considerando a ditadura empresarial-militar, os capítulos e artigos destinados à comunicação na Constituição Federal de 1988 foram elaborados pautados em valores democráticos, identificando-a como um direito humano. No artigo 5º, inciso XXXIII, foi assegurado a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, sendo tais informações prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, exceto aquelas cujo sigilo seja necessário à segurança da sociedade e do Estado.

No capítulo V, sobre a Comunicação Social, assegurou-se o direito à liberdade de expressão; a proteção e defesa da pessoa e de sua família contra programas ou programações de rádio e televisão que se mostrem inadequadas; a democratização dos meios de comunicação social, coibindo o monopólio ou oligopólio, inclusive controlando a participação de grupos estrangeiros; e a constituição do Conselho de Comunicação Social como um órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Inscreeveu-se, portanto, na Carta Magna, a comunicação como um direito fundamental, que significa assegurar o poder de comunicar aos brasileiros por meio da transparência e da fidedignidade nas informações veiculadas pelo Estado por meio de seus organismos; da regulação e do controle das concessões dos meios de comunicação; e da garantia do “acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores – produtores e difusores – de conteúdos” (Peruzzo, 2004, p. 57).

No entanto, em que pese a Constituição Federal de 1988 ter sido elaborada sob a efervescência da redemocratização do país, com participação ativa dos movimentos sociais, sob o espírito de integrar a comunicação como um dos direitos fundamentais, a sua regulação tem se dado em uma conjuntura em que a comunicação social é simultaneamente mercadoria e direitos fundamentais, como apontamos inicialmente neste artigo. Como afirma Gomes (2007, p. 156), “o fio de relações que determinam e condicionam quem pode ou não efetivamente exercer a comunicação ultrapassa a necessidade ontológica, e chega aos movimentos de dominação”.

Na era Lula (2003-2010), embora o governo tenha criado no Ministério das Comunicações uma Secretaria das Telecomunicações e o papel da Anatel tenha sido questionado, além de outras medidas, a verdade é que, sob pressão de organismos nacionais, internacionais e grupos econômicos poderosos, não houve mudança significativa que tenha apontado para uma democratização dos meios de comunicação. Além da fragilidade de regulação dos meios de comunicação, há também a tentativa de impedimento⁴ de ampliação do processo democrático, como foi com o processo de realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (1ª CONFECOM), em 2009, cujo tema foi “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”. Participaram da conferência, apesar dos entraves, mais de 1.600 pessoas, em sua maioria oriunda das conferências municipais e estaduais, em que se estima a participação de cerca de 30 mil pessoas, sendo aprovadas mais de 600 resoluções.

Todos esses enfrentamentos e ataques à democracia tem relação com o destaque feito por Lima (2004) de que apesar dos avanços impressionantes que a internet tem provocado no campo das comunicações, a “velha mídia” tem um poder muito grande na sociedade: o de ser a responsável pela visibilidade pública, uma vez que tem uma capacidade monopolística de construir a agenda pública dominante.

Esse cenário da contrarreforma do Estado brasileiro e de afirmação do neoliberalismo com suas forças políticas em presença tem impedido a instituição da Comunicação Pública como meio e meta para o desenvolvimento da democracia. Uma expressão disso é a própria Lei de Acesso à Informação Pública (lei nº 12.527, de novembro de 2011), que, de acordo com Geraldine e Sousa (2013, p. 2), ao ser aprovada, veio acompanhada de muitas expectativas e temores. Consideram que a lei não cumpriu todas as expectativas nem justificou os temores, mas “corre o risco de se burocratizar, de se tornar apenas um ônus da administração pública do qual se incumbem burocratas”.

Ao reconhecermos que as alterações societárias decorrem da dinâmica entre as classes, a partir da perspectiva da dialética, não se pode ignorar as particularidades e as mediações nos processos históricos. Nessa conjuntura, um campo que tem demandado reflexão sobre a Comunicação Pública é o universo das políticas públicas sociais. Dessa forma, alguns pesquisadores têm elaborado teoricamente a respeito da Comunicação Pública, revelando suas inúmeras possibilidades, como é o caso das produções na esfera pública estatal, referenciadas, em especial, nas experiências dos conselhos na área da Saúde e Assistência Social⁵.

⁴ A tentativa de impedir a realização da 1ª CONFECOM se deu por segmentos do setor empresarial capitaneados pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ). O argumento foi que as deliberações da Conferência seriam como ataques às liberdades de expressão e de imprensa. É importante destacar que esse argumento não é objeto de propriedade privada. De acordo com a Federação Nacional dos jornalistas (FENAJ), a liberdade de expressão e de imprensa “são, sim, elementos fundamentais do processo permanente de democratização da sociedade brasileira. Recusam-se a admitir que a democratização da comunicação insere-se no campo dos direitos humanos fundamentais e no direito da sociedade à informação de interesse público e com qualidade”. Disponível em: <https://fenaj.org.br/1a-confecom-foi-espaco-de-definicoes-sobre-politicas-de-comunicacao-no-brasil/> Acesso em: 19 maio 2022.

⁵ Importa destacar a contribuição do prof. Murilo Ramos (2005) sobre a necessidade de que a Comunicação Pública seja reconhecida enquanto política pública essencial, tal como políticas públicas para os segmentos de saúde, alimentação, saneamento, trabalho, segurança, entre outros.

Embora a Comunicação Pública seja um conceito ainda em construção, esta advém no mesmo rastro do processo de redemocratização do país que possibilitou: a produção de alterações das estruturas do Estado, das instituições privadas, do terceiro setor, além da pressão social pela implantação das políticas públicas sociais. Alguns pesquisadores brasileiros⁶ têm se debruçado na perspectiva de compreender e definir o conceito de Comunicação Pública, dialogando inclusive com autores no exterior do país. No geral, há um reconhecimento de que a comunicação nas instituições públicas, estatais ou não, deve estabelecer uma interlocução ativa com o receptor, não devendo, portanto, contentar-se com os princípios utilizados no mercado de produtos ou no marketing, e sim articulados ao espírito da publicidade. De acordo com Duarte (2009, p. 60), o interesse recente dos comunicadores que atuam nos três poderes tem reconhecido a Comunicação Pública na atualidade como:

uma expressão que não especifica um conjunto de conhecimentos, áreas, profissões ou estruturas estando mais próximo de se caracterizar como um *ethos*, uma postura de perceber e utilizar a comunicação como um instrumento de interesse coletivo para fortalecimento da cidadania.

Especificamente no Brasil, considerando-se os apontamentos da Constituição Federal de 1988 e o processo de redemocratização, há uma tendência em reconhecer que a Comunicação Pública se dá na esfera pública estatal, sendo possível considerar seus princípios presentes em espaços como o cotidiano das políticas sociais, os conselhos de políticas e de direitos, além das conferências nacionais, estaduais e municipais relacionadas às políticas públicas sociais. Compreende-se que esses espaços permitem a inclusão de minorias e instituições da sociedade civil no debate público com vistas ao diálogo e a soluções de interesse geral. Nessa perspectiva, a Comunicação Pública diz respeito a uma dinâmica de informações, que pode inclusive chegar ao seu destinatário final por meio de reinterpretações e/ou mediações, mas que objetiva, no geral, informar, consultar, deliberar, negociar e responsabilizar os cidadãos em assuntos sempre de interesse geral.

Com base na compreensão de que a Comunicação Pública apresenta muitas possibilidades de atuação numa sociedade democrática, é preciso identificar suas características específicas na esfera pública estatal, uma vez que, de acordo com Zémor (2009), todo poder público civilizado acumula dados que estão ligados à sua identidade e ao seu desenvolvimento, sendo de sua competência disponibilizar as informações, fornecer as regras do jogo coletivo e prestar conta por seus atos. Nesse sentido, importa elencar os tipos de informações existentes na esfera pública estatal, de forma a relacioná-los com a singularidade das mensagens da Comunicação Pública, as quais devem resultar em transparência e centrali-

⁶ Algumas publicações são clássicas no campo da Comunicação Pública. Sobre sua conceituação, destacam-se os livros: *Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*, organizado por Jorge Duarte, e o livro *Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*, organizado por Heloiza Matos, dentre outras publicações na Revista *Organicom*, em especial a edição de número 4, de 2006. Na oportunidade, prestamos uma homenagem a Elizabeth Brandão por suas contribuições que impulsionaram o tema e fizeram história.

dade no cidadão, com vistas a uma relação dialógica, e não apenas de transmissão.

Segundo Duarte (2009), é possível agrupar as informações do Estado por tipos, da seguinte forma: a) institucional: refere-se às informações que orientam sobre a estrutura, atribuições e funcionamento das instituições, além dos direitos e deveres; b) gestão: refere-se às informações que indicam as decisões e as ações de agentes que atuam em temas de interesse público; c) utilidade pública: diz respeito às informações que estão relacionadas ao dia a dia das pessoas; d) prestação de contas: diz respeito à apresentação e aos esclarecimentos sobre decisões políticas e sobre o uso de recursos públicos; e) interesse privado: são informações que dizem respeito exclusivamente ao cidadão ou às instituições privadas; f) mercadológicos: referem-se a produtos e serviços que participam de concorrências no mercado; g) dados públicos: diz respeito à informação de dados produzidos pelo Estado e relacionados à coletividade, como as leis, as normas, os estudos e as estatísticas.

Identificados os tipos de informação, importa destacar as características das mensagens da Comunicação Pública de forma a evidenciar sua singularidade em relação às outras formas de comunicação. Sendo assim, a primeira característica singular da mensagem da Comunicação Pública está relacionada a interesse geral, compreendido como aquele decorrente de negociações, de alianças e de conflitos sociais, estando o interesse coletivo acima do interesse privado ou particular. Nesse sentido, a transparência é um pressuposto historicamente relacionado com a visibilidade e com a legitimidade e que, de acordo com Duarte (2009, p. 60), diz respeito

à atuação ética, responsável, límpida e acessível no trato das questões de interesse público. Exige a oferta de informações necessárias aos interessados, o estímulo ao acesso, facilitação da fiscalização sobre as práticas de quem detém o poder, adoção de mecanismos de cobrança de responsabilidade e sistemática prestação de contas.

Uma segunda característica da mensagem da Comunicação Pública é centralizar o processo no cidadão, reconhecendo, como apontou Zémor (2005), tratar-se de um sujeito que é concomitantemente consumidor, eleitor e usuário das políticas públicas. Portanto, a democracia no poder de comunicar é condição para o exercício da cidadania, devendo o Estado assegurar as condições que possibilitem, conforme indicou Peruzzo (2004) o direito à liberdade de opinião, à liberdade de expressão, à liberdade de difusão, à liberdade de informação e ao acesso e uso dos meios de comunicação e das tecnologias da informação e comunicação.

A terceira característica da mensagem da Comunicação Pública tem a ver com o entendimento de que a comunicação é um processo maior do que informar. Vários autores que abordam esse tema destacam essa questão, uma vez que historicamente a transmissão tem adquirido ares de informação e de comunicação. Trata-se de assegurar a superação da concepção da passividade do receptor em relação ao emissor, sem, contudo, ignorar que a informação é o início do processo de conhecimento e que, ao se dar pelo viés da comunicação, a junção da informação e interação é assegurada, sendo o diálogo a essência desse processo.

Monteiro (2009, p. 40) colabora com a ideia de que as informações que constituem a essência da Comunicação Pública só têm efeitos em longo prazo, uma vez que o resultado a que se pretende chegar “requer um tempo maior para se consolidar, já que seu objetivo, além de informar, é qualificar o cidadão para exercer seu direito de voz, de voto e de veto nas questões que dizem respeito à coletividade”.

Outra característica da Comunicação Pública, mas que diz respeito às condições para a sua atuação, tem relação, de acordo com Duarte (2009), com a adaptação dos instrumentos às necessidades, às possibilidades e aos interesses dos públicos. Ou seja, se tratando do espaço público estatal, o Estado, propulsor do processo comunicativo, deve viabilizar as condições para o exercício do direito, coletivo e individual, à informação e à expressão por meio do diálogo, respeitando as particularidades e as necessidades, bem como o estímulo ao protagonismo dos sujeitos.

Nesse sentido, deve-se buscar uma diferenciação entre os instrumentos de informação que são destinados a subsidiar, disponibilizar e fornecer dados em relação àqueles que propiciam relações dialógicas, a compreensão mútua de determinadas situações, acordos, consensos e encaminhamentos de questões decididas em comum acordo.

Esses instrumentos de comunicação na perspectiva dialógica, de acordo com o autor, podem ser realizados a partir de três modelos básicos: i) os massivos, caracterizados pela disseminação de informação para um máximo de pessoas, sendo sua principal vantagem a possibilidade de se criar uma agenda com debates públicos; ii) os segmentados, orientados para grupos de interesse específico em que há maior possibilidade de domínio do conteúdo, do acesso, da distribuição e do retorno deles próprios; iii) os diretos, referem-se ao contato personalizado, geralmente do tipo face a face e que pode ser ajustado imediatamente às características dos interlocutores. De acordo com o autor, “este instrumento garante uma aprendizagem mais consistente e um nível de informação adaptado às necessidades do interessado, assim como o feedback tende a ser mais imediato e preciso” (Duarte, 2009, p. 66).

Por fim, outra condição à Comunicação Pública apontada por Duarte (2009) diz respeito à compreensão da comunicação como algo complexo e que deve ser tratada como um todo. Ou seja, deve-se levar em conta que tudo e todos em uma instituição pública se comunicam. Cada integrante, agente público, cartaz, uniforme, crachá, site e prédio, entre outros, transmitem informações e colaboram para que o cidadão acesse informações e forme sua opinião acerca dos processos políticos, econômicos e sociais.

Os cinco elementos destacados, que colaboram para elucidar a singularidade da Comunicação Pública, podem ser percebidos na compreensão de Zémor (2005; 2009) em relação à função da Comunicação Pública: i) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); ii) ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; iii) contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencimento ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto sujeito); iv) acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as de organização social. Essas funções assumem variadas formas na prática da Comunicação Pública, considerando-se a vocação das instituições públicas, sendo

que, no geral, devem: tornar a informação disponível ao público; assegurar o diálogo; dar visibilidade aos serviços; conduzir campanhas de informação; criar as condições para o debate público que acompanha os processos decisórios, entre outros, conforme indica Zémor (2009).

Assim, na prática da Comunicação Pública pressupõem-se algumas condições e estruturas necessárias importantes de serem consideradas no interior das políticas sociais como:

i) Criação de estruturas que organizem, armazenem e disponibilizem os dados para os usuários

O acesso à informação pública é um direito que deve ser assegurado. Para tal, é necessário que se criem estruturas para a organização, o armazenamento e o acesso. Todo documento é comunicável, devendo ser consultado gratuitamente, ou cobrado, se for necessário, com preço de custo quando houver despesas para o poder público no caso de haver a necessidade de cópia. Na atualidade, o recurso à informática e às redes virtuais possibilita uma maior disponibilização dos dados, mas requer um reagrupamento das informações.

ii) Recepção

A recepção diz respeito ao início da relação com o usuário e com o serviço público. Assim, requer um investimento que vai desde a sinalização na cidade, dentro dos limites relativos à publicidade, às placas, às pré-placas indicativas do equipamento e à organização da logística dos locais de atendimento, como, por exemplo: mobiliário adequado; uniforme e crachás de identificação do servidor público; ações de formação dos servidores públicos; disponibilização de equipamentos multimídia com informações adequadas ao ambiente e à política; condições estruturais e gerenciais para redução de filas e/ou ampliação do atendimento, como, por exemplo, a alteração de horário de funcionamento mais adequado à demanda do usuário/comunidade, móveis mais adequados à recepção, dispositivos de fotocópia mais acessíveis, dentre outros.

iii) Escuta

A relação dos funcionários com o público em geral depende da aptidão do agente, que deve estar identificado por seu nome e sua função. No entanto, é preciso identificar se a linguagem do agente público entra em ressonância com as preocupações, com a situação, com a cultura e com o vocabulário do usuário. Zémor (2009) considera que a simplicidade de expressão é um artifício para escapar à cultura e ao jargão administrativos. Para essa atividade, devem ser asseguradas as condições ao atendimento, que pode se dar tanto de forma coletiva quanto individual. Essas escutas devem fornecer informações tanto para o poder público quanto para o usuário, substituindo, muitas vezes, de acordo com Zémor (2009), os microestudos contratados para a realização de reformas ou de mudanças, posto que as observações cotidia-

dianas das demandas contribuem tanto para a simplificação dos procedimentos e das estruturas como também para melhor resolatividade do atendimento.

iv) Diálogo

O diálogo é considerado uma atitude de serviço público e exige um mediador qualificado, igualmente identificado, capaz de estabelecer relações entre a administração e o usuário, a fim de receber a demanda e qualificá-la, apontando as possibilidades de encaminhamentos. A escuta do caso particular confere ao cidadão a qualidade de contratante social junto ao poder público, mas também possibilita, por parte do agente público, o encorajamento à participação nos comitês de usuários, em associações e em outras instâncias representativas.

v) Publicidade dos serviços oferecidos

A publicidade dos serviços deve levar em consideração a variedade das situações dos receptores, tomando as devidas precauções na escolha da linguagem e da expressão publicitária, e ainda dos suportes e dos meios de comunicação. Deve atentar, também, para que sejam consideradas a qualidade e as condições em que estão ofertados antes de sua publicização.

vi) Campanhas de informação de interesse geral

As campanhas têm sua origem na utilidade pública e são instituídas e fixadas de acordo com o interesse da coletividade. A comunicação deve propor antídotos para banir ideias preconcebidas e jargões para desenvolver a escuta social, multiplicar reportagens e todas as iniciativas que despertem o interesse dos cidadãos e das diversas instituições. Deve-se buscar motivar os cidadãos para que eles se associem ao processo de tomadas de decisão.

vii) Comunicação interna

A Comunicação interna, entendida também como a identidade da instituição pública, deve assegurar a informação aos funcionários, escuta e diálogo interno, além de contribuir para a formação permanente do quadro de profissionais. Orienta-se para que a escuta seja priorizada a fim de que se assegurem as condições de trabalho dos funcionários, a mobilização e o estímulo com vistas à qualidade na ação e no cumprimento dos objetivos do serviço público.

viii) Valorização da política institucional

Sobre a valorização da política institucional, Zémor (2009, p. 234) delega à comunicação institucional a atribuição de criar os meios para apresentar o papel do organismo, de afirmar sua identidade e sua imagem e de prestar contas do conjunto de suas atividades. O autor entende que a comunicação “só é dominada quando se assume as preocupações da comunicação ex-

terna e aquelas ligadas à comunicação interna”. Nesse sentido, a identidade do organismo deve ser central à comunicação, uma vez que é por meio da identidade que se obtêm a legitimidade e a coerência de um lugar em relação aos outros. O imaginário organizacional, na concepção de Zémor, é fundado sobre três imagens internas: da instituição, pelos que a compõem; das qualidades éticas e profissionais que qualificam sua vocação e missão; e dos grupos internos e externos que a influenciam. Assim, importa que a aproximação da identidade e da legitimidade assegurem a transparência e a autenticidade como uma regra fundamental da Comunicação Pública.

A compreensão sobre os tipos, singularidades das mensagens, das funções e das práticas da Comunicação Pública, pode inicialmente transparecer a busca pelo “tipo ideal”. Contudo, os princípios contidos nessa organização reafirmam a conexão desta com as Políticas Sociais, uma vez que são organismos de Estado e têm por objetivo a garantia de direitos à população por meio da prestação de serviços.

Matos (2009) aponta a Comunicação Pública como um “modelo teórico-instrumental”, e Sardinha (2012, p. 3) a indica como um “modelo teórico-operativo, um serviço público tão fundamental como são os serviços de saúde”. Ou seja, estes autores indicam, ao pensarmos a Comunicação Pública no âmbito do espaço público, que o Estado deve assegurar as condições para que o exercício do direito ao diálogo, à informação e à expressão seja incorporado ao cotidiano dos serviços prestados, ampliando a perspectiva cidadã de mulheres, pessoas negras, povos indígenas, LGBTQIA+ e outros.

No entanto, com base nas categorias desenvolvidas até o momento e na afirmativa de Kçouski (2013, p. 54) de que uma característica intrínseca à Comunicação Pública na esfera estatal é sua dimensão ética comprometida com o interesse público, “sem a qual ela deixa de existir enquanto conceito”, considera-se tratar de pensar a Comunicação Pública não como um modelo, tendo em vista que as relações sociais são dinâmicas, diferenciadas e históricas, mas como uma diretriz técnico-ético-política, uma vez que em seu núcleo há o reconhecimento da liberdade como um valor central e o compromisso com uma transformação societária em que a autonomia e a emancipação dos indivíduos sociais sejam alcançadas. Ou seja, a Comunicação Pública requer uma unidade dialética entre a dimensão humana e a técnica da comunicação, conforme indicou Gomes (2007).

Nesse sentido, importa a Comunicação Pública no serviço público estar submetida a exigências como: informar por dever, assegurar uma pedagogia às mensagens, incluir a comunicação em todo o processo de atendimento e, especialmente, contribuir para conferir sentido à vida coletiva.

4. Comunicação Pública e Políticas Sociais: a transversalidade no concreto

Ao considerarmos as Políticas Sociais como a síntese de múltiplas determinações e a Comunicação Pública como processos comunicativos realizados na esfera pública entre o Esta-

do, o governo e a sociedade, é importante refletir sobre o concreto na transversalidade destas áreas do conhecimento à luz da dinâmica de execução das Políticas Sociais, em especial, na relação de atendimentos realizados por trabalhadoras(es) sociais às(aos) trabalhadoras(es) usuárias(os) dos serviços e benefícios sociais. Há de se pensar ainda no controle social em que pese se realizar em arenas de disputas de projetos, mas também de cooptação em que as diferenças desaparecem e prevalece por vezes uma hegemonia conservadora.

De acordo com a análise realizada sobre os dados apurados provenientes de pesquisa⁷ em que se utilizou técnicas como a observação direta e entrevistas estruturadas, aplicadas junto aos técnicos e usuários em Centros de Referência de Assistência Social (Cras)⁸, há evidências de que a Comunicação Pública, em que pese às precariedades das condições objetivas e subjetivas que retroalimentam a subalternidade de usuários, técnicos e gestores, se manifesta na política pública de Assistência Social por meio dos tipos e formas que a caracteriza.

A pesquisa identificou também que, apesar das forças conservadoras, existem focos de resistência no interior da política de Assistência Social, tanto no combate ao clientelismo e assistencialismo quanto na defesa do aprofundamento da democracia, do acesso aos direitos humanos e sociais, do respeito ao trabalhador(a) usuário(a) e do exercício da cidadania, mesmo que isso ocorra em processos comunicativos em que o universo da Comunicação Pública seja desconhecido, o que não significa a ausência de um campo fértil para a sua realização consciente.

Outra pesquisa⁹, também realizada no interior da política de Assistência Social, que acompanhou os atendimentos realizados pela equipe técnica a usuárias(os) entre 2016 e 2018,

⁷ Trata-se de pesquisa de campo sobre a comunicação pública junto aos técnicos e usuários dos Centros de Referência de Assistência Social, realizada no período de 2014 a 2015, em cidades com porte demográfico diferenciado entre si, nas cinco regiões do Brasil. Foram ouvidos gestores, técnicos (assistentes sociais e psicólogos), usuários e representantes de usuários da política de Assistência Social. Foi realizada por essa autora e publicada na tese *Comunicação Pública e Assistência Social: um estudo sobre os processos comunicativos nos Centros de Referência de Assistência Social/Cras*, defendida na Universidade de Brasília, na Faculdade de Comunicação, em 2016.

⁸ No Sistema Único de Assistência Social (Suas), os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) funcionam como a principal porta de entrada do sistema. Trata-se de uma unidade pública estatal de base territorial responsável pela coordenação e organização da rede de serviços socioassistenciais local e execução de serviços de proteção social básica. No geral, esses serviços ocorrem por meio do atendimento realizado por várias unidades no território, que podem ser estatais e/ou filantrópicas, o que constitui a rede de atendimento de forma que sejam assegurados: serviços de proteção às famílias; inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; centros de convivência para idosos; serviços para crianças de 0 a 6 anos; serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos; programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; e centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.

⁹ Esta pesquisa de campo teve por objeto a comunicação pública junto aos(as) usuários(as) da Assistência Social, no Distrito Federal, realizada entre agosto de 2016 e julho de 2018. Foi coordenada por esta autora, tendo participado da observação e aplicação dos roteiros norteadores da pesquisa estudantes de graduação de Serviço Social, todos regularmente matriculados nas disciplinas de Prática de pesquisa 1, 2, 3, e 4, ofertadas ao longo desses semestres no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

no Distrito Federal, indicou uma sintonia com tipos e singularidades da Comunicação Pública como, por exemplo, a maioria dos atendimentos darem ênfase ao sujeito como cidadão, buscando uma comunicação dialógica com perspectiva ao estímulo do protagonismo da(o) usuária(o).

Em relação ao controle social, tendo ainda a política de Assistência Social como foco de estudo, observa-se que o controle social tem feito enfrentamentos e resistências, sendo que na Assistência Social há muitas particularidades a serem consideradas, e é certo que uma delas é o próprio Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), uma vez que esse espaço tem historicamente se constituído em uma arena de disputas, monitoramento e pactuações em relação à política. É dele que emergem as principais deliberações, com destaque para as realizações das conferências nacionais, de onde se tem a exata dimensão da correlação de forças dentro do controle social em tempos de hegemonia neoliberal. Contudo, é importante destacar, para futuros aprofundamentos, a singularidade que foi, para a Assistência Social, os governos do campo democrático popular, por ter dado materialidade às reivindicações do movimento de luta pela Assistência Social como política pública que indicavam desde a 1ª Conferência, ocorrida em 1995, e posteriormente em 2003 já com mais elementos, a execução dessa política por meio de um sistema descentralizado e participativo. Foi daí que se deu a criação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), entre 2004 e 2005.

Passados 27 anos da primeira Conferência de Assistência Social, percebe-se, ao rever as deliberações decorrentes deste espaço de discussões e deliberações, o quanto a participação popular, por meio das organizações da sociedade civil no debate com o Estado, tem sido determinante para conquistas de direitos, exercício de cidadania, aprofundamento da democracia, sendo um espaço profícuo à formação cidadã como indicam os princípios da Comunicação Pública.

No ano de 2021, foi realizada a 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, com o tema “Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”. Para garantir sua realização houve muitos enfrentamentos, resistência, dedicação tanto dos(as) trabalhadores(as) sociais, gestores(as) e usuários(as) quanto das representações de setores da sociedade civil nas instâncias do controle social. É preciso registrar que para além das diferenças ideológicas bem demarcadas no contexto de uma nova direita que compreende a pobreza e outras manifestações da questão social como meritocracia, o outro desafio foi a pandemia da Covid-19, assegurada inclusive pelas tecnologias de informação e comunicação, sendo esse o novo desafio a ser enfrentado: a robotização das políticas sociais, em especial nas políticas de transferência de renda e na política de Assistência Social. Mas isto é reflexão a ser aprofundada em um outro texto.

5. Considerações finais (para fechar o texto e abrir o debate)

Este artigo não tem a pretensão de esgotar o debate acerca da conexão entre os princí-

pios da Comunicação Pública e as Políticas Sociais, mas pretende sensibilizar a atenção para o potencial político das Políticas Sociais em prol da organização de alguns segmentos da classe trabalhadora, desde que seja assegurado o direito à Comunicação Pública, pois na relação dialógica é possível construir uma narrativa dialética das Políticas Sociais, demonstrando que o direito social decorre da luta de classe.

Ao longo do texto, buscamos, por meio do resgate histórico, inclusive da construção teórica, demonstrar que, mesmo neste momento de tantos desafios, há possibilidades por dentro da estrutura de Estado de realizarmos um trabalho de formação cidadã, propiciando às(aos) usuárias(os) reflexões sobre a questão social, sendo suas atuais manifestações decorrentes da dinâmica do capitalismo que tem nas TICs a nova base técnica para a economia. É possível, como demonstraram as pesquisas, a partir da necessidade do *Outro* que vê nas Políticas Sociais a possibilidade de proteção social, desenvolver a compreensão sobre o significado da *datificação* da sociedade e da modulação de comportamentos. Afinal, a flexibilização e/ou a *uberização* do trabalho não estão distantes das experiências de vida dessas pessoas, mas certamente a compreensão dialética da realidade está. É um direito entenderem os motivos pelos quais ocupam um determinado lugar na pirâmide social. E direito, compromisso com a democracia e cidadania estão na base, nos princípios que gestam as Políticas Sociais e a Comunicação Pública.

É importante destacar que a perspectiva aqui desenvolvida revela a busca de uma contribuição à organização das(os) trabalhadoras(res) e não a defesa de um meio em si, uma vez que as grandes transformações necessárias para a concretização de uma sociedade em que a única desigualdade admissível seja a do ser exige um processo mais complexo e bem maior de organização política e construção de estratégias, como a história da luta por hegemonia dos trabalhadores vem nos ensinando.

De qualquer forma, as mudanças são processuais, e como nos ensinou o saudoso mestre Coutinho (2000), democracia é um valor universal, um processo a ser construído continuamente. Que a conexão entre os princípios da Comunicação Pública e as Políticas Sociais possam ser alinhavadas na práxis do cotidiano por meio da comunicação dialógica e contribuam para a emancipação política e para o fortalecimento da democracia com consciência de classe.

“(...) A gente espera do mundo
E o mundo espera de nós (...)
Será que é tempo
Que lhe falta pra perceber?
Será que temos esse tempo
Pra perder?
E quem quer saber?
A vida é tão rara
Tão rara”
Paciência - Lenine

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma, desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, Valor e Política Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília: UnB, 2000.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. “Sociedade da Informação”: reestruturação capitalista e esfera pública global. **Revista Latina de Comunicación Social** 15, mar. 1999. Disponível em: <http://www.revistalatinacs.org/a1999c/120siqueira.htm>. Acesso em: 27 mar. 2022.
- COIMBRA, Marcos Antonio. Será que o marxismo responde à pergunta de como surgem as políticas sociais? In: ABRANCHES, Sérgio H.; DOS SANTOS, Wanderley Guilherme; COIMBRA, Marcos Antonio. **Política Social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.
- DUARTE, Jorge. Instrumentos de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1980.
- FIGUEIREDO, Kênia Augusta; MACIEL, Fabrícia Cristina de Castro. Serviço Social na Educação Básica: uma construção histórica para um tempo de muitos desafios. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; ANACHE, Alexandra A.; CALDAS, Roseli Fernandes Lins (org.). **Por que a Psicologia na Educação? Em defesa da emancipação humana no processo de escolarização**. Volume 1. Curitiba, Paraná: CRV, 2021.

GERALDES, Elen; SOUSA, Janara. As Dimensões Comunicacionais da Lei de Acesso à Informação Pública. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, **XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Manaus, AM, de 4 a 7 de setembro de 2013.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano: um conceito em construção**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2020. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2020/12/comunicacoes_tempos_crise.pdf. Acesso em: 3 set. 2021.

MATOS, Heloiza Helena Gomes; GIL, Patrícia Guimarães. Quem é o cidadão na comunicação pública? In: MATOS, Heloisa (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOTA, Ana Elisabete. Crise capitalista e as transformações na produção capitalista. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política social: temas & questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Direito à Comunitária, Participação Popular e Cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Comunicação Pública**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2004.

RAICHELES, Rachel D. Desafios da gestão democrática das Políticas Sociais. In: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB. **Caderno de capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília: UnB, 2000.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, José.; SATHLER, Luciano (org.). **Direitos à Comunicação na Sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Unesp, 2005.

SARDINHA, Antônio Carlos. Comunicação, controle social das políticas públicas e os desafios para a Comunicação Pública nos conselhos gestores de saúde. **Revista e-Com**, v. 5, n. 1, 2012.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. PUF, Col. Que sais-je? Paris, 1995. Tradução de Elizabeth Brandão. Impressão eletrônica, 2005. Disponível em: <https://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublica-pierrezemor-traducao.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

ZÉMOR, Pierre. As formas da Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

Recebido em: 04/04/2022
Aprovado em: 13/06/2022



**(Re)enquadrando a pandemia através do discurso:
reflexões a partir das favelas do Rio de Janeiro**

**(Re)framing the pandemic through discourse: reflections
from the *favelas* of Rio de Janeiro**

*Clara Polycarpo**

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ORCID:<https://orcid.org/0000-0001-8402-8737>

*Autor correspondente (e-mail:polycarpoclara@gmail.com)

Sonia Fleury

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-7678-7642>

(e-mail:profsoniafleury@gmail.com)

Resumo: A grave crise sanitária, econômica e humanitária provocada pela pandemia de Covid-19 no Brasil, e as ações (e omissões) governamentais, levaram ao aprofundamento de desigualdades estruturais, atingindo ainda mais as populações já vulnerabilizadas, como moradores(as) de favelas e periferias. Neste trabalho, questionamos o enquadramento dado à *pandemia* e à *favela* em 2020, a partir da análise de diferentes discursos reproduzidos pela mídia comercial e pela mídia comunitária e coletados pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco na seção “Coronavírus nas Favelas”. Por meio da análise de discurso e seu processo interativo, nosso objetivo é acompanhar o envolvimento de diferentes atores na construção de políticas e de subjetividades, problematizando a arena política – e a própria política – nas favelas e periferias durante a pandemia.

Palavras-chave: Pandemia. Favelas. Enquadramento. Discurso. Política pública.

Abstract: The serious health, economic and humanitarian crisis caused by the Covid-19 pandemic in Brazil, and government actions (and omissions), have led to the deepening of structural inequalities, reaching even more vulnerable populations, such as favelas and peripheries dwellers. In this paper, we question the framework given to the *pandemic* and the *favela* in 2020, based on the analysis of different discourses reproduced by commercial and community media and collected by the Dicionário de Favelas Marielle Franco in the section “Coronavirus in the Favelas”. Through discourse analysis and its interactive process, our objective is to follow the involvement of different actors in the construction of policies and subjectivities, questioning the political arena – and politics itself – in favelas and peripheries during the pandemic.

Keywords: Pandemic. Favelas. Framework. Discourse. Public policy.

1. Introdução

A grave crise sanitária, econômica e humanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus, bem como as ações e omissões governamentais, levaram ao aprofundamento de desigualdades estruturais da sociedade brasileira, atingindo ainda mais as populações já vulnerabilizadas, como os moradores e moradoras de favelas e periferias. Grande parte deles perderam seus empregos – como as empregadas domésticas – ou sua fonte de renda – no caso dos trabalhadores informais –, encontrando-se em uma situação de empobrecimento e impossibilitados de adotar as medidas não farmacológicas de prevenção, como o isolamento social e os cuidados básicos de higiene.

A ausência de medidas de vigilância e gestão territorial da pandemia em territórios de grande adensamento populacional e com precárias condições habitacionais e de saneamento por parte dos governos contribuiu para a disseminação do contágio e os óbitos entre a população de favelas e periferias. A princípio, a orientação governamental foi fechar algumas unidades básicas de saúde na primeira onda da doença, entre os meses de março e julho de 2020, concentrando seus esforços na área hospitalar. Só mais tarde, a rede de atenção primária pôde contribuir com iniciativas de organizações comunitárias para o enfrentamento da pandemia, ainda que esta atuação tenha sido insuficiente, esporádica e sem os devidos protocolos, equipamentos de proteção individual e coordenação com outros níveis de atenção à saúde, aumentando os riscos para os trabalhadores da saúde e para a população atendida.

A manutenção da *biopolítica da precariedade* (LEITE, 2020) ignorou a especificidade das favelas e periferias não apenas através dos seus aspectos coercitivos – como a continuidade das operações policiais e da criminalização de seus moradores e moradoras, por exemplo –, mas também através de seu aspecto discursivo governamental e midiático. Ao excluir as favelas e periferias da realidade do enfrentamento à pandemia e do atendimento de políticas para controle do contágio e seus danos (também econômicos), governo e parte da mídia comercial ignoraram a especificidade dos determinantes sociais responsáveis pelas condições de contágio nesses territórios. Ao assim proceder, agentes públicos e privados operam a negação da cidadania, efetivamente um contradireito (FLEURY, 2011) a essa parcela da população, não reconhecendo suas necessidades e especificidades como legítimas e politicamente capazes de serem incluídas na agenda pública.

Diante dessa situação, em muitas favelas do Brasil todo – mas, especialmente, neste caso, do Rio de Janeiro –, organizações, lideranças e moradores(as) se mobilizaram através de diferentes meios e articulações para propor estratégias no enfrentamento à pandemia, disputando espaço na construção das políticas para a cidade e lutando pela sua sobrevivência. (FLEURY; MENEZES, 2020) identificaram diferentes formas de organização e distintas formas de ação coletiva, decorrentes de capacidades e recursos previamente existentes em cada território que puderam ser mobilizados, além de apoios que potencializaram a gestão territorial e a comunicação comunitária no combate à pandemia.

Diante dessa situação, em muitas favelas do Brasil todo – mas, especialmente, neste caso, do Rio de Janeiro –, organizações, lideranças e moradores(as) se mobilizaram através de diferentes meios e articulações para propor estratégias no enfrentamento à pandemia, disputando espaço na construção das políticas para a cidade e lutando pela sua sobrevivência. (FLEURY; MENEZES, 2020) identificaram diferentes formas de organização e distintas formas de ação coletiva, decorrentes de capacidades e recursos previamente existentes em cada território que puderam ser mobilizados, além de apoios que potencializaram a gestão territorial e a comunicação comunitária no combate à pandemia.

As mídias comunitárias já vêm protagonizando muitos movimentos desde a última década, tensionando as narrativas sobre as periferias e favelas nas grandes cidades brasileiras. Não só por meio de jornais já reconhecidos, como o *Jornal Voz das Comunidades*, do Complexo do Alemão, e o *Maré de Notícias*, do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, mas também pela internet, pelas redes sociais de lideranças e moradores(as) ou nos espaços de mídia progressista. A partir de rádios comunitárias e diferentes veículos de comunicação, a realidade das favelas e periferias encontra novos interlocutores, chegando a um maior público dentro e fora de seus territórios e trabalhando para a problematização das narrativas vigentes na grande mídia, que, na maioria das vezes, constrói a imagem da favela e dos favelados exclusivamente através da violência, da criminalização, da pobreza ou da ausência do Estado.

Por meio de suas próprias vozes, de forma cada vez mais ampla e capilarizada, favelados(as) e moradores(as) de periferias disputam sua memória e seu lugar na cidade, superando estereótipos e representando toda a potência de sua história e luta. Esta maior visibilidade parte de um processo mais geral, que pode ser observado e compartilhado nas pesquisas em favelas e na literatura recente, denominado por Tiarajú D'Andrea (2013) como a emergência do *sujeito periférico*. Trata-se da afirmação e posituação da identidade da juventude de favelas e periferias, construída em torno da polarização entre carências e potências, lugar desde o qual, através de manifestações culturais e estéticas¹, problematizam questões de classe, raça e gênero.

É justamente no interior dessas disputas de narrativa e discurso que o sujeito favelado se constitui, em crítica e/ou identificação com os enunciados em que ele é inscrito – ou enquadrado. Por isso, a comunicação comunitária tem sido campo importante no processo de construção e articulação dos movimentos sociais e da própria arena pública. No atual contexto de crise, nas favelas e periferias, a movimentação para o enfrentamento à pandemia tem sido potencializada pelo acesso às redes e tecnologias de comunicação, por meio das quais os atores políticos difundem informações sobre prevenção através de vídeos, áudios e cartilhas; pelas denúncias, pedidos de apoio e articulações entre favelas e coletivos para ações de pre-

¹ Aqui, vale a pena mencionar as batalhas de slams e hip hop que se difundiram nas favelas e periferias e que representam essa construção do sujeito periférico em movimento, levando uma multidão de jovens a se confrontarem e/ou torcerem por aqueles que, por meio das palavras e músicas, transformam o imaginário social sobre a favelas e os favelados. Dessa forma, constroem autoestima e novas formas de auto e heterorreconhecimento, além de novas formas de ocupar e produzir a cidade e seus espaços de disputa.

venção ; além, é claro, da produção de forma crescente artigos de opinião, pesquisas e dados preocupados em representar a favela através de suas próprias práticas não só no campo político, mas também no campo científico. Diversas análises e propostas têm sido construídas por meio da rede, sendo compartilhadas nos jornais comunitários por seus próprios atores ou ecoando em jornais da mídia de massa através de alguns de seus representantes.

Com o objetivo de acompanhar esta mobilização, o Dicionário de Favelas Marielle Franco (www.wikifavelas.com.br), por meio de sua plataforma *online*, se propôs a reunir um conjunto de materiais, notícias, ações e análises a respeito da realidade das periferias e favelas neste contexto, de forma a apoiar na divulgação, na articulação e no enfrentamento à pandemia. O Dicionário de Favelas Marielle Franco, projeto sediado no ICICT-Fiocruz, nasce com a proposta de fortalecer estas vozes e sujeitos. Na seção “Coronavírus nas favelas”², dez páginas coletam e compartilham diferentes conteúdos, de diferentes veículos, atores e motivações.

Neste estudo, pretendemos aprofundar a análise dos discursos que se encontram na mesma plataforma na seção intitulada “Análises e propostas sobre a realidade do coronavírus nas favelas”³, que reúne artigos de opinião, discussões acadêmicas, pesquisas, dados, entrevistas e documentos de moradores(as) e intelectuais com denúncias, propostas ou reflexões sobre o momento atual. A proposta é que, com base nesses materiais, seja possível analisar quais têm sido os argumentos dos moradores(as) e intelectuais sobre a luta por direitos de cidadania em meio à pandemia, em especial a crise do novo coronavírus sob o recorte das favelas e periferias do Rio de Janeiro, e refletir sobre em que medida esses discursos reenquadram a pandemia, a favela e os favelados.

2. Construindo o caminho metodológico para a análise de discurso

As formas de representação de territórios e corpos favelados têm na mídia comercial um aporte que os enquadra, majoritariamente, de maneira negativa – vide as manchetes e noticiários que reproduzem as favelas e periferias do Brasil como territórios única e exclusivamente da criminalidade violenta. O discurso, portanto, que dá significado a estas representações é objeto central na luta por subjetivação e direitos de cidadania para suas populações. É por isso que, como parte da disputa pela representação do território e do sujeito favelado, e, além disso, da própria pandemia como contexto, tomaremos como objeto o discur-

² Esta seção está em destaque na Plataforma do Dicionário de Favelas Marielle Franco e possui dez páginas vinculadas, incluindo a página que será aqui analisada. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Coronav%C3%ADrus_nas_favelas. Acesso em: 27 abr. 2022.

³ Nesta página constam mais de 150 artigos de opinião, artigos acadêmicos, pesquisas, relatórios e entrevistas coletados pela equipe do Dicionário de Favelas Marielle Franco. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=An%C3%A1lises_e_propostas_sobre_a_realidade_do_coronav%C3%ADrus_nas_favelas. Acesso em: 27 abr. 2022.

so. A análise de discurso, disciplina construída a partir da interseccionalidade entre a linguística, a semiótica e a sociologia, considera o discurso como a materialidade da ideologia que liga língua-sujeito-história e relaciona ambos com o gesto da interpretação (ORLANDI, 2006). Nesta definição, a ideologia é tida como uma prática, um funcionamento discursivo, enquanto a linguagem é uma prática social simbólica, estando o sujeito inscrito no discurso e na história. Ou seja, ao buscar refletir a respeito dos argumentos apresentados por diferentes atores (sujeitos) sobre determinados assuntos, suas inserções sociais e seus lugares de fala devem ser considerados, junto ao contexto histórico e material em que se encontram, inclusive, as relações estruturais de poder – afinal, discurso é saber e é poder (FOUCAULT, 2006), da mesma forma que também, nele, no sujeito e na linguagem, estão incorporados diferentes *habitus* e tipos de capitais que são hierarquizados a partir de uma estrutura social desigual (BOURDIEU, 1989).

Aqui, portanto, nos interessa tratar o discurso a partir da afirmativa de Fairclough (2008, p. 22) de que “os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’...”. Nesse sentido, a dimensão simbólica do poder ganha centralidade na análise política (LACLAU; MOUFFE, 2001), enfatizando, na luta pela hegemonia, a disputa de significados na construção de cadeias de equivalentes que permitem construções discursivas que possibilitam novas subjetividades e podem, ou não, transformar relações de subordinação em relações de antagonismo.

Na perspectiva da mudança política, Schmidt e Radaelli (2004, p. 193) definem o discurso e seus conteúdos “as a set of policy ideas and values, and its terms of usage, as a process of interaction focused on policy formulation and communication”. Na medida em que o discurso deve ser inserido no contexto institucional como parte de um vasto conjunto de regras – culturalmente enquadradas, dependentes da trajetória e baseada em interesses –, a abordagem do Institucionalismo Discursivo permite superar o gap entre as análises centradas nas instituições e no ator, ou seja, entre estrutura e agência.

Metodologicamente, a análise do discurso vai além da inteligibilidade do discurso, para permitir sua interpretação e compreensão, ou seja, como um objeto simbólico produz sentidos, como está investido de significância para e por sujeitos (ORLANDI, 2015, p. 24). Deve-se considerar que a interpretação faz parte do objeto de análise, e que o sujeito que fala, portanto, interpreta (ORLANDI, 2015, p. 58). Da mesma forma, o analista está envolvido na interpretação. Assim, além do rigor do método e do dispositivo teórico da interpretação, a seleção do material e sua compreensão dependerão da questão que o analista formula: “Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes, e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais... O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise” (ORLANDI, 2015, p. 25). Nossa questão analítica pode ser formulada na comparação em como as mídias comerciais e as mídias comunitárias trataram a pandemia e como tais enquadramentos se situam na disputa de significados e construções identitárias.

Concernente ao método de análise destacamos o conceito de formações discursivas. Michel Foucault (2013, p. 14) propõe que diante do “grande zumbido incessante e desordenado do discurso... é preciso analisá-lo: questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante”. A materialidade dos discursos e sua interconectividade com outros discursos são elementos fundamentais para tratar os discursos como acontecimentos históricos e sociais, e não como verdades e criação de um autor. O conceito de Formação Discursiva (FD) desenvolvido por Foucault é retomado por Pêcheux como sendo “aquilo que em uma da formação ideológica determina ‘o que pode e deve ser dito’” (apud FAIRCLOUGH, 2008, p. 52), sendo que os sentidos específicos de cada FD são determinados por sua relação com outros discursos: os interdiscursos. Para Orlandi (2015, p. 156), as consequências de uma análise das FD são claras: “Se o discurso é uma materialidade histórica sempre dada, na qual os sujeitos são interpelados e produzidos como “produtores livres” de seus discursos... a questão primordial cessa de ser a subjetividade produtora do discurso e torna-se a das formas de existência histórica da discursividade”.

Portanto, analisaremos os discursos – e os interdiscursos – a partir do acontecimento pandemia que os provoca, buscando identificar diferentes formações discursivas que materializam as ideologias de seus enunciadores e as articulam a outros discursos que disputam significados e hegemonia. No cerne desse tipo de operacionalização, baseado em um aspecto do *frame analysis*, ou enquadramento, da microsociologia de Erving Goffman (1974), também considerada como Institucionalismo Sociológico, reside uma preocupação em compreender o modo como discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas de determinados atores e contextos. Busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa que denuncia e/ou propõe algum tema. O enquadramento pode definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções, ficando evidente sua dimensão política.

Ao tratar o material discursivo é necessário proceder à construção de um corpus, ou seja, analisar uma materialidade discursiva que supõe estruturar o campo dos arquivos submetidos à análise, em um processo de seleção que efetua uma pré-análise dos dados. Não se trata de um banco de dados ou de uma amostra representativa, mas de um material que foi organizado pelo analista em função de sua hipótese. Para tanto, neste artigo, tomamos como amostra a seção “Coronavírus nas Favelas”, especificamente na seção intitulada “Análises e propostas sobre a realidade do coronavírus nas favelas”, uma página de coleta e organização de pesquisas mantida pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco, em que se apresentam os principais argumentos mobilizados por moradores(as), lideranças e intelectuais no enfrentamento à pandemia nas periferias e favelas do Rio de Janeiro, através de diferentes manifestações expressas em veículos comunitários, da grande mídia ou de revistas acadêmicas, durante os meses de março e junho de 2020. Portanto, esta pesquisa é restrita e não considera a totalidade de materiais já produzidos sobre este tema no período em estudo. Dessa forma, suas conclusões não poderão ser imediatamente generalizadas a outros territórios e populações.

3. Analisando enquadramentos e discursos sobre a pandemia

Com foco no discurso construído por esses atores de diferentes inserções sociais – como moradores e moradoras, lideranças, ativistas ou pesquisadores, pesquisadoras, intelectuais e jornalistas –, pretende-se levar em consideração a inserção das ideias/argumentos em seus contextos de significado e sentido (quem, quando, como, onde e para quem). Para além da lógica comunicacional, as ideias serão consideradas em seus processos interativos, reconhecendo a estrutura social e a agência dos atores. A inspiração para esta análise está no *discursive institutionalism* (DI) proposto por Vivien Schmidt, que, neste caso, considerará não apenas os discursos institucionais, mas os discursos políticos e científicos como campos de disputa no âmbito institucional. As instituições em DI são vistas como estruturas estruturantes e estruturadas (BOURDIEU, 1989), que se constroem a partir do background de habilidades ideacionais dos agentes institucionais e do *foreground* de habilidades discursivas dos atores políticos, em relação. O conteúdo do discurso, portanto, não é objetivo, mas subjetivo, pois os próprios agentes e atores são mutuamente construídos em seu processo de interação. Uma abordagem a partir do discurso pode, então, contribuir para a compreensão da ação política, ao considerar que ideias e discursos importam e causam determinadas influências na realidade política, possibilitando mudanças institucionais – e, até mesmo, estruturais.

A pluralidade de narrativas é princípio fundamental da plataforma Dicionário de Favelas Marielle Franco e batalha importante a ser travada por grupos e movimentos sociais em ação nesses territórios. Dessa forma, o recorte à análise dos discursos e da possível disputa de narrativas nesse contexto disruptivo de crise pandêmica é capaz de elucidar a luta de décadas por políticas públicas, cidadania e direitos. Há, portanto, intersecções ou diálogos dos movimentos com os intelectuais? Há controvérsias em relação ao discurso dominante? Há, para além de denúncias afins, propostas que sejam coincidentes? Quais contribuições podem ser consideradas para pensarmos a política nas favelas durante e após a pandemia?

No caso dos textos, ou seja, material escrito e publicado, a análise interacional do discurso (e de sua situação) se dá a partir do veículo de divulgação e do direcionamento específico de seu público, além do formato do texto e da sua proposta de argumentação. Analisamos diferentes contribuições que contam com artigos de opinião, discussões acadêmicas, pesquisas e dados, entrevistas e documentos, levando em consideração o tipo de narrativa e o tipo de diálogo que possibilitou sua publicação. Os principais temas encontrados nesta seleção foram aqueles que, por exemplo, tratam sobre desigualdades e direitos, letalidade e (in)segurança, ou redes de mobilização e apoio⁴ – totalizando 32 dos 78 materiais coletados na página neste período. Aqui, os materiais analisados estão dentro de um recorte

⁴ Aqui, faz-se necessário reforçar que, num amplo campo de discursos reproduzidos pelos diferentes atores, esta análise leva em consideração parte daqueles que foram coletados e inseridos na plataforma do Dicionário de Favelas Marielle Franco – WikiFavelas (www.wikifavelas.com.br), não se esgotando, portanto, todas as narrativas e repercussões possíveis. A seleção de conteúdos a serem analisados neste breve artigo também considera apenas aqueles em que há denúncias e/ou planos de ação.

temporal de março a junho de 2020, como o período inicial da pandemia e do debate sobre seus impactos e consequências no Rio de Janeiro e Região Metropolitana, e serão considerados a partir dos sentidos e do que estes carregam de memória e discurso no (re)enquadramento das relações de força para a reflexão sobre a realidade pandêmica nas favelas e periferias.

Neste caso, os sentidos e o que estes sentidos carregam de memória são importantes para a construção do discurso – e da própria realidade. Como aponta Orlandi (20115), os discursos são construídos (e constituídos) de: memória discursiva ou interdiscurso, pautados no que têm de esquecimento; memória institucional (ou arquivo), relacionados ao que não se esquece, através das instituições; e memória metálica, em referência à mídia e às tecnologias de comunicação e circulação de discursos. As diferentes formas de memória acarretam diferenças no circuito constituição/formulação/circulação e também afetam a função autor e o efeito leitor. Isto porque qualquer forma de memória tem uma relação necessária com a interpretação (e, consequentemente, com a ideologia). Aliada à questão da memória está o fato de que a forma material que é o texto mexe com a natureza da informação e produz efeitos sob o modo como ela funciona. E, por isso, a realidade e, propriamente, os sujeitos, são constituídos a partir dessa trajetória.

i) O sentido de denúncia e seu interdiscurso

Logo no início da pandemia, em março de 2020, quando os órgãos públicos ainda buscavam se posicionar a respeito das medidas de prevenção da população brasileira face ao novo coronavírus, lideranças e coletivos de favelas já se organizavam para pensar os seus impactos nos territórios. A luta histórica por direitos fundamentais tem como protagonistas os movimentos de favela, que, reconhecendo a realidade de seu cotidiano, anteciparam a necessidade de organização local. Para as lideranças que começaram desde cedo a se organizar, a certeza é que, quando chegasse às favelas, a pandemia aprofundaria as desigualdades estruturais preexistentes. Esta representação de discursos demonstra que, para além da atual crise sanitária, o enquadramento das favelas, em seu aspecto político, ainda é marcado pela “falta” – mesmo que, por meio da articulação comunitária, sejam construídas propostas de transformação da cidade e da sociedade.

Os artigos de opinião e os chamados de moradores e moradoras de favelas⁵ começaram a circular ainda na segunda quinzena de março, e já pontuavam as desigualdades e os distintos impactos que a pandemia poderia causar às populações das favelas. Dentre os mais citados, por diferentes atores, estão as desigualdades de raça, classe e gênero, que, historicamente, reproduzem violações de direitos relacionados à infraestrutura, como ausência

⁵ Todos os materiais aqui referenciados constam na página intitulada “Análises e Propostas sobre a Realidade do Coronavírus nas Favelas”, disponível na plataforma do Dicionário de Favelas Marielle Franco: https://wikifavelas.com.br/index.php/An%C3%A1lises_e_propostas_sobre_a_realidade_do_coronav%C3%ADrus_nas_favelas. Acesso em: 27 abr. 2022.

de saneamento básico, moradia, acesso à água e a equipamentos de saúde, precarização do trabalho e (in)segurança, dada a constante criminalização e marginalização da juventude favelada por meio das operações policiais e do encarceramento de negros e negras. Aqui, trazemos alguns destes discursos e interdiscursos, que levam em consideração a memória da luta por cidadania e direitos nas favelas e periferias do Brasil.

Um argumento importante, que tem como expoente o artigo de Gizele Martins, comunicadora do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, publicado no Jornal *Brasil de Fato*, em março de 2020, aponta para o caráter classista das medidas protetivas para combate ao coronavírus. Uma das primeiras orientações de saúde era a necessidade de lavar as mãos, com água e sabão, para evitar o contágio. A realidade, porém, de desigualdade de distribuição e acesso à água em favelas e periferias impede esse hábito, tão comum, mas, ainda privilegiado. Mônica Cunha, liderança negra na luta das mães vitimadas pelo Estado, no Rio de Janeiro, em artigo de opinião publicado no Jornal *Catarinas*, aponta ainda a realidade das mulheres negras, em especial, que, há décadas, são o pilar de todos os aspectos da vida material nas favelas e periferias e que, com isso, são vulnerabilizadas emocionalmente. Além disso, traz para o debate a situação da população encarcerada, majoritariamente negra, que estaria submetida a maiores riscos neste momento. O posicionamento político desta narrativa indica um lugar de fala especial daquelas pessoas que vivem situações de risco, assim como seus vizinhos e parentes, e identificam a vulnerabilidade como expressão do domínio de classe. Estes discursos se distinguem do tratamento dado pela mídia comercial tanto no seu conteúdo quanto na interação discursiva que propõem estabelecer.

Como forma de recortar a realidade das condições de isolamento social, por exemplo, uma pesquisa da ONG Casa Fluminense, de final de março, traz um conjunto de dados sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e analisa as condições de moradia e assistência social das favelas e periferias. Esses dados são importantes para refletir sobre os impactos no atendimento à população em situação vulnerável, que, desde antes da pandemia, já tinha seus direitos violados. Segundo a pesquisa, mais de 300 mil casas possuem mais de três pessoas compartilhando um único quarto. Além disso, no Rio de Janeiro e em Nova Iguaçu, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) não são suficientes, deixando mais da metade da população sem atendimento. A precarização, portanto, do atendimento ofertado prejudica ainda mais a assistência às populações de baixa renda, agravando a crise pandêmica em territórios de favelas e periferias. Além de trazer a questão do direito à moradia para o debate, também inserem o direito constitucional à assistência social como uma necessidade que se acentua durante a pandemia. Dessa forma, os dados apresentados se tornam base para que novas ideias, discursos e análises possam ser realizados, indicando que as políticas públicas habitacionais e assistenciais seriam a chave para o enfrentamento da pandemia nestes territórios.

Chegando às academias e às mídias comerciais, pesquisadores do INCT-InEAC/UFF, no final de março, publicaram um artigo, no Jornal *O Globo*, em que criticam as medidas governamentais que reforçam a estrutura escravocrata e desprezam os direitos de cidadania. Com trajetória de estudos sobre as representações e práticas do direito no Brasil, os autores reconhecem que a estrutura jurídica não garante o exercício de um mínimo de direitos comuns a

todos os cidadãos. Também apontam para a vulnerabilidade das mulheres frente à sobrecarga de trabalho e ao aumento dos casos de violência doméstica. Ao propor a compreensão de coletividade e valorização da ciência, educação e saúde públicas, acadêmicos procuram fortalecer o movimento comunitário de denúncia e a proposição de políticas para o enfrentamento à pandemia. Similarmente aos discursos de moradores, chamam a atenção para a necessidade de implementação de um conjunto de políticas públicas, para além das medidas sanitárias, para proteger as populações faveladas.

Para a ONG Fase, no Rio de Janeiro, a pandemia representa mais uma das situações em que as populações de favelas e periferias estão submetidas a uma sobreposição de tipos de violência. Analisando os contingenciamentos públicos do estado do Rio de Janeiro, segundo a ONG Fase “quem fica com os piores efeitos da Covid-19 são os que já não têm acesso a direitos”. Com isso, reforça-se a situação de precariedade dos serviços de saúde e saneamento básico, que, a partir da lógica neoliberal, têm sido cada vez mais sucateados, tanto no direito ao atendimento básico de saúde quanto no direito à água. Ainda que com um discurso que se alinha às denúncias dos moradores, esta análise enquadra a questão desde uma perspectiva menos imediata e mais ampla, que afeta toda a sociedade brasileira, em especial os mais pobres, com as políticas de austeridade e corte dos gastos públicos.

O blog *Favela em Pauta*, também em final de março, publica manifesto “As favelas não querem parabéns, ministro Mandetta”, que critica a fala de Mandetta, Ministro da Saúde à época, que parabenizara as ações comunitárias desenvolvidas nas favelas e periferias. Com este manifesto, denunciam a falta de ações voltadas para a favela durante a pandemia, dizendo que os parabéns não são necessários, mas a coragem para agir e garantir os direitos da população mais pobre, sim.

O debate, portanto, sobre o “vírus democrático” que vinha enquadrando os discursos da grande mídia – pois o vírus não escolheria a quem contaminar – passa a ser cada vez mais problematizado, visto que em territórios onde o Estado e a assistência não chegam, o vírus, impreterivelmente, chegará e causará maior letalidade, se não houver políticas adequadas e efetivas que considerem as condições das favelas e periferias. Artigo de Emanuelle Goes, publicado no Portal *Geledés*, enquadra a discussão sob a perspectiva racial, denunciando que a falta de dados desagregados por cor/raça, no Brasil, pode vir a negligenciar a percepção sobre o impacto da pandemia na população negra, como já negligencia sobre outras doenças. São as pessoas negras que vivem em situação de vulnerabilidade, seja no contexto de rua, de prisão ou nas moradias precárias – onde o racismo estrutural se faz presente. Em países desiguais, o racismo é determinante social da saúde, pois as condições de morte e de vida das pessoas negras são atravessadas por eles. Segundo a autora, as sociedades estruturadas pelo racismo organizam as vidas de pessoas negras e brancas em “deixar viver, deixar morrer”, que se aprimora ao longo do tempo.

ii) O sentido de ação e seu discurso

Já no segundo mês de avanço da pandemia no Brasil, uma reflexão sobre as perdas e mortes da atualidade é feita por José Cláudio Souza Alves, professor e pesquisador, em artigo publicado no blog *ContraPoder* no começo de abril. Neste momento, a mídia comercial já vinha noticiando as mortes relacionadas ao coronavírus, e os marcadores reconheciam a maior mortalidade da população pobre e negra. O autor faz, então, uma analogia das mortes das populações periféricas com a realidade das mortes provocadas pelas milícias na Baixada Fluminense: são ambas mortes ocultadas, com ou sem o corpo. No entanto, essa triste realidade local é vista pelo autor como sinal de que estamos entrando numa nova fase de mortes globais, numa escala capitalista, fazendo com que, assim, a morte siga seu percurso de exaltação nacional. Porém, cada cadáver será uma semente para construção de um novo mundo, sem donos, senhores nem carrascos. A perspectiva dos ativistas em relação à insurgência diante da mortandade que se avizinha é corroborada por Tiarajú Pablo D'Andrea, ativista e acadêmico, em entrevista para o canal Tibungo, em final de abril, na qual afirma a necessária organização social para resistir à crise, com propostas de resistência e autogestão das comunidades e das redes solidárias para mitigar a catástrofe.

Em artigo publicado em abril, no *Le Monde Diplomatique Brasil*, Marcelo da Silveira Campos, pesquisador, debate sobre a reação sociopolítica à Covid-19, que passa a constituir um maior risco para o alastramento da doença em nosso território e um novo genocídio da população pobre e periférica do país. Para o autor, a defesa política do “isolamento vertical” (e os seus defensores) representam o maior risco à nossa democracia, bem como, representam a continuidade e reprodução do que ele propõe como uma “cidadania vertical”, em que a cidadania só é garantida para as classes média-altas e altas. Dados da Coalização Negra por Direitos (e mais 150 entidades) revelam justamente, com base no último boletim epidemiológico, que o coronavírus é muito mais letal entre negros, sendo os mais hospitalizados e os mais dependentes do SUS. Além disso, relacionado a gênero, classe e raça no Brasil, pode-se observar que mais da metade das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. Portanto, a defesa do isolamento horizontal é mais do que necessário, é afirmação da cidadania universalizante. No entanto, só é possível ser alcançado com as medidas necessárias efetivadas pelo poder público.

Em carta aberta, publicada também em abril nas redes sociais, o Coletivo Juntos pelo Complexo do Alemão exige apoio e responsabilização do poder público para a promoção de testes nas favelas, encaminhamentos dos casos confirmados ao atendimento especializado e distribuição urgente de água para todos; além disso, pede apoio da população da cidade para a reprodução de materiais e outros recursos para comunicação comunitária; inclusive, doações de cestas básicas, kits de higienização e apoio psicológico para tratamento da população. A organização coletiva, portanto, em meio ao descaso e à falta de planejamento do Estado, toma a frente na garantia de subsistência dos seus em meio à crise e propõe uma agenda pública de medidas que precisam ser tomadas pelo poder público. Conscientes de que a narrativa hegemônica iria culpabilizar as favelas pela proliferação do vírus na cidade, os atores apontam que, por outro lado, seriam as favelas as mais afetadas pela histórica falta de direitos básicos.

Uma carta manifesto de abril do coletivo #CoronaNaBaixada, com assinatura de diversas organizações e redes, também reforça a garantia de algumas medidas para a população das periferias, como a realização de testes em pacientes com sintomas; medidas de redução de circulação e aglomeração de pessoas; renda para trabalhadores informais e formais que tiveram contratos suspensos ou foram demitidos, além da medida de transferência de renda com a proposta de renda básica emergencial; acesso à água potável e higienização periódica das ruas; insumos para população em situação de rua, pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social; política de segurança pautada por ações articuladas e inteligência; e monitoramento que permita identificar e intervir em situações de violência doméstica e outras formas de abuso. Ou seja, a partir de uma análise da conjuntura das populações já marginalizadas, os atores propõem políticas de gestão da crise, tanto sanitária quanto econômica, a partir da assistência aos mais vulnerabilizados.

Observa-se que há um deslocamento no enquadramento inicial presente no mês de março, com foco nas denúncias, para a elaboração de uma agenda pública e privada necessária para garantir a sobrevivência das populações de favelas e periferias.

A União dos Movimentos por Moradia e a Central de Movimentos Populares, em abril, lançam um manifesto nas redes sociais sobre a situação das favelas que, mesmo com ações concretas de solidariedade, exigem medidas urgentes do Estado no enfrentamento ao caos e à tragédia social em curso. Uma dessas medidas é a urgência de acesso à renda, com a liberação da renda básica emergencial – que, mesmo que aprovada pelo Congresso, seguia retida. A crítica frente à postura do atual chefe do executivo também reforça a política genocida, que age na contramão das recomendações da Organização Mundial da Saúde, incentivando o fim do isolamento social. Além do pagamento da renda básica, exigem a suspensão dos despejos e reintegrações de posse, com isenção das taxas de gás, água, energia e prestações de mutuários de programas habitacionais.

A construção dessa agenda pública não se restringe às medidas sanitárias de vigilância, como testes, ou de provisão de condições de isolamento, mas incluem uma pauta econômica com liberação de auxílio emergencial e isenção de taxas de serviços públicos, assim como a suspensão de ações judiciais de remoção de moradores e perda de propriedades por inadimplência.

A Agência Pública, na primeira semana de maio, publica em sua página uma pesquisa com dados analisando o crescimento das mortes por Covid-19 entre negros, inclusive em relação aos bairros de São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas. Com isso, seus pesquisadores denunciam a subnotificação de casos e de mortes, além da falta de testes, principalmente em bairros e regiões mais pobres, apresentando que negros têm morrido mais. Isto se dá também pela falha nos dados sobre a população negra brasileira no geral, que se apresenta como mais uma das fases do racismo estrutural – como já apontava Emanuelle Goes, em março. À medida que a pandemia avança nas favelas e periferias, o enquadramento do racismo estrutural adiciona o componente de subnotificação como crucial no entendimento da questão.

Em artigo publicado em maio na revista do Programa de Pós-Graduação em Políticas

Públicas e Direitos Humanos da UFRJ, alunos de psicologia analisam a situação da Covid-19 nas favelas cariocas, como um “limiar entre os direitos humanos e as desigualdades sociais”. Para os(as) autores(as), a pandemia é um importante dispositivo para fazer ver e falar a dura realidade de desigualdade das favelas e periferias no nosso país, porém, ainda de forma problemática. A “problemática” está na forma de representação das favelas e periferias durante a pandemia, não por suas particularidades, mas ainda como um grande “perigo” à sociedade, pelas suas condições de vulnerabilidade. Ou seja, para eles, mesmo que as favelas estejam tomando as páginas da grande mídia em denúncias sobre a realidade de desigualdades, o efeito de enquadramento dessas desigualdades tem reforçado o estigma das favelas enquanto “perigosas” – até mesmo para propagação do novo coronavírus. No Brasil, o que tem determinado quem vive ou morre em decorrência das complicações do vírus são fatores socioeconômicos, com um componente racial muito forte entre os “determinantes de risco”, junto ao agravante de gênero, o que reforça a realidade da *necropolítica* (MBEMBE, 2018) na expressão do governo da vida e da morte.

4. Construindo reenquadramentos, redes e sujeitos políticos

Diante da repercussão de denúncias e programas de ação, em articulação com redes comunitárias e acadêmicas, a representação da pandemia a partir das favelas (e seus favelados) vai tomando outro enquadramento. Os discursos tomam forma de ação política, constituindo, por sua veiculação, sujeitos políticos. Os materiais coletados pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco demonstram este percurso e os sentidos de ação que reenquadram a própria pandemia na realidade em questão. Por exemplo, por meio da articulação com 79 entidades, redes, coletivos e movimentos da sociedade civil – incluindo o Dicionário de Favelas Marielle Franco –, o Fórum Nacional da Reforma Urbana publicou/encaminhou um documento político com a proposição de medidas urgentes para combate ao novo coronavírus nas diversas periferias do país, na perspectiva do direito à cidade e da justiça social. O documento traz uma série de propostas de ação, divididas em 13 frentes, que incluem: a elaboração de planos emergenciais pelos municípios, estados e governo federal; a garantia do acesso a equipamentos e serviços de higiene e alimentação; a garantia de acesso aos serviços básicos de promoção e universalização do saneamento; o auxílio financeiro às famílias de baixa renda; o fortalecimento das ações comunitárias e dos espaços de participação social; as campanhas de informação e comunicação; a promoção da mobilidade; o direito universal à saúde pública de qualidade, com o fortalecimento do SUS; a segurança de posse e direito à moradia; a solidariedade à população em situação de rua, com condição de acolhimento; o fim da política de militarização dos territórios populares; uma política de prevenção do Covid-19 nas prisões; e uma nova política econômica justa, democrática e sustentável. É importante observar que progressivamente vão se adensando tanto a agenda de políticas públicas demandas pela sociedade quanto a articulação entre diferentes atores em redes e redes de redes.

Em nota pública publicada no final de maio nas redes sociais, o “Movimento de Favelas na Luta contra a política de segurança de Wilson Witzel” denuncia as diversas operações policiais que continuam por tirar a vida de pessoas negras e faveladas, impedindo o trabalho social e colocando a vida de todos e todas em risco, ao afetar a vida física e a saúde, física e mental, de milhares de moradores e moradoras de favelas e periferias do Rio de Janeiro. Na sequência, Flávia Oliveira, colunista do jornal *O Globo*, publica um artigo que debate sobre a intensificação das operações e mortes decorrentes de intervenções policiais no Rio de Janeiro durante a pandemia, denunciando o grande número de mortes nas periferias não só em razão do coronavírus, mas também pelas operações e intervenções policiais.

Sob esta denúncia, o Fórum Social de Manguinhos também se posiciona através de suas redes sociais, visto que, segundo seus organizadores, as frequentes operações policiais continuam a tirar a vida de pessoas negras e faveladas e impedem o trabalho social de combate ao coronavírus, colocando a vida de todos(as) em risco. Para tanto, responsabilizam o governo do estado do Rio de Janeiro pelas mortes em operações policiais e pelo genocídio negro. No dia seguinte à nota, os(as) pesquisadores(as) Daniel Hirata, Ibis Pereira, Jurema Werneck e Julita Lemgrunber dão entrevista ao jornal *G1* com críticas à política de segurança pública do Rio de Janeiro e denúncias sobre a falta de transparência nas operações policiais contra alvos pobres e pretos das periferias e favelas.

É neste contexto que a pesquisadora Márcia Leite, professora e pesquisadora, publica, na revista acadêmica *Dilemas*, artigo sobre o aperfeiçoamento da *biopolítica da precariedade*, com denúncias sobre o “fazer viver” e o “deixar morrer” que se ampliam e se aprofundam a respeito do governo dos pobres na gestão da pandemia. No final de maio, José Clayton Murilo Cavalcanti Gomes publica artigo no *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre as tecnologias de gestão da morte e como a pandemia tem trazido à tona novas formas de tecnologias de gestão da morte, que descentralizam o poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer, exsurgindo-se, ao que parece, uma expansão do poder de expor à morte. Dessa forma, o autor denuncia a precariedade de vidas desnecessárias ao neoliberalismo e como o poder público tem agido na expansão do poder de expor à morte, principalmente de negros e pobres. Trata-se e uma abordagem que vai se tornando cada vez mais frequente nas análises sociológicas, que enquadram as situações atuais através das lentes da biopolítica de Michel Foucault e da *necropolítica* de Achille Mbembe (2018).

A mobilização destes atores e coletivos, portanto, foi responsável pelo reenquadramento da realidade da pandemia nas favelas e periferias (e nas cidades) através das ações direitas, é claro, e da incorporação de seus discursos em pesquisas, artigos e documentos públicos. Por exemplo, frente às extremas desigualdades e ao aprofundamento do racismo durante a atual crise sanitária, a Coalização Negra por Direitos se manifestou, no começo de junho, com o documento “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”. Nele a exigência de erradicação da prática genocida contra a população negra aparece como denúncia, em meio aos interesses de um programa de governo que exclui e “deixa morrer” a população negra. Para as organizações que fazem parte da Coalizão, não há cidadania sem participação da população

negra em espaços de poder; não há democracia sem garantias constitucionais à população quilombola e indígena; e não há justiça social sem que as necessidades e interesses de mais de 55% da população sejam plenamente atendidos.

Também em junho, o ministro Edson Fachin determinou a suspensão de operações policiais em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19. Foi, então, julgado e aprovado, pelo Superior Tribunal Federal, o descumprimento de preceito fundamental (ADPF) de nº 635 – na que ficou conhecida como “a ADPF das Favelas”. A decisão foi tomada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, em que o Partido Socialista Brasileiro (PSB) questiona a política de segurança pública do governador Wilson Witzel, que, segundo a legenda, estimula o conflito armado e “expõe os moradores de áreas conflagradas a profundas violações de seus direitos fundamentais”. Como *amici curiae* da ADPF nº 635, participam as seguintes instituições e/ou organizações da sociedade civil: Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Justiça Global, Associação Redes de Desenvolvimento da Maré, Movimento Negro Unificado, Instituto de Estudos da Religião (Iser), Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Município de Angra dos Reis, Coletivo Papo Reto, Movimento Mães de Manguinhos, Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, Fala Akari, Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. Pela primeira vez na história, movimentos de favela submeteram sua própria sustentação oral ao STF em um julgamento sobre o tema da segurança pública (HIRATA; GRILLO; DIRK, 2020).

Exemplos desta organização comunitária para ações de solidariedade e articulação política são os gabinetes de crise, como o Gabinete de Crise do Alemão, no Complexo do Alemão, que se estruturou, a partir de vários grupos e coletivos, a arrecadação de alimentos, produtos de higiene e limpeza e a realização de campanhas para prevenção nas favelas; a Frente de Mobilização da Maré, que construiu campanhas de comunicação para prevenção, doação e apoio a dezenas de famílias no Complexo da Maré; o Gabinete de Crise da Vila Kennedy, que, em menor proporção, traçou estratégias para informar a população sobre cuidados e medidas preventivas; e o coletivo Favelas Contra o Coronavírus, uma iniciativa de diversos coletivos de comunicadores comunitários que surge com o objetivo de trazer informações oficiais adaptadas à realidade de moradores de favelas, tirando dúvidas, combatendo notícias falsas e promovendo mobilização (FLEURY; MENEZES, 2020). Além desses, dezenas de coletivos que possuíam distintas atuações comunitárias se articularam para o enfrentamento à pandemia e para a construção de políticas durante a crise sanitária.

A articulação de moradores(as) e profissionais da saúde, por exemplo, foi responsável por inserir a favela e os favelados no debate científico de produção de dados sobre a pandemia do novo coronavírus. Em resposta às denúncias em relação à coleta de dados sobre casos suspeitos, casos confirmados e mortes, por exemplo, e diante da escassez de testes para todos os territórios da cidade do Rio de Janeiro, iniciativas como do Voz das Comunidades, no Complexo do Alemão, e da Redes da Maré, no Complexo da Maré, passaram a organizar os dados coletados pelas clínicas da família e pelos agentes comunitários para construir painéis

para monitoramento dos casos nas favelas e periferias. A partir disso, diferentes coletivos e territórios criaram suas próprias metodologias para acompanhar e quantificar a realidade do vírus em sua população – um exemplo é a campanha Santa Marta Contra Covid-19, que criou um formulário interno para os moradores(as). Dessa forma, moradores(as) passaram a disputar também os dados e as estatísticas da pandemia, criando uma outra imagem da realidade e das necessidades de enfrentamento ao novo coronavírus – e às violações de direitos. Frente a estas iniciativas, a organização Comunidades Catalisadoras (ComCat), que apoia mobilizadores de favelas em suas lutas há vinte anos, desenvolveu uma parceria com dezenas de outros coletivos e organizações, como o Dicionário de Favelas Marielle Franco, e criou o Painel Unificador Covid-19 Nas Favelas. O objetivo principal do painel é apoiar os esforços de prevenção realizados por movimentos comunitários, para informarem seus vizinhos e pressionarem por políticas públicas necessárias, além de fornecer uma visão mais precisa do impacto da pandemia nas favelas. Além disso, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio do Observatório Covid-19 da Fiocruz, também passou a produzir boletins mensais informativos, intitulados “Radar Covid-19 nas Favelas”, buscando sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados. Ou seja, para além da comunicação comunitária, os discursos se construíram importantes estratégias políticas de luta por direitos de cidadania nas favelas e periferias, possível por meio da representação e da articulação política de seus diferentes atores.

Os discursos, em seus (re)enquadramentos sobre a pandemia e sobre as favelas, se constituem como campo de disputa no âmbito institucional, causando determinadas influências na realidade política e possibilitando, inclusive, mudanças institucionais (SCHMIDT, 2008; 2010). É importante ter em conta que os discursos são parte de um contexto em que se desenvolvem. São, assim, parte de uma trajetória que se atualiza, em especial em uma situação de crise, sanitária, política e econômica. Nestas condições, os sujeitos políticos, aqueles que enunciam o discurso, não só preexistem como condição para sua enunciação, como ressignificam suas identidades e coalizões.

Na realidade do Rio de Janeiro, a atuação política das favelas e periferias pode estar mudando o cenário institucional no campo do direcionamento das políticas públicas para estes territórios. Após o assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018, mulher negra, “cria” do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, a disputa por espaços de poder vem sendo fortalecida por representantes de favelas e periferias – e do movimento negro –, desde a Câmara de Vereadores à Câmara dos Deputados. Parlamentares de diferentes inserções políticas e sociais vêm reivindicando o lugar da favela na cidade. A crise causada pela pandemia, e a consequente mobilização de moradores(as) e lideranças comunitárias, trouxe ao cenário outras estratégias para a construção de políticas públicas. No que vem a ser o enfrentamento à pandemia, em julho, um projeto de lei (nº 2920/2020) que viabiliza a parceria entre a Assembleia Legislativa e a Fiocruz para o pleno desenvolvimento do Plano de Enfrentamento da Covid-19 nas Favelas foi aprovado, e contou com a representação de atores sociais de favelas do Rio de Janeiro. Além deste, outros nove projetos de lei em tramitação no estado e no

município do Rio de Janeiro tratam da realidade da pandemia nas favelas e periferias e exigem atenção especial às suas populações. Este é um dos resultados da repercussão dos discursos enquanto possíveis mudanças institucionais, a partir do background de habilidades ideacionais dos agentes institucionais e do *foreground* de habilidades discursivas dos atores políticos que se entremeiam. Desta forma, para além do momento disruptivo da pandemia, a disputa sobre a realidade da cidade terá que considerar a participação ativa – e potente – de moradores e moradoras de favelas.

5. Considerações finais

Pudemos perceber nesta análise que, frente às diversas sobreposições de desigualdades pré-existentes à pandemia, que demonstram uma clara denúncia às “faltas” do poder público em atenção às favelas e periferias, os discursos traçaram uma linha argumentativa que, primeiro, considera e evidencia o caráter racista e classista das condições de isolamento social e atenção básica – o que é demonstrado pelo posicionamento de atores favelados representantes da mídia comunitária, nos primeiros artigos publicados –, para, em seguida, considerar e analisar as múltiplas dimensões que afetam a vida das populações periféricas já vulnerabilizadas, indo de encontro à análise de outros atores de diferentes realidades e inserções sociais, como pesquisadores(as) e acadêmicos(as). Essas múltiplas dimensões, agravadas pela pandemia, estão relacionadas aos aspectos de gênero, território/moradia e região que ainda reforçam o racismo e seu viés institucional. Ou seja, mesmo se tratando de uma crise sanitária, são as condições materiais de existência que determinam as taxas de letalidade e o impacto da crise sobre o cotidiano e a vida das pessoas.

Partimos da crítica ao enquadramento tradicionalmente realizado por parte da grande mídia e pelo poder público de negação ou criminalização de moradores(as) das favelas e periferias, e mesmo o quadro inicialmente demarcado pela mídia comercial sob o *slogan* de que a pandemia era uma enfermidade “democrática” que atingia igualmente ricos e pobres. Posteriormente, quando a epidemia grassou entre os mais pobres, negros e favelados, a cobertura jornalística aumentou, mas sempre mostrando o lado das carências. Pouca atenção foi dada às potências representadas pelas organizações e solidariedade locais e como este potencial poderia ter sido aproveitado pela política pública no enfrentamento à pandemia. Assim, buscamos identificar o enquadramento feito pelos próprios moradores(as) a respeito da realidade das desigualdades e do enfrentamento à pandemia nas periferias e favelas, considerando o envolvimento dos atores/autores a partir de seus diferentes “quadros primários” – que dependem de sua experiência e suas formas de engajamento, responsáveis pela definição de seu posicionamento na arena pública.

No âmbito das ideias, muitos artigos se posicionam a partir de críticas e denúncias que repercutem debates realizados há tempos por movimentos sociais e lideranças políticas. Ou seja, discursos e representações que afirmam a força das favelas e de seus movimentos de

denúncia e atuação política que (re)enquadram o lugar da favela no debate público: para além da ausência, a potência e a transformação. No âmbito do discurso e da sua repercussão, por meio de reforços, legitimações e planos de ação, estas ideias e ações se ampliam e têm a capacidade de serem levadas adiante, na construção de novas propostas e articulações. Por esta razão, também se percebe que os discursos, portanto, estão inerentemente posicionados, como prática capaz de produzir e interferir na arena pública (FAIRCLOUGH, 1995). Isso se dá não apenas pelo alcance dos discursos de moradores e moradoras através dos veículos de mídia comunitária, mas também pelo alinhamento destes discursos por pesquisadores e pesquisadoras dedicados que, em articulações e trocas, repercutem o trabalho realizado pelas lideranças comunitárias e ampliam sua reprodução. Estes moradores e moradoras, na maioria dos casos, estão organizados em redes para, a partir de uma ampla participação coletiva, introduzirem a sua agenda de políticas para combate à crise.

Neste recorte, os atores denunciante e proponentes partem de um mesmo arcabouço de análise – a existência do racismo estrutural que aprofundará os impactos da pandemia – e, com isso, articulam propostas para superação não apenas desta crise, mas do sistema que viola a população mais pobre e negra. Porém, as formas de apropriação e reprodução desta realidade por meio dos discursos se dão distintamente, a partir de quem, para quem e por onde estão sendo repercutidos. Percebe-se, ainda, que os jornais da grande mídia/mídia comercial e as revistas acadêmicas privilegiam os discursos já legitimados pela comunidade científica – como professores(as) e pesquisadores(as) –, enquanto as denúncias e análises produzidas por moradores(as) e lideranças comunitárias se restringem a jornais de menor circulação (ou circulação interna), blogs ou redes sociais⁶. Dessa forma, a pandemia ganha novo enquadramento, reformulado em consideração às distintas condições de existência da população das cidades e das múltiplas dimensões que afetam a vida das populações periféricas. Ademais, a construção e a disputa por novos enquadramentos da realidade também trazem uma nova disputa sobre a representação das favelas na cidade, reenquadrando a favela e os favelados como potência política, organizada, mobilizada e transformadora.

Duas argumentações sobressaem nesta análise:

1) Diante das principais medidas preventivas recomendadas mundialmente, o então “vírus democrático”, como outras doenças endêmicas, tinha potencial de impactar negativamente a vida das populações faveladas e periféricas perpassadas pelas mais distintas violações de direitos. A mobilização comunitária se fortaleceu interna e externamente, buscando dirimir os impactos que a pandemia poderia trazer para estas populações já vulnerabilizadas do Rio de Janeiro. Por meio de artigos de opinião, articulações com diferentes atores e divulgações em blogs e redes sociais, moradores(as) e lideranças de favelas e periferias se organizaram

6 Como escolha metodológica desta análise, centrada à realidade dos discursos das favelas do Rio de Janeiro, a sua reprodução para fora do estado não foi considerada. Neste caso, algumas lideranças de favelas do Rio, através do coletivo Perifa Connection, compartilham uma coluna no jornal *Folha de São Paulo* na qual reivindicam e reproduzem muitos dos discursos aqui debatidos por outros atores. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php?title=PerifaConnection>. Acesso em: 27 abr. 2022.

para reproduzir denúncias e críticas sobre diferentes formas de atuação e gestão do Estado durante a pandemia. Nas análises da população, o Estado é tido como responsável pelo aprofundamento de políticas de gestão da morte, como falta de acesso à água, falta de acesso ao saneamento básico, falta de acesso à renda básica, falta de acesso à atenção básica à saúde – que impossibilitou a chegada de testes para monitoramento do vírus, por exemplo –, bem como pelo aprofundamento das violências estruturais, como a reprodução das desigualdades, sejam elas de raça, classe ou gênero, que representam a *necropolítica*, exposta pela letalidade de negros e negras pelo vírus, pelas condições de existência e pelas contínuas operações policiais.

2) A construção de uma agenda pública para o enfrentamento da pandemia nas favelas e periferias foi fruto de ampla articulação entre coletivos, redes e instituições acadêmicas. A agenda foi se adensando na mesma medida em que a articulação técnico-política construiu uma proposta de incidência concreta na política pública. Partindo de uma perspectiva que enquadra a crise atual desde a atualização do racismo estrutural e das políticas de controle e cominação das populações periféricas, construiu-se uma agenda ampla, capaz de incluir ações em múltiplas esferas que afetam as condições de vida das populações. Mais ainda, postulou-se a necessidade de produção de conhecimento da incidência da pandemia nas favelas e a exigência de que fossem suspensas ações que violam direitos humanos e sociais em relação à segurança e às remoções.

Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: FFLCH, 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis**. Harlow: Longman Group UK Limited, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. 2 ed. Brasília: Editora UNB, 2008.

FLEURY, Sonia. Desigualdades injustas: o contradireito à saúde. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. especial, p. 45-52, 2011.

FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 4, p. 267-280, dez. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**. Volume V. Ética, sexualidade, política. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. An Essay on the Organization of Experience. Harmondsworth: Penguin Books, 1974.

HIRATA, Daniel; GRILLO, Carolina; DIRK, Roberto. Apresentação ao relatório Efeitos da Medida Cautelar na ADPF nº 635 sobre as Operações Policiais na Região Metropolitana do RJ. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia, 2020.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy**: Toward a Radical Democratic Politics. London: Verso, 2001.

LEITE, Márcia. Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-16, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: entrevista a Raquel Goulart Barreto. TEIAS: Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez. 2006.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12 ed. São Paulo: Editora Pontes, 2015.

SCHMIDT, Vivien A. Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse. **Annu. Rev. Polit. Sci.**, v. 11, p. 303-26, 2008.

SCHMIDT, Vivien A. Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth 'new institutionalism'. **European Political Science Review**, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2010.

SCHMIDT, Vivien; RADAELLI, Claudio. Conceptual and Metodological Issues in Policy Change and Discourse in Europe. **Policy Change and Discourse in Europe**. v. 27, n. 2, p. 183-210, 2004.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

Recebido em: 28/04/2022
Aprovado em: 13/06/2022



Sentidos de milícia e uma comunicação dialógica

Militia meanings and dialogic communication

*Mônica de Oliveira Pasini**

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, SP, Brasil.

ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-0001-9970>

*Autor correspondente (e-mail:m234235@dac.unicamp.br)

COSTA, Grciely Cristina da. **Sentidos de milícia**: entre a lei e o crime. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

A obra de Grciely Cristina da Costa, fruto da sua tese de doutorado, conta com seis capítulos e anexos, distribuídos em 237 páginas, e busca, por meio de uma análise discursiva, retirar a violência policial dos sentidos estabilizados que lhe conferem legitimidade. A partir de discursos formulados entre a Lei e o crime provenientes dos discursos sobre a milícia, especificamente do Rio de Janeiro, a autora descreve a tensão entre o legítimo, o legal e o ilegal. Para realizar a análise, a autora utilizou o material coletado por pesquisadores do Laboratório de Análise da Violência, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LAV/UERJ), no qual 46 moradores da Zona Oeste, da Zona Norte e da Baixada Fluminense foram entrevistados, no período de outubro de 2007 a março de 2008. Apesar de já decorridos 15 anos do material analisado e oito anos da publicação do livro, constatamos a atualidade do termo “milícia”, cuja simples busca no Google Notícias, no mês de abril de 2022, traz em seus resultados associações com termos como: “quadrilha”, “lavagem de dinheiro”, “ameaças”, “armamento”, “profissionalismo”, “dominado” e “contrabando”, além do desdobramento na expressão “milícia digital”. Esses resultados tornam o estudo sobre o funcionamento da denominação “milícia” realizado por Costa imprescindível para aqueles que pesquisam sobre a violência policial desvinculada da Instituição polícia ou a milícia como protetora das comunidades, que são alguns dos pontos que manifestam os sentidos de milícia mobilizados pela autora.

Entendemos que os sentidos, apesar de uma aparente estabilidade, estão sempre em movimento pelas interações entre os sujeitos e pelas determinações históricas, por isso, o que observamos na atualidade são sentidos de milícia que extrapolam os limites estabelecidos no espaço “político-simbólico determinado: a favela, pois é a partir desse espaço que ela tem sua prática instaurada” (COSTA, 2014, p. 23), conforme proposto na obra. A partir de uma busca no Google Notícias, podemos observar outros locais onde a milícia age, como na extorsão do pre-

feito de Duque de Caxias/RJ (SUSPEITO..., 2022) ou na notícia sobre milícia digital (VIVAS; FALCÃO, 2022). Entretanto, isso não compromete a contribuição da obra de Costa para a compreensão do processo de produção de evidências atravessado por diferentes sujeitos e discursos.

Nos capítulos deste livro, são abordados os “discursos sobre”, em que a autora analisa o funcionamento do discurso jurídico e o discurso de imagens sobre a milícia, articulando as noções de interpretação, formação imaginária e ideologia. O material também aborda a construção e a manutenção de um estereótipo de favela que concedem aos crimes da milícia significados de “práticas de segurança”, aprofundando a questão do imaginário social e o papel do Estado “como articulador simbólico-político no processo de individuação dos sujeitos” (COSTA, 2014, p. 57). Ainda, a autora se detém no verbete “milícia”, levando a outros estudos, em que se constata deslocamento, metaforização, atualização, silêncios e apagamentos para os sentidos de milícia nos discursos de especialistas das Ciências Sociais, nos discursos da mídia e no discurso de moradores.

Quando a obra traz o entrevistado no papel de mediador, ao marcar “um lugar para o sujeito miliciano”, consideramos um grande achado perceber o entrevistado articulando uma “voz anônima” que é, imaginariamente, atribuída ao miliciano. Em suas análises de dois textos legislativos, a autora verifica o entremeio da Lei de Estado e da ilegalidade, estabelecendo a contradição que se mantém nos dualismos do bem e do mal, da lei e do crime. Depois de lermos a obra, é possível identificarmos com mais facilidade a ideologia presente na materialidade da linguagem, assim como podemos perceber este dualismo ao nos depararmos com o termo “miliciano” em notícias ou comentários de redes sociais, por exemplo.

Quando a obra aborda a matéria significativa das imagens, mais uma vez o leitor se depara com a materialidade ideológica da linguagem presente em outra materialidade discursiva, na qual o interdiscurso, ou “efeito de pré-construído” (COSTA, 2014, p.40), fica em uma “memória metálica”, que é uma memória linear, redutora do “saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições” (COSTA, 2014, p. 215). A intenção da autora, ao analisar o processo de produção de significação das imagens, foi justamente deslinearizar esse efeito de pré-construído de homogeneidade. Ao propormos esta resenha da obra de Greciely Costa com o contraponto da comunicação dialógica, queremos justamente evidenciar que na reflexão das denominações de milícia e nos sentidos decorrentes da relação do sujeito com a história há contribuições para uma educação libertadora.

Na obra, o real se apresenta na materialidade discursiva, e a partir dele se observa uma redenominação de milícia, para a qual a autora atribui uma forma de resistência. Observamos, neste ponto, que a redenominação pode ser caracterizada como uma busca daquilo que Paulo Freire (2005) define como elemento constitutivo do diálogo, ou seja, nas dimensões de “ação e reflexão”, na “palavra verdadeira”, a qual ele confere a capacidade de “transformar o mundo” (FREIRE, 2005, p. 89).

As análises apresentadas na obra trazem a contradição presente no processo de produ-

ção de efeitos de evidências de diferentes sujeitos a partir da denominação “milícia” e fornecem elementos para a dialogicidade, que, segundo Paulo Freire (2005), é a “essência da educação como prática da liberdade” (FREIRE, 2005, p. 89).

Outro ponto que encontramos na obra de Costa, que pode convergir àquilo que Freire (2005) denomina como “palavra inautêntica”, trata sobre a ideologia enquanto produção de evidência, conforme a perspectiva da Análise de Discurso. A ilusão de transparência da linguagem carrega o equívoco, e é aí que traçamos um paralelo à “palavra inautêntica” nomeada por Freire (2005), porque a autora mostra os deslocamentos de sentidos, equívocos, silêncios e apagamentos decorrentes da relação do sujeito com a língua e com a história na denominação de milícia.

Para concluir, trazemos a afirmação de Freire (2005) que diz: “o mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (FREIRE, 2005, p. 90). Percebemos nas análises realizadas por Costa a violência problematizada, favorecendo a busca de um “novo pronunciar”. Defendemos que essas reflexões devem ser difundidas, seja qual for o espaço político-simbólico em que a violência se materializa, e a obra *Sentidos de milícia: entre a lei e o crime* nos provoca a refletir sobre os pré-construídos, sobre os sentidos que nos parecem evidentes.

Referências

COSTA, Grecieli Cristina da. **Sentidos de milícia: entre a lei e o crime**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SUSPEITO de chefiar milícia e extorquir prefeito é preso em Duque de Caxias. **UOL**, São Paulo, 9 abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/04/09/suspeito-de-chefiar-milicia-e-extorquir-prefeito-e-preso-em-duque-de-caxias.htm>. Acesso em: 21 abr. 2022.

VIVAS, Fernanda; FALCÃO, Márcio. Moraes prorroga inquérito que investiga atuação de suposta milícia digital contra a democracia. **TV Globo**, Brasília, 6 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/06/moraes-prorroga-inquerito-que-investiga-atuacao-de-suposta-milicia-digital-contra-a-democracia.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2022.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

Recebido em: 07/03/2022
Aprovado em: 24/05/2022



60 años de comunicación alternativa en España: de un objeto indisciplinado a una praxis transformadora

*Raúl Rodríguez Ortizi**

Universidad de Chile, Santiago, Chile.

ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-2223-3465>

*Autor correspondiente (e-mail:raul.rodriguez@u.uchile.cl)

Barranquero, Alejandro; Sáez Baeza, Chiara (coords). **La comunicación desde abajo**: Historia, sentidos y prácticas de la comunicación alternativa en España. España, Editorial Gedisa, 2021.

Doce autores en siete capítulos nos ofrecen un libro inédito, necesario y de interés sobre un objeto indisciplinado sobre la comunicación alternativa en España, como lo califican los coordinadores de este libro monográfico. Perfectamente, sin embargo, es extensible a América Latina, ya que se nutre de su historia y sus prácticas, y dialoga de vuelta con ella. A través de las relaciones con las tradiciones – europea, latinoamericana y norteamericana – y las discusiones teóricas más actuales, nos adentramos en las prácticas alternativas y en los sentidos más profundos de esta comunicación otra.

Son siete capítulos, que tratan del campo conceptual; la historia de las radios libres y su influencia en España; las prácticas del cine militante, el video comunitario y participativo, y la televisión comunitaria; la cultura hacker y la búsqueda de la soberanía tecnológica; las políticas de comunicación y los marcos regulatorios del Tercer Sector en la península; la sostenibilidad de estas experiencias y medios, con la participación como eje neurálgico de estos procesos; y finalmente, la formación en comunicación alternativa y para el cambio social en España.

A cinco décadas del inicio de la conformación de un campo de la comunicación alternativa, los diversos autores buscan describir y explicar un espacio diverso y rico en complejidades, que se ve influenciado por la economía política de la comunicación, los estudios culturales y la teoría latinoamericana de la comunicación, pero también, desde la práctica, por experiencias mediáticas y activistas. Estas recogen, a lo largo de su historia reciente en España, la tradición de las radios libres de los '70; la emergencia con fuerza, desde la transición en los '80, de medios y de las primeras redes alternativas de comunicación. Mientras, en los '90, se va dando la formalización del campo, el auge de radios libres y movimientos locales, que toman vigor en la década siguiente. En efecto, se da, por una parte, la lucha antiglobalización y altermundista durante los 2000, aunque, por otro, un reconocimiento marginal del Tercer Sector en la Ley General de Comunicación Audiovisual en la España de 2009. Después se dará un

nuevo ciclo, a contar del movimiento social del 15-M de 2011, con la convergencia de las radios y medios libres con internet, sobre la base de la cultura libre y el procomún digital.

En relación con este proceso de décadas, hay varios aspectos a destacar del libro, como la discusión conceptual, siendo esta polisémica, diversa y situada, de acuerdo con los contextos nacionales y regionales. Esta está compuesta por diversas formas de expresión, representación y mediatización, sobre la base de la participación, horizontalidad y resistencia, como atributos afines o cercanos. Además, se defiende una base epistemológica crítica – y crítica del mediocentrismo, por cierto –, con vocación interdisciplinar, metodologías participativas y provocadora de una praxis transformadora. Este ejercicio teórico resulta fundamental para comprender, por una parte, las antecedentes del movimiento de radios libres, a contar de Mayo del '68 y las primeras experiencias de radios en Madrid y Cataluña, o hitos como el Manifiesto de Villaverde en 1983, que marcan la senda de este tipo de medios, cuyo espíritu es reivindicativo, tanto político y cultural como comunicativo. Por otra parte, esto se da en un contexto en que los medios comerciales y municipales se ubican por sobre aquellos medios educativos y culturales a inicios de los '90. Con cierta comodidad, aquellos han impuesto límites para la democratización del sistema de medios en España, en un marco de modernización cultural mercantilista y una modernización política encauzada a través de la representación ciudadana en el poder legislativo.

Una serie de experiencias van dibujando el sistema de medios alternativos en España, que no se completan sin el cine y el vídeo, como lo fue Video Nou (1979), precedente del videoactivismo y video participativo en este país. Pese al declive, que se da en ciertos momentos en las décadas siguientes, el auge de la TV local y el activismo audiovisual cobran vitalidad, con un enfoque anti-todo (sistema, globalización, capitalismo, etc.), y con temáticas de derechos humanos, educación, justicia y transformación de las comunidades. Proyectos, enfoques y temáticas, que luego toman un nuevo impulso a través de proyectos alternativos por internet. Estos ven en el 15-M una oportunidad para desarrollar experiencias híbridas y estrategias de activismo en red, aun cuando se vean expuestos a la cibervigilancia, protección de datos, daños a la privacidad y brecha digital.

Pese a esto, los movimientos sociales no solo han podido acceder al ecosistema digital por la reducción de costes, sino que también, como señalan Candón y Calvo, han promovido la coordinación entre activistas y han hecho uso de las tecnologías estos movimientos sociales. Ellos explican cómo España ha evolucionado desde una perspectiva ciberactivista a una tecnopolítica, que, en el fondo, es la apertura para usar las redes sociales del sistema masivo de comunicación con la creación de herramientas alternativas propias para el desarrollo estratégico de sus redes y movimientos. Ello lo hacen con alta apropiación tecnológica y alfabetización digital. Desde Indymedia, como pionera, hasta lo que pudo ser un “laboratorio social del procomún” durante el estallido del 15-M.

Este vasto conjunto de radios, activistas, videístas, cineastas choca, sin embargo, con políticas de comunicación insuficientes, que ponen en riesgo la pluralidad informativa, tanto en

España como en otros 29 países en Europa, según explican García y Lema, junto con la disminución de medios locales y próximos en España. Pese a las recomendaciones internacionales (2007/2008 y 2018, entre otras recientes, que son sin fuerza legal vinculante), España vive una mayor disonancia entre la legislación existente y el cumplimiento de ella, en cuanto a reconocimiento, sostenibilidad y promoción del Tercer Sector. Esto en un contexto de políticas de comunicación instrumentales en España y una reforma en curso, que podría regularizar muchas experiencias, aunque circunscritas a ondas de radio y TV, manteniendo la prioridad el binomio público y privado comercial. Otro aspecto para destacar es la discusión por la sostenibilidad de los medios, que es un tema, no solo por el reconocimiento y el acceso, sino por cómo se sostienen institucional, financiera y socialmente. La evolución, lamentablemente, no ha sido del todo favorable, ya que va desde la lucha constante por el reconocimiento hacia la cooperación, como vía de sostenibilidad social. Esto, frente a la institucionalización de los medios públicos, grandes grupos de comunicación privados y otros tantos medios independientes, que se fueron integrando a las lógicas de grupos de comunicación privados. No obstante, señalan Ramos y Bergés, el siglo XXI ha sido un tiempo de crisis, que ha generado más movilización y colaboración en la producción y gestión, favorecida por la cooperación digital.

Cómo incidir en estos procesos desde la investigación y la reflexión académica es parte de las constataciones y desafíos que deja la formación, según Barranquero y Sáez.

Tres factores, a su juicio, inciden en la formación: la relación entre activismo, medios de comunicación y ONGs; investigación académica asociada al desarrollo, democratización y derecho a la comunicación; y evolución de los estudios de comunicación en España, que va incluyendo paulatinamente la comunicación alternativa. Sin embargo, no ha habido una investigación sobre los aprendizajes que derivan de estas prácticas, aun cuando hay señas muy interesantes, por ejemplo, cómo los jóvenes adquieren competencias comunicativas en medios del Tercer Sector. En este sentido, las sinergias entre medios, comunicación, educación y radio universitaria pueden ser clave en el futuro, aun cuando las bases mercantilistas de la universidad, fijadas en el Proceso Bolonia, dotan a los estudios superiores de una racionalidad que deja fuera modelos alternativos de comunicación. Algunos ejes podrían subvertir ese orden: la formación basada en una mirada crítica al capitalismo y dialogante con movimientos sociales; medios comunitarios y mediaciones comunicativas; una epistemología crítica; y disputar propuestas de representaciones sociales inclusivas, desde estas experiencias. Esto puede dotar de sentido el para qué y el para quién de la comunicación social, argumentan los autores, desarrollando destrezas para el trabajo con comunidades, para dinamizar procesos y fomentar la participación.

Desde los '60, se ha desarrollado en el mundo la práctica académica en este campo, aunque ha sufrido, como dice Sáez, de la triple invisibilización: en la historia de la comunicación social, dentro del sistema de medios, y en la investigación aplicada. ¿Por qué entonces se resiste? ¿Por qué no entra en los marcos normativos ni tampoco en los planes curriculares de la comunicación social y del periodismo? ¿Por qué no se proyecta desde un espacio transdiscipli-

nar – que incluye hoy a la historia, el derecho y la teoría decolonial, entre otras ciencias auxiliares a este campo – como una alternativa posible de liberación de nuestros pueblos, usando nuestro derecho a la comunicación y nuestras prácticas comunicativas en contraste con las lógicas mercantiles de la otra comunicación? Algunas respuestas se encuentran en el libro, otras se prefiguran, y algunas quedan como desafíos y retos. Dentro de las primeras es que, sin duda, este libro contribuye a la memoria histórica de un sinfín de proyectos de medios, experiencias, redes, activistas, y colectivos de comunicación alternativa, que hablan de un derrotero significativo de lo que son los medios y la comunicación alternativa en España, pese a los obstáculos que pudimos reseñar. En lo segundo, que la experimentación e innovación son un territorio llano para compartir saberes y conocimientos, que buscan transformar la realidad de su entorno y sus comunidades, ante las cuales, la investigación está llamada a explorarlas, describirlas y explicarlas. Finalmente, los retos son varios, aunque vale la pena destacar las necesarias políticas democráticas de comunicación para el siglo XXI, como también el ejercicio y defensa del derecho a la comunicación y el acceso y uso de las herramientas digitales en esta nueva era.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

Recebido em: 16/04/2022
Aprovado em: 20/05/2022